**Deivison Gonçalves Amaral**

# *Catolicismo e trabalho:*

## *a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*

Campinas

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Deivison Gonçalves Amaral**

# *Catolicismo e trabalho:*

## *a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*

**Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Programa de Pós-graduação em História, área de concentração em História Social, para obtenção do Título de Doutor em História.

Este volume corresponde à versão final da tese defendida pelo aluno Deivison Gonçalves Amaral e orientada pelo Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha, no dia 13/03/2015.

Campinas
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Amaral, Deivison Gonçalves, 1981-
Am13c Catolicismo e trabalho : a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941) / Deivison Gonçalves Amaral. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo católico . 2. Sindicatos católicos - Belo Horizonte (MG) - 1909-1941. 3. Igreja e trabalho. 4. Trabalhadores - Belo Horizonte (MG). I. Batalha, Claudio Henrique de Moares,1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Catholicism and Labour : the militant culture of Belo Horizonte workers (Brazil, 1909-1941)
**Palavras-chave em inglês:**
Catholic unionism
Catholic labor unions - Belo Horizonte (MG) - 1909-1941
Church and labor
Workers - Belo Horizonte (MG)
**Área de concentração:** História Social
**Titulação:** Doutor em História
**Banca examinadora:**
Claudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]
Fernando Teixeira da Silva
Michael Mc Donald Hall
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Lucília de Almeida Neves Delgado
**Data de defesa:** 13-03-2015
**Programa de Pós-Graduação:** História

UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 13 de março de 2015, considerou o candidato DEIVISON GOLÇAVELS AMARAL aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha _____

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva _____

Prof. Dr. Michal Mc Donald Hall _____

Profa. Dra. Claudia Maria Ribeiro Viscardi _____

Profa. Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado _____

## Resumo

Esta tese analisa a cultura militante católica em Belo Horizonte, entre 1909 e 1941. A cultura confessional identifica os militantes católicos, os diferencia dos outros e os une em uma cultura militante específica e confrontante com correntes revolucionárias. A militância católica belo-horizontina impôs sua cultura associativa de forma a criar uma rede de organizações de trabalhadores que estabeleceu uma luta por direitos específica e combativa, mas coerente com a visão de mundo influenciada pelos ensinamentos sociais da Igreja Católica.

Palavras-chave: cultura militante católica; associativismo; Belo Horizonte.

## Abstract

This dissertation analyses the Catholic militant culture in Belo Horizonte between 1909 and 1941. The confessional culture identifies the militant Catholics, sets them apart from others and unites them in a specific militant culture in confrontation with revolutionary branches of the labour movement. The Catholic militancy of the city imposed its associative culture to create a network of workers' organizations that achieved a specific and combative way of struggle for rights, even though in line with a worldview influenced by the social teachings of the Catholic Church.

Keywords: Catholic militant culture; associativism; Belo Horizonte (Brazil).

# SUMÁRIO

Introdução ..... 1

Parte I
O ensinamento social da Igreja e o catolicismo militante no Brasil

1. A cultura militante católica ..... 15

1.1 A "questão social" e a doutrina social da Igreja. ..... 19

1.2. *Rerum Novarum*: a sede de coisas novas. ..... 25

1.3. Cultura militante católica ..... 34

2. O catolicismo militante no Brasil ..... 41

2.1. O catolicismo militante no contexto da Restauração Católica ..... 41

2.2. Congressos católicos no início do século XX ..... 48

2.3. União Popular do Brasil ..... 54

2.4. Centro da União Popular em Minas Gerais ..... 57

2.5. União dos Moços Católicos ..... 61

2.6. A força do catolicismo e a presença da Igreja em Minas Gerais ..... 63

Parte II
Belo Horizonte: a cidade, os trabalhadores e seu movimento

3. A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte e a cultura militante católica ..... 75

3.1. Belo Horizonte: o cotidiano imaginado para a cidade planejada ..... 75

3.2. A organização dos trabalhadores de Belo Horizonte ..... 80

A greve de 1912 ..... 85

3.3. Confederação Católica do Trabalho ..... 90

Imprensa operária e o catolicismo ..... 103

A Confederação Católica do Trabalho na década de 1930 ..... 107

4. Campos separados: disputas por espaço e moral católica no cotidiano dos trabalhadores. .... 115

4.1. A criminalização do inimigo ausente ..... 118

4.2. Harmonia e colaboração entre as classes ..... 127

4.3. A moral católica no cotidiano dos trabalhadores ..... 132

5. A luta por direitos ..... 141

5.1 O descanso dominical ..... 143

5.2. Habitação operária ..... 153

5.3. A jornada de trabalho de oito horas e o justo salário ..... 159

Considerações finais ..... 167

Anexos ..... 175

Referências ..... 181

Dedico aos meus pais,
Adão e Maria.

## Agradecimentos

Agradeço o essencial apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de doutorado que financiou a pesquisa e sem a qual os estudos de pós-graduação *stricto sensu* tornam-se inviáveis. Agradeço igualmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa de estágio de doutorado no exterior, o que possibilitou agregar a este trabalho contribuições substanciais decorrentes da pesquisa na França e do diálogo com estudantes e especialistas estrangeiros.

Uma tese não se faz apenas de pesquisa e análise de dados que visam, no fim, a responder questionamentos cientificamente elaborados. Se fosse apenas isso, eu dificilmente teria chegado ao fim desse árduo processo de elaboração. Uma tese também se faz de encontros. Esses encontros com pessoas especiais, do mundo acadêmico ou não, permitiram-me chegar ao termo deste longo período de doutoramento. A essas pessoas dirijo meus mais sinceros agradecimentos por saber que, sem elas, não teria conseguido. São pessoas que conquistaram meu respeito e, felizmente, em muitos casos, conquistaram igualmente a devoção da minha amizade. Assumo o risco de esquecer alguns nomes, mas se faltaram à minha memória a ponto de não serem citados abaixo, saibam que o coração não os esquecerá.

Agradeço a meu orientador, Claudio Batalha, pela liberdade que me deu para fazer a pesquisa que propus deixando-me descobrir os caminhos de forma autônoma, por sua habilidade em resolver os muitos problemas burocráticos que tive e, claro, pela leitura atenta e crítica que fez desta tese.

Agradeço também aos alunos, funcionários e professores vinculados ao CECULT na Unicamp, que participaram das discussões nas reuniões da linha de pesquisa "história social do trabalho", especialmente aos professores Fernando Teixeira da Silva, sempre um leitor criterioso, e Michael M. Hall, que me presenteou com importantes indicações de fontes e bibliografia. Flavia Peral merece igualmente deferência por sempre ajudar os alunos com presteza e competência.

O banco de dados do projeto Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais forneceu preciosas fontes a essa pesquisa. Agradeço a equipe do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, com quem trabalhei nessa pesquisa, especialmente a Mário Cléber Martins Lanna Jr., Felipe Soares e Luiz Bittencourt.

Não posso deixar de citar os colegas do GT Mundos do Trabalho/ANPUH, que em várias ocasiões fizeram questionamentos que certamente me levaram a repensar diversos pontos e a reformular algumas de minhas conclusões.

Preciso agradecer aos amigos e começo por aqueles mais antigos. Meu agradecimento aos amigos do GR que sempre estiveram ao meu lado mesmo quando estive ausente. Um agradecimento especial aos queridos Bruno, Camilla e Renato, pela parceria de sempre. Não posso deixar de citar minha querida amiga Mônica, que fez dos nossos muitos finais de semana culturais em Belo Horizonte talvez os melhores momentos de lazer dos últimos anos.

Fabiane Popinigis foi companheira em muitas empreitadas acadêmicas que nos proporcionaram construir uma amizade inestimável. Fabi apresentou-me Cristiana Schettini, com quem logo me identifiquei. A essas duas amigas, meu agradecimento pelo estímulo que encontro em suas trajetórias profissionais e pelas palavras de apoio que sempre me enviaram.

Em Campinas, conheci muitas pessoas e fiz muitos amigos de várias regiões do Brasil. Sou grato a todos eles por tornarem minha vida muito mais alegre enquanto vivi em Barão Geraldo. Com Carlos Alberto Oliveira, o Carlão, Rafael Pereira e Vinícius Possebon Anaissi, o grande Moscão, dividi a primeira morada, dei muitas risadas e construí amizades que serão certamente duradouras. Agregamos ao grupo, posteriormente, Fernando Medeiros, que deu um ar de tranquilidade à casa. Nossas longas e divertidas conversas na cozinha de casa deram a energia emocional necessária para enfrentar com mais leveza as muitas horas de leitura e pesquisa que tínhamos que cumprir diariamente. No segundo ano, fui recebido no lar de Fabiana Ghisolfi, mais um feliz encontro campineiro.

Com Joana Schossler aprendi que uma amizade também se constrói pelo dissenso. Quando pensávamos que não haveria um fio que nos unisse e não concordávamos nem que a bergamota gaúcha era a mexerica mineira, o carinho mútuo e a compreensão de nossas diferenças nos fizeram encontrar o elo.

Daniele Megid, Crislayne Alfagali, Rodrigo Camargo de Godoi, Cristina Ferreira e Raquel Gomes foram preciosas companhias, amigos que me proporcionaram os cafés mais divertidos, os melhores momentos. Cristina e Raquel, aliás, são amigas que merecem algumas palavras extras. Cris soube me estimular nos momentos em que eu estava mais combalido, foi leitora das primeiras versões dos capítulos e companheira de muitos cafés via *Skype*. Raquel é, sem

dúvida, a pessoa mais atenciosa com os amigos que conheci em toda minha vida. Nem suas piadas maliciosas conseguem esconder sua doçura. Raquel também merece menção honrosa por ter criado o "desabafo tesístico", onde nós três expúnhamos em terapia coletiva todas as nossas angústias na reta final da escrita da tese.

Durante os cursos ou nas mesinhas do IFCH, conheci muitas pessoas queridas, entre elas: Andrea Mendes, Alisson Droppa, Alessandra Negrão, Ana Carolina Rigoni, Carol Gual, Daniela Pistorello, Jussara Marrichi, Leca Pedro, Marcelo Mac Cord, Paula Vermeersch, Thiago Araújo e outras tantas.

Durante o ano que passei na França, fiz vários amigos estrangeiros e brasileiros, alguns que provavelmente não mais verei, mas que contribuíram para que eu tivesse uma estada agradável e pudesse cumprir as tarefas acadêmicas de forma adequada. Viver na *Cité Internationale Universitaire de Paris*, com milhares de estudantes de todo o mundo, foi talvez a grande experiência cultural da minha vida. Residir na *Maison du Liban* tornou essa experiência cultural ainda mais rica. Cynthia Haddad, libanesa, e Alaa Abi Haidar, ou simplesmente Al, cidadão do mundo, foram amigos que muito me ensinaram e com os quais compartilho muitas afinidades. Além deles, sou grato aos amigos: Lana Hejjaoui, Laudie Jamous, Christine Wornom, Andreea Drugă, Oana Besnea, James Zomighani Junior, Claudio de Assis, Bárbara Cortella, Fernanda Tarabal, Ro Carrilo, Samantha Cunha, entre outros tantos, por todos os bons momentos que compartilharmos. À querida Renata Belo, um agradecimento especial pela amizade, por me ensinar o valor de uma bela fotografia granulada capturada em filme e, claro, por se fazer presente mesmo quando matávamos as saudades de fome.

Minha família me apoiou e compreendeu minhas ausências. Respeitaram sempre meus momentos de apreensão, quando muitas vezes os meus sorrisos eram raros. Souberam dar o espaço que eu precisava para escrever a tese e compreenderam essa necessidade mesmo que o mundo acadêmico não faça parte da vida de nenhum deles. Por isso, agradeço aos meus irmãos, Danilo, Denise e Denilson, pelo carinho e compreensão, e por cuidarem sozinhos de nossos pais nos momentos em que eu estava ausente. Meus sobrinhos também foram muito importantes. Anninha, sempre carinhosa, alimentava meu coração com bons sentimentos. Com os mais jovens, Gabriel, Samuel e Maria Clara, busquei refúgio nos momentos de exaustão, quando preferi brincar e voltar a ser criança.

Meus pais, Adão e Maria, sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as escolhas que fiz. Todos os longos anos de estudo que me trouxeram ao doutoramento ensinaram-me a ter mais dúvidas que certezas. Meus pais ensinaram-me uma certeza: quero alcançar a idade deles tendo construído uma trajetória que seja ao menos parecida com a que eles têm. Construíram as bases para nossa família às custas de incansável trabalho e dedicação diária. Educaram-me pelo exemplo. São, e sempre serão, meus exemplos de vida.

Relendo as linhas acima, à guisa de concluí-las, percebo que o saldo é positivo. Fiz uma tese, mas principalmente tive encontros com pessoas especiais, vivi experiências marcantes, fiz amigos aqui e acolá que continuarão comigo em outras jornadas.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da capa de O Operário em homenagem a D. Cabral por ocasião de sua chegada a Belo Horizonte. ..... 98
Figura 2 - Homenagem a políticos no jornal *O Operário* – 1921 ..... 151

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População católica em Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro em 1940. ..... 66
Tabela 2 - Concentração regional das novas circunscrições eclesiásticas (1890-1930)..... 68
Tabela 3 - População de Belo Horizonte – Recenseamentos ..... 78
Tabela 4 - Greves em Belo Horizonte até 1930..... 88

# Introdução

A referência ao catolicismo como cultura militante de trabalhadores pode parecer surpreendente ao leitor acostumado a uma imagem cristalizada do movimento operário brasileiro, marcada pelo estereótipo de trabalhadores imigrantes e anarquistas. Maior polêmica pode ser vista na ligação entre catolicismo e militância de trabalhadores se for mantida a visão tradicional de militância, fundamentada na busca de transformação radical da sociedade. O catolicismo frequentemente é associado ao conservadorismo enquanto o anarquismo e o comunismo, por exemplo, são identificados como progressistas, sobretudo por rejeitarem os valores do capitalismo liberal e buscarem formas de superá-lo. Decorreu disso o grande número de estudos que considerava o anarquismo e o comunismo a verdadeira forma de enfrentar as mazelas sociais do capitalismo e que negava a legitimidade das outras experiências. Ao movimento operário cristão era reservado o rótulo do conservadorismo.

O conservadorismo que se atribui ao catolicismo militante entre trabalhadores decorre principalmente de sua própria dimensão originária proveniente de patronos europeus, pensadores contrarrevolucionários do século XIX, muitos deles vinculados à Igreja Católica. Estes pensadores reagiram contra as mudanças no jogo de poder que se viu nos Estados europeus após a Revolução Francesa, mas igualmente contra o capitalismo liberal e suas implicações sociais. Reagiam, ainda, contra os movimentos revolucionários que surgiram também em oposição ao avanço predatório do capitalismo. Pensadores como Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Felicité de Lammenais, entre outros, defendiam uma sociedade conservadora em que a religião fosse o fundamento da sociedade, as elites dirigentes do catolicismo participassem da direção da organização social, em suma, que prevalecesse uma concepção imutável da história, o que permitiria a preservação das tradições católicas.[1]

Este contexto criou terreno fértil ao florescimento do movimento operário cristão que, assim como as correntes de militância revolucionária, como o comunismo e o

[1] Sobre o pensamento conservador do século XIX, c.f. PREVOTAT, Jacques. La culture politique traditionaliste. In: BERSTEIN, Serge (dir.). **Les cultures politiques en France**. Paris: Éditions Du Seuil, 1999. p.33-66.

anarquismo, reagiam contra o capitalismo. Assumiam a questão social e a necessidade de organização dos trabalhadores frente ao sistema capitalista, contudo, posicionando-se contrários à forma de agir dos revolucionários. O pensamento conservador e os movimentos leigos cristãos dele advindos também apresentaram opções de enfrentamento dos problemas das modernas relações sociais e econômicas. É preciso afirmar, portanto, que o catolicismo social tem sólidas bases no conservadorismo contrarrevolucionário e em ações da própria Igreja Católica. O caráter contrarrevolucionário do catolicismo social é elemento importante para se compreender a visão de mundo compartilhada por seus seguidores.

Embora não se possa negar o aspecto conservador do catolicismo militante entre os trabalhadores, tratava-se de um movimento que, à sua maneira, buscava responder aos desafios surgidos no século XIX. Era, nesse sentido, um movimento de seu tempo, ainda que seja preciso reconhecer que a resposta da Igreja a essas questões foi tardia, se comparada aos seus concorrentes revolucionários. Patrick Pasture, ao analisar o caso europeu, afirmou que como "uma organização de massa, fazendo uso dos modernos meios de comunicação e de ação, o movimento operário cristão era muito moderno também. Além disso, foi um movimento social, dirigido à mudança e ao crescimento moral e material, talvez a característica mais definidora da modernidade."[2] O referido crescimento moral é dado pelo elemento confessional desse movimento, característica mais marcante da forma de ação escolhida por um significativo número de trabalhadores em todo o mundo.

A visão cristalizada sobre o tema a que me referi, e que também será rediscutida nesta tese, é objeto de reanálise da historiografia brasileira e internacional sobre o trabalho e os trabalhadores. Por esta visão, experiências de trabalhadores que lutaram por direitos nas fileiras de organizações confessionais foram ignoradas pela historiografia ou, quando muito, consideradas cooptadas pelo Estado ou pelos patrões. Aspectos confessionais ganham importância na história social, sobretudo na área que se dedica aos movimentos sociais de trabalhadores. A religião entrou definitivamente na agenda da história social e passou a ser

[2] PASTURE, P. Introduction: between cross and class: Christian labor in Europe. In: VAN VOSS, Lex Heerma; PASTURE, Patrick; MAEYER, Jan De (Ed.). **Between Cross and Class**: comparative histories of Christian labour in Europe 1840-2000. Amsterdam: Peter Lang, 2005. p. 48.

percebida como uma dimensão básica da sociedade industrial.[3] Para formular os problemas que permitiram analisar estes elementos confessionais no mundo do trabalho, parti da premissa de que é necessária uma reavaliação do ativismo de militantes leigos cristãos, recorrentemente classificados como conservadores, reacionários, capitulados e amarelos e que, a partir dessa nova visão do movimento operário – menos homogêneo e muito mais diversificado e dividido –, são vistos de forma menos pejorativa.

Ademais, os movimentos confessionais de trabalhadores podem e devem ser vistos como parte da formação de uma cultura cívica, entendida como cultura política composta de hábitos de cooperação, solidariedade e reciprocidade e, ainda, como elemento essencial na luta pela cidadania, por terem, a seu modo, estimulado a luta por direitos sociais e a organização de classe.[4] Assim como anarquistas e comunistas, embora por caminhos diametralmente opostos, os trabalhadores que adotaram militância confessional também lutavam por mudanças e melhorias nas condições de trabalho e vida.

Inserida no cerne deste debate, a tese que aqui se apresenta analisa a cultura militante católica e a ação das organizações católicas de trabalhadores em Belo Horizonte, desde a fundação da primeira organização católica leiga, em 1909, até 1941, quando o catolicismo mudou sua orientação em relação ao associativismo e a Confederação Católica do Trabalho, principal organizadora dos sindicatos católicos, transformou-se em círculo operário. O recorte temporal proposto, portanto, em nada tem a ver com a grande política ou com períodos históricos compartimentados e se baseia exclusivamente no tipo de associativismo que se quer analisar e em sua trajetória na cidade. O caminho percorrido nas páginas que se seguem passa por algumas experiências europeias, com vistas a entender a gênese do catolicismo social, mas enfatiza, sobretudo, a conformação do associativismo confessional na cidade de Belo Horizonte. Em um contexto em que a Igreja Católica no Brasil buscava se reestruturar frente aos católicos e frente ao Estado, voltando-se especialmente à captura dos corações e mentes dos fiéis, e que o catolicismo demonstrava preocupação com

---

[3] PASTURE, Patrick. The role of religion in social and labour history. In: VAN VOSS, Lex Heerma; VAN DER LINDEN, Marcel (Ed.). **Class and other identities**: Gender, Religion and Ethnicity in the Writing of European Labour History. New York and Oxford: Berghahn Books, 2002.

[4] Sobre a noção de cultura cívica e cidadania, c.f. PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

a questão operária, a militância dos leigos ganhou notoriedade e encontrou espaço para seu desenvolvimento em Belo Horizonte. A cidade mostrou-se adequada à prática daquele associativismo incentivado pela doutrina social da Igreja desde a publicação da carta encíclica *Rerum Novarum*, em 1891. Em contraste com outras regiões brasileiras, percebe-se que, na capital mineira, o associativismo chegava ao auge na década de 1920 enquanto outras cidades viviam momento de recrudescimento. O catolicismo militante, embora tenha sempre se dedicado a atividades caritativas e devotadas à moral cristã, voltou-se de forma contundente à luta por direitos de trabalhadores por meio da formação de sindicatos católicos que utilizaram sua representatividade junto aos trabalhadores da cidade para pressionar patrões e poder público e conquistar benefícios aos trabalhadores. Era também uma luta de afirmação da cultura militante católica frente à possibilidade de avanço do comunismo e anarquismo na cidade.

Sempre que o assunto é a classe e cultura operária, estudos de E. P. Thompson são evocados para afiançar sua existência e inspirar análises. É preciso destacar, contudo, que Thompson tratou, especificamente, da classe operária inglesa, identificando as raízes de sua formação, suas peculiaridades e identificando elementos identitários específicos dos trabalhadores.[5] Embora seja inequívoco afirmar que a experiência dos trabalhadores ingleses não seja modelo normativo para outras localidades, a obra de Thompson, ao enfatizar a experiência em detrimento de aspectos exclusivamente econômicos, ampliou e tornou complexa a análise sobre os trabalhadores e mostrou a importância de elementos outros, tais quais a religião, o lazer e a vida cotidiana.[6] Nesse aspecto, Thompson abriu o campo de análise da cultura específica dos trabalhadores, o que pode ser percebido em toda a historiografia influenciada por seus estudos.

A efervescência de estudos sobre a cultura dos trabalhadores suscitou tentativas acadêmicas de conceituar "cultura operária" ou "cultura de classe" e criar modelos analíticos rígidos. Fórmulas thompsonianas foram criadas, sobretudo a partir de leituras rasas do curto

---

[5] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.; *idem*, **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[6] THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, A.; SILVA, S. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 75-180.

prefácio de "A formação da classe operária inglesa". Afirmações como "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus"[7] foram transformadas em conceitos usados para justificar a formação de classes trabalhadores em contextos bastante diferentes daquele Thompson que se ocupava. A atualidade do estudo de Thompson, contudo, não reside nas tentativas de conceituar e padronizar análises, mas no exemplo de método que busca na experiência dos atores históricos, contada a partir de pesquisa exaustiva, a narrativa capaz de dar conta da complexidade da vida social.[8]

Thompson elevou a classe trabalhadora a categoria histórica e mostrou que a consciência que define sua existência é processual, relacionada a contextos específicos e se dá na experiência dos trabalhadores. Por dar-se na experiência, não se trata de uma conceituação abstrata. Essa consciência de si, que define a existência da classe, é constituída na luta material, mas também e principalmente, nesses outros elementos não diretamente vinculados ao ofício.[9]

A busca por uma conceituação generalizante da cultura operária mostra-se, portanto, ineficaz. Nesse aspecto, análises das trajetórias e da experiência do trabalhador em contextos específicos são mais profícuas. Pela experiência, é possível identificar e analisar elementos que revelam características peculiares aos trabalhadores. Isso permitirá, adiante, mostrar que há especificidades de uma cultura de trabalhadores cristãos dentro da cultura operária.

Os estudos de Mike Savage e Neville Kirk, traduzidos para o português na coletânea "Culturas de Classe", dão a noção do que se quer destacar aqui. O ponto principal a ser observado é que a classe trabalhadora não é um todo homogêneo. Há uma série de

---

[7] THOMPSON, E. P., *op.cit.* 1987, v.1, p. 10.

[8] Sobre a atualidade da obra de Thompson, ver FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, junho de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100011.

[9] Para uma análise sobre a abordagem da história social influenciada pela obra de Thompson, ver POPINIGIS, Fabiane. E.P. Thompson e a história social do trabalho no Brasil. In: Henrique Amorim e Jair Silva (orgs) classes e lutas de classes: novos questionamentos. São Paulo: Expressão Popular. [prelo]

divisões e conflitos que formam a classe. Fatores como origem étnica, categoria profissional, status e religião, por exemplo, tornam a classe trabalhadora internamente fracionada. Isso não quer dizer, contudo, que não haja elementos agregadores. É essencial considerar, no concernente ao movimento operário, a noção de que divisão e unidade coabitam a classe e, ainda, que há uma diversidade de identidades de classe possíveis. Dessa forma, é plausível entender a existência de correntes ideológicas diversas, distintas ou mesmo convergentes. Nesse sentido, tanto elementos sociais e culturais desagregadores como estratégias de resolução ou atenuação de conflitos em busca da unidade compõem as experiências vividas por trabalhadores em sua coletividade.[10]

É apenas a partir dessa visão da classe trabalhadora que a cultura militante católica pode ser percebida e analisada como parte e não como algo alheio à classe. Trabalhadores dessa corrente compartilham uma cultura confessional que os define e diferencia das outras culturas militantes. As escolhas políticas e estratégias de reivindicação dos trabalhadores que agem sob a bandeira católica são sempre condicionadas por sua fé e pela moral cristã. É isso que os faz escolher uma forma de luta que preze pela continuidade da ordem instituída, evitando o recurso às greves ou manifestações consideradas desordeiras. Contudo, é também o condicionante confessional que os faz lutar pela justiça social nos moldes defendidos pela doutrina social da Igreja. São esses elementos específicos da luta por direitos empreendida pelo catolicismo militante que podem ser percebidos pela experiência dos trabalhadores de Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX. O agir militante, influenciado pelo catolicismo, conquistou espaço junto aos trabalhadores e se impôs como opção de luta por melhoria nas condições de trabalho e vida, mediou as relações de trabalho, também com influência sobre o cotidiano daqueles obreiros.

A historiografia do trabalho e dos trabalhadores no período republicano pouco caminhou desde a década de 1980 e raros foram os estudos que se dedicaram exclusivamente às experiências operárias em Minas Gerais.[11] A despeito disso, estudos sobre o trabalho

---

[10] Sobre a questão, ver SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho (p.25-48) e KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, SILVA e FORTES, *op. cit*., p. 49-72.

[11] A constatação da pouca produção sobre o tema não deve, no entanto, ser tomada como verdade absoluta, uma vez que, embora a busca tenha sido intensa, é possível que estudos monográficos existam sem ter circulação nas bibliotecas e bancos de teses pesquisados.

escravo são abundantes para os períodos colonial e imperial em Minas Gerais.[12] A historiografia que se ocupou da experiência do catolicismo militante, em Belo Horizonte, é ainda mais escassa e, em geral, esforçou-se em construir interpretações que culpavam essa cultura confessional pelo que consideravam o insucesso da luta operária.

Inseridos entre os estudos da classe operária que enfatizavam o papel das correntes revolucionárias, sobretudo o anarquismo, estão os estudos que classificaram a ação dos trabalhadores da capital mineira, durante a primeira República, como a manifestação de um sindicalismo dócil, pouco combativo e até mesmo cooptado pelas classes dirigentes. Em seu estudo pioneiro, Faria e Grossi[13] analisam o associativismo dos trabalhadores na capital mineira, suas primeiras necessidades e reivindicações, e destacam a greve de 1912 como o ápice da mobilização operária. Esse momento inicial é valorizado em detrimento da etapa que se segue a partir da década de 1920, justamente o período em que o catolicismo alcançou maior influência. Segundo as autoras, a presença do catolicismo arrefeceu e conferiu ao movimento elementos conservadores e desmobilizadores.

Essa linha de argumentação foi seguida pelo estudo de Eliana Dutra[14], análise comparativa entre as experiências de Belo Horizonte e Juiz de Fora, entre 1917 e 1930. Sobre Juiz de Fora, a autora destaca a organização madura dos trabalhadores e um movimento marcado por greves e reivindicações constantes. Segundo a autora, tal quadro decorria, por um lado, do elevado desenvolvimento industrial da cidade à época[15] e, por outro, da maciça presença de imigrantes, alfabetizados em sua maioria e com experiência "no movimento operário da Europa" no final do século XIX e início do XX. Embora o estudo de Dutra seja baseado em pesquisa empírica ampla, é difícil crer que a experiência no movimento operário e na vida industrial da Europa fosse característica dos imigrantes brasileiros. Em 1969, ao criticar correntes sociológicas de interpretação do movimento operário que destacavam tais

---

[12] Ver, entre outros, PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2000 e LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no seculo XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

[13] FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de S. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920**. Anais do V Seminário de Estudos Mineiros** – A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1982.

[14] DUTRA, Eliana. **Caminhos operários em Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988.

[15] Juiz de Fora chegou a ser conhecida com a "Manchester Mineira" pela prosperidade industrial no início do século XX.

características, Michael Hall já observava que a origem dos imigrantes era, em sua maioria, rural, sem experiência industrial e sem participação política nos países de origem.[16]

No caso de Belo Horizonte, Eliana Dutra afirma que o movimento operário caracterizou-se pela ação junto às instituições públicas para alcançar os objetivos dos trabalhadores. Deste modo, a Confederação Católica do Trabalho, organização mais influente entre os trabalhadores da cidade, é responsabilizada por um sindicalismo considerado pouco autônomo e que fez arrefecer o movimento operário na capital. Dutra ainda classifica o movimento reivindicatório de trabalhadores em Belo Horizonte como "dócil e 'dentro da ordem'",[17] até mesmo por sua proximidade com o poder público.

Esta tese dedica-se, do ponto de vista historiográfico, a uma crítica a essa tipologia interpretativa com o objetivo de observar na experiência daqueles trabalhadores influenciados pela cultura confessional aspectos menos pejorativos. São poucas as manifestações na historiografia nesse sentido. Carlos Veriano abordou de forma menos pejorativa a formação da classe operária belo-horizontina. [18] Diferentemente das interpretações de Dutra, Faria e Grossi, o autor observa a experiência dos trabalhadores católicos e seu agir, que foi entendido como a favor do trabalho e de conquistas sociais. Seu estudo com concentração em história urbana, contudo, enfatiza os elementos sociopolíticos que possibilitaram a invenção da capital mineira e não possibilita a compreensão do *modus operandi* do catolicismo militante e nem dos elementos que identificam a cultura militante católica, lacunas que se buscou preencher nesta tese.[19]

A tese foi estruturada em duas partes, sendo a primeira dedicada à compreensão da cultura militante católica e suas especificidades, bem como a conformação do associativismo dela decorrente, em Belo Horizonte e em outras partes do Brasil. A segunda

---

[16] HALL, Michael M. **Origins of Mass Immigration in Brazil.** 1969. Tese (Doutorado em História). Nova Iorque, Columbia University, 1969.
[17] DUTRA, *op. cit.*, p. 172
[18] VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte**: cidade e política – 1897-1920. 2001. 237p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 168
[19] Além disso, em minha dissertação de mestrado analisei a atuação da Confederação Católica do Trabalho junto aos trabalhadores de Belo Horizonte, entre 1919 e 1930. AMARAL, Deivison Gonçalves. **Confederação Católica do Trabalho**: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

parte é dedicada à análise da manifestação do catolicismo militante entre os trabalhadores de Belo Horizonte, suas formas de reivindicar e impor sua cultura confessional no trabalho e no cotidiano dos trabalhadores. No primeiro capítulo, que trata especificamente da cultura militante católica, discuto as principais ideias que sustentam a ação dos católicos no mundo do trabalho – nesse caso, principalmente a evolução do pensamento social na Igreja Católica – e analiso, sucintamente, a experiência de alguns países europeus onde houve manifestação decisiva do catolicismo. O ponto principal é mostrar como se deu a formação da via católica de enfrentamento da questão social e como ela se conformou em uma cultura militante que se diferenciava e se confrontava com as outras na disputa por espaço entre trabalhadores. Trata-se, portanto, de mostrar o que há de específico na militância católica. Essa via alimentou o surgimento do movimento operário cristão e fez com que a Igreja criasse uma política oficial de enfrentamento da questão social, surgida no interior da própria instituição, a partir de uma autocrítica, e não somente (mas também) em confronto ao socialismo.

O segundo capítulo é dedicado à análise da conformação do catolicismo militante no Brasil, de forma geral, e de suas principais manifestações no associativismo de Minas Gerais. A maioria da documentação informa sobre Belo Horizonte, mas é possível reconstruir a articulação em outros estados para a realização de congressos católicos no Rio, Recife, Salvador, além de outros relatos pontuais. Trata-se, portanto, de analisar a conjuntura de surgimento da militância social católica e a questão essencial é entender a relação entre os clérigos e leigos. Esse movimento inicial fez surgir organizações e formou militantes que, posteriormente, formariam sindicatos que agiram sob a bandeira católica, em Belo Horizonte. Tais sindicatos compartilhavam uma cultura confessional e agiam de acordo com a doutrina social da Igreja. Considero haver um movimento inicial desvinculado da hierarquia da Igreja, embora incentivado por clérigos associados a leigos, seguido de um segundo momento, em que a Igreja Católica no Brasil, seguindo diretrizes de Roma, inicia uma hierarquização do movimento com a criação da Ação Católica Brasileira, oficializada nos anos 1930. O catolicismo militante brasileiro, se comparado de forma geral ao europeu, mostrou-se mais conservador e mais próximo à Igreja Católica. Entretanto, mostrou-se também um grande incentivador do associativismo e da ação social. As associações criadas em Belo Horizonte, como a União Popular, União dos Moços Católicos e a Confederação Católica do Trabalho,

são exemplos de que tal esforço associativo e a materialização de uma rede de organizações bastante sólida e ativa, inclusive no mundo do trabalho.

O terceiro capítulo inaugura a segunda parte da tese e analisa o processo de fundação da cidade e sua relação com o surgimento das associações de trabalhadores. Critico os estudos que trataram a organização dos trabalhadores da cidade baseados na noção de que a opção reformista adotada pelo catolicismo representou um momento de arrefecimento do movimento operário. Ao contrário, foi o sindicalismo católico que empreendeu as principais campanhas por direitos dos trabalhadores, sobretudo durante a década de 1920. O argumento utilizado pelos críticos da ação católica é de que antes de o catolicismo ser dominante houve um momento de ação "autêntica" e "combativa" dos trabalhadores. Nesse sentido, contraponho os argumentos da "era de ouro do movimento operário" na cidade mostrando que até mesmo os eventos grevistas anteriores à ação da militância católica pouco fizeram pela organização dos trabalhadores. Mostro, ainda, que a ação dos católicos, concentrada na Confederação Católica do Trabalho, obteve êxito em estabelecer uma rede de organizações de trabalhadores apta a pressionar por melhoria das condições de trabalho e vida na cidade.

O quarto capítulo tem o propósito de compreender como o catolicismo militante se relacionava com as culturas militantes opositoras e entender as estratégias retóricas de construção de seu campo de ação. Tento demonstrar que os católicos impuseram a ideia de que não havia espaço para diálogo entre a opção católica e as soluções revolucionárias. Os campos eram, portanto, diametralmente opostos. Tal compreensão ajuda a vislumbrar o porquê do anarquismo não ter representação considerável na cidade enquanto o catolicismo se fez forte e majoritariamente representado. Em uma segunda parte, analiso a inserção da moral católica na vida dos trabalhadores por meio de padrões de comportamento cotidianos, mas que também tinham impacto na vida associativa e nas formas de reivindicar. Incutir a moral católica significava também fortalecer a estratégia de ação da Confederação Católica do Trabalho e atrair adeptos para a cultura militante católica. Todos esses elementos somados acabam por moldar a cultura militante e criar bases para o tipo de ação que se defendia, prezando sempre pela ordem e manutenção das estruturas sociais, mas que possibilitasse alcançar a justiça social nos moldes defendidos pela Igreja.

Por fim, o último capítulo analisa a prática reivindicatória da militância católica e a luta por direitos para os trabalhadores. Analiso as campanhas conduzidas pela Confederação Católica do Trabalho pela jornada de oito horas, descanso dominical, salário justo e habitação para trabalhadores. Essas campanhas eram executadas seguindo os princípios da doutrina social da Igreja e sua análise oferece a compreensão do *modus operandi* dos sindicatos católicos, que estimava pela ordem na mesma medida que defendia melhorias para os trabalhadores. A força organizativa e a representação maciça entre os trabalhadores foram o maior poder de barganha da Confederação Católica do Trabalho e sua rede de sindicatos católicos.

As duas principais séries documentais utilizadas nesta pesquisa foram os jornais produzidos pela Confederação Católica do Trabalho e os documentos do legislativo municipal de Belo Horizonte. Cotejadas, essas duas sérias permitiram entender como os católicos agiam e o que defendiam. Há mais referências a essas e outras fontes no correr do texto, mas cabe aqui destacar que a reconstrução histórica do associativismo católico belo-horizontino só foi possível devido à solidez que as organizações católicas atingiram, o que permitiu a produção de séries de jornais bastante extensas e com poucas lacunas, sobretudo para o período entre 1919 e 1941, que coincide com a trajetória da Confederação Católica do Trabalho. O historiador acostumado a lidar com a história dos trabalhadores sabe que, em geral, ocorre o inverso, sendo poucas as organizações com jornais longevos e seriados. Por isso, o semanário *O Operário* será citado de forma copiosa nas páginas que se seguem. Se considerado o protocolo intrínseco a esse tipo de fonte, a saber, a de que os jornais operários eram, além de agentes de propaganda, organizadores sociais, pode-se ter a dimensão da própria força organizativa que as organizações católicas atingiram em Belo Horizonte.[20] Há, contudo, lacunas que são desafios comumente experimentados pelos historiadores do trabalho, o que não impossibilita proceder às análises de forma satisfatória.

[20] A citação literal de Piotr Ulianov é "a imprensa operária não somente um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social." ULIANOV, Piotr. citado por PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia. (orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistências. Brasília: Ex Libris, 2010. p.133

A análise proposta nesta tese quer fortalecer as fileiras daqueles que contestam a referida imagem cristalizada do movimento operário brasileiro, mas, principalmente conferir à cultura militante católica maior destaque. Quero, com isso, atribuir importância ao ativismo dos trabalhadores católicos, ao invés de imputar-lhes culpa pelo questionável insucesso de suas ações. As próximas páginas são dedicadas a esse objetivo.

# Parte I

# O ensinamento social da Igreja e o catolicismo militante no Brasil

# 1. A cultura militante católica

O que significa a atribuição de uma identidade cristã em organizações de trabalhadores?

À primeira vista, uma forma de identificar organizações cristãs no meio operário é a busca de identificações religiosas em nomes, estatutos ou programas. Embora as formas mais comuns de identificação das associações sejam o ofício e a localidade, levantamentos recentes sobre as organizações de trabalhadores apresentam diversas sociedades em que há uma referência explícita a alguma identificação cristã no nome, programa ou estatutos.[1] No caso brasileiro, a presença de princípios cristãos em estatutos de organizações de trabalhadores é frequente e, via de regra, seguia-se um padrão na elaboração dos textos desses regulamentos desde o século XIX. É o caso, por exemplo, da União Operária Beneficente de Diamantina, organização mutualista fundada em 1891,- que tinha em seus estatutos o lema "Deus, honra e trabalho", também estampado em estandartes e na própria fachada da sede social.[2] É comum ainda encontrar referências a São José, considerado pelos católicos o protetor dos trabalhadores.[3]

A frequente referência a símbolos cristãos, entretanto, não garante que as organizações atuem no que se pode chamar de movimento operário cristão. Nem mesmo a exclusividade de membros cristãos garantiria tal status, uma vez que é preciso considerar a forma de ação dessas organizações. O que definiria, então, uma associação cristã de trabalhadores? Para esclarecer a questão, o caso europeu é bastante elucidativo. Jan de Maeyer, ao analisar a identidade cristã na organização dos trabalhadores europeus, identifica

---

[1] Para o caso de Belo Horizonte, o capítulo seguinte trará esses dados. O banco de dados do projeto "Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais", disponível no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, contém uma série de entradas que exemplificam a assertiva. Da mesma forma, alguns exemplos podem ser encontrados no primeiro levantamento feito no Brasil, em BATALHA, Claudio. **Dicionário do movimento operário:** Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

[2] Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. 1893.

[3] Alguns exemplos encontrados em Minas Gerais: Associação Operária Beneficente São José, Clube Operário São José, União Operária Católica São José e União Operária São José. Todas existiam nas primeiras décadas do século XX.

a necessidade de atentar para uma cultura confessional, expressa em práticas e valores comuns e observada na experiência.[4] Nesse aspecto, a análise das trajetórias e da experiência do trabalhador[5] são mais profícuas e permitirão, adiante, mostrar que há especificidades de uma cultura de trabalhadores cristãos dentro da cultura operária, a cultura militante católica.

Jan de Maeyer, ao estudar as sociedades europeias "pilarizadas", tenta identificar o que a historiografia recente considera elementos da cultura dos trabalhadores.[6] Para o autor, o primeiro elemento é a solidariedade horizontal e a lealdade de classe, que criavam uma cultura de respeitabilidade entre os trabalhadores e, junto com o segundo fator, a localidade, influenciavam as relações familiares. A estabilidade da localidade (*stabilitas loco*) transformava o bairro ou distrito em unidade cultural importante, sobretudo por ser onde se formam as redes de sociabilidade e política.[7] A localização dos trabalhadores no espaço urbano pode revelar dinâmicas próprias dos movimentos associativos, formação de redes sociais de solidariedade, disputas e tensões políticas, além de aspectos de sociabilidades construídas no cotidiano, dentro ou fora do local de trabalho.[8] Ainda segundo Maeyer, outro elemento importante é o familiar, já que havia a tendência de que jovens casais de trabalhadores se fixassem na mesma localidade, próximos às famílias. A divisão das tarefas entre o casal era bem definida. O homem era o provedor da casa e a mulher a responsável pelo lar, mesmo nos casos em que a mulher tivesse um emprego.[9]

---

[4] MAEYER, Jan de. The formation of a christian worker's culture in pillarized societies: Belgium, Germany and the Netherlands, c. 185-1950. In: VAN VOSS, Lex Heerma; PASTURE, Patrick; MAEYER, Jan De (Ed.). **Between Cross and Class**: comparative histories of Christian labour in Europe 1840-2000. Amsterdam: Peter Lang, 2005. p. 81-102

[5] A referência aos trabalhos de E. P. Thompson é direta.

[6] A expressão "sociedades pilarizadas" é comumente atribuída pelos europeus à organização social de países como Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, entre outros, devido à divisão vertical e não hierarquizada da sociedade. Além de pilares políticos, protestantismo e catolicismo eram frequentemente os pilares dessas sociedades e cada grupo constituía suas instituições formais, como partidos, sindicatos, escolas, universidades, cooperativas, etc. No caso da Bélgica, os pilares envolveram até mesmo uma divisão linguística entre o neerlandês e o francês.

[7] MAEYER, Jan de. Christian worker's culture in pillarized societies: Belgium, Germany and the Netherlands, 1850-1950. In: VAN VOSS, Lex Heerma; PASTURE, Patrick; MAEYER, Jan De (Ed.). **Between Cross and Class**: comparative histories of Christian labour in Europe 1840-2000. Amsterdam: Peter Lang, 2005.

[8] Mike Savage defende a dimensão espacial como fator que alarga o próprio conceito de formação de classe. c.f. SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Mundos do Trabalho.** Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, jan. 2011.

[9] MAEYER, *idem*. p. 88-89.

Outro aspecto relevante da cultura dos trabalhadores é a cultura associativa, percebida tanto na tendência a associar-se e institucionalizar a sociabilidade, quanto em elementos culturais produzidos pelas organizações de trabalhadores, sejam por meio de peças musicais e teatrais, ou nos costumes e normas que as regiam. Claudio Batalha, ao estudar os trabalhadores do Rio de Janeiro na Primeira República, enfatizou que a cultura associativa, embora influenciada pelas diferentes culturas militantes (anarquista, socialista, católica, etc.), transcendia a elas. Os rituais pelos quais os trabalhadores associados demonstravam suas visões de mundo conformavam-se de forma relacional à cultura dominante, mas também em relação às culturas populares. Nesse sentido, após analisar os universos simbólico (por exemplo, bandeiras e estandartes) e celebrativo (o 1º de maio e suas diversas apropriações) típicos dos trabalhadores, Batalha afirma que não é possível falar em cultura operária no Rio de Janeiro, ao menos não como historiadores sociais majoritariamente adotaram o conceito, baseado no caso da Inglaterra, no final do século XIX. Para o autor, houve uma cultura popular, não exclusiva da classe operária, composta por elementos trazidos pela imigração, heranças da escravidão e mesmo traços da cultura dominante ressignificados.[10]

A cultura associativa dos trabalhadores é também influenciada por diferentes culturas militantes, entendidas como a forma de interpretar e enfrentar o mundo assumida por determinado grupo de trabalhadores a partir de corrente ideológica específica. As culturas militantes – pois são várias – podem coexistir e disputar espaço junto aos trabalhadores. Cláudio Batalha afirma que a cultura militante nada tem a ver com uma forma correta ou verdadeira de militância e, por isso, o trabalhador tem opções de escolha. Nesse sentido, uma cultura militante não é "específica ou exclusiva do anarquismo, ou de qualquer outra corrente ideológica presente no movimento operário", e cada uma das culturas militantes influencia nas configurações assumidas pela classe trabalhadora.[11]

A cultura militante é também um elemento que confere identidade ao trabalhador organizado. Ao assumir a complexidade das correntes ideológicas que constituíam o universo

---

[10] BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. 438 p.

[11] BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. *In*: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). op. cit., 2004. p. 99.

dos trabalhadores brasileiros da Primeira República, importa entender como se conformou a cultura militante católica, em Belo Horizonte, e, para isso, é preciso perceber como os elementos confessionais se relacionam ao mundo do trabalho. Essa cultura confessional antecede às próprias ações institucionais das igrejas cristãs, especialmente, a Igreja Católica, que posteriormente buscará a incorporação do movimento em suas ações eclesiásticas. Embora no caso europeu a cultura confessional tenha atingido o mundo do trabalho antes mesmo do surgimento da doutrina social da Igreja Católica, é esta que terá mais alcance entre os militantes brasileiros. No Brasil, o movimento associativo inspirado pelo catolicismo nunca se dissociou totalmente da hierarquia da Igreja, mesmo quando se consideram organizações não oficiais. Essa constatação permitirá discutir tema constantemente em questão quando se trata da militância católica, a saber, o fato de os brasileiros vinculados ao sindicalismo católico serem frequentemente considerados mais conservadores que os europeus. É preciso, contudo, percorrer a trajetória da luta social cristã, a criação da doutrina social da Igreja Católica e a forma como esses elementos foram apropriados, na Europa e no Brasil, para, então, analisar o surgimento e a atuação de organizações representantes da cultura militante católica.

## 1.1 A "questão social" e a doutrina social da Igreja.

> A "questão social" é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. […] tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, agentes e as vítimas da revolução industrial. É a questão do pauperismo. […] a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração.[12]

A gênese do que se denomina "questão social" está nas mazelas do capitalismo que, exacerbadas com a Revolução Industrial do século XVIII, passaram a representar problema social relevante, inclusive para a continuidade do próprio sistema capitalista. O pauperismo crescente e a exploração predatória do trabalhador pelo sistema industrial capitalista tornaram-se um tema privilegiado de vários pensadores do século XIX que, por um lado, pensavam em formas de transformar a sociedade por meio de ação revolucionária e, por outro, promover reformas que amenizassem a exploração predatória e a distribuição mais justa das riquezas. O pensamento social cristão pertence a esse segundo grupo.

A expressão, em si, data da terceira década do século XIX, e era usada de forma generalizada para se referir a pauperismo e exploração capitalista.[13] Pelo menos até 1844, até mesmo Karl Marx e Friedrich Engels utilizavam-na da mesma forma que o faziam intelectuais conservadores.[14] Marx abandona o termo de fato em *O capital*, quando critica diretamente seu uso em favor de "luta de classes" e atribui aos reformistas culpa por não proporem solução efetiva para a "questão social". O termo, então, a partir da segunda metade

---

[12] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30.
[13] CASTEL, R. op. cit., 1998, p. 30-31.
[14] Engels utiliza o termo em *A situação da classe operária inglesa,* de 1845, enquanto Marx o faz em *Glosas críticas marginais ao artigo o Rei da Prússia e a reforma social*, de 1844. Ver mais sobre o uso do termo em CASTELO, Rodrigo. A questão social nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, Jan-Jun. 2010, p. 85-94.

do século XIX, passou a frequentar mais repetidamente o léxico dos pensadores sociais conservadores e de correntes defensoras do reformismo social. Há, contudo, exemplos da continuidade de sua utilização por militantes de esquerda, como no *Almanach de la Question Sociale*, publicado pelo blanquista P. Argyriadès entre 1891 e 1903, para o qual colaboravam socialistas europeus de diversas correntes. Embora não tenha sido originalmente exclusivo dos pensadores cristãos, "questão social" passou a ser o termo utilizado por estes de forma sistemática e, com a publicação das encíclicas papais com críticas ao liberalismo e ao capitalismo industrial, ganhou ainda maior vinculação a esse grupo.[15]

Quando a questão social surgiu, católicos e protestantes culparam o liberalismo que, no contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa, foi visto como o demônio moderno. O socialismo era visto pelos cristãos como "um tipo de filho ilegítimo" – e talvez muito pior –, do iluminismo.[16] A Igreja Católica, na primeira metade do século XIX, refutava as liberdades modernas pós-revolucionárias e insistia na justificativa das injustiças sociais pelo abandono da fé. Inicialmente, a Igreja tratou o tema pela negação e pregava a volta de costumes medievais.

O contexto pós-Revolução Francesa mostrou que os defensores da liberdade e igualdade foram os primeiros a perceber que a industrialização e as mudanças de modelos sociais advindas dela criaram problemas como as condições de vida e trabalho desumanas, que deviam ser combatidos pela ação coletiva. No caso europeu, essa é uma história normalmente ligada aos movimentos socialistas. A Igreja Católica – e também as outras religiões cristãs – tardou em tomar essa consciência da questão operária e em aceitar a ideia de trabalhadores em enfrentamento coletivo contra injustiças sociais.

Em 1832, com a publicação da encíclica *Mirari Vos* pelo Papa Gregório XVI, a Igreja fez oficialmente sua primeira crítica ao liberalismo. No documento, o Papa afirma que "a Igreja universal é afetada por toda e qualquer novidade", critica os revolucionários e

---

[15] Neste trabalho, o termo "questão social" é privilegiado em face ao termo marxiano "luta de classes" não por preterir um ou outro, mas por tratar especificamente da forma cristã de enfrentar as mazelas sociais causadas pelo sistema capitalista.

[16] DAMBERG; HIEPEL; CANAVERO. The Formation of Christian Working-Class Organizations in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840s-1920s). *In*: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit.* 2005. . p. 77

convoca os católicos ao ato imprescindível de "trabalhar e vigiar assiduamente, para guardar o depósito da fé apesar da tentativa dos ímpios, que se esforçam por dissimulá-lo e desvirtuá-lo".[17] A encíclica *Mirari Vos*, contudo, não é um documento propositivo e limita-se a criticar a novidade representada pelo liberalismo e a culpar, mais uma vez, o abandono da fé pelos problemas sociais que se agravavam.

Somente as publicações da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum* por Pio IX, em 1864, deram a tônica da crítica mais radical da Igreja à sociedade pós-revolucionária, embora reafirmem o discurso oficial da Igreja, que insistia no combate à modernidade.[18] O *Syllabus*, espécie de apêndice à encíclica, continha oitenta erros da sociedade moderna, que iam desde o racionalismo absoluto, de críticas ao comunismo[19], até críticas políticas específicas ao principado italiano.[20] A *Quanta Cura* sistematizou esses erros em uma crítica ao mundo moderno que atribuía as mazelas do capitalismo ao abandono da fé. As palavras de Pio IX demonizavam a sociedade moderna e afirmavam que não haveria justiça social sem o respeito às leis da religião.

> Mas, quem não vê e não sente claramente que uma sociedade, subtraídas as leis da religião e da verdadeira justiça, não pode ter outro ideal que acumular riquezas, nem seguir mais lei, em todos seus atos, que um insaciável desejo de satisfazer a concupiscência indomável do espírito servindo tão somente a seus próprios prazeres e interesses?[21]

Pio IX foi o primeiro Pontífice a tornar a crítica ao liberalismo mais severa. A carta de 1864 enfatiza que as liberdades políticas e econômicas do liberalismo criaram bases

---

[17] IGREJA CATÓLICA Papa (1831-1846:Gregorio XVI); GREGÓRIO XVI. ***Mirari Vos*:** on liberalism and religious indifferentism. 15 de agosto de 1832. Disponível em: http://www.papalencyclicals.net/Greg16/g16mirar.htm Acesso em 28/11/2014. Tradução minha.

[18] IGREJA CATÓLICA Papa (1846-1878: Pio IX); PIO IX. ***Quanta cura***: carta encíclica de sua Santidade o Papa Pio IX sobre os principais erros da época. São Paulo: Paulinas, 1965. 18p. (A voz do Papa ; 1)

[19] A crítica ao comunismo é tema frequente nas encíclicas papais. Desde Pio IX, que fez sua primeira crítica à "doutrina do Comunismo" na *Qui pluribus* (1846), até Bento XVI, na *Caritas in Veritate* (2009), nenhum pontífice deixou de criticar o comunismo em pelo menos uma encíclica.

[20] O contexto de incertezas políticas na formação do Estado italiano, em 1848, foi pano de fundo para as reflexões da cúpula da Igreja que culminaram no *Syllabus Errorum*. Havia um embate político entre os católicos sobre se a aproximação da Igreja com o novo Estado contaminaria ou não a religião. Sobre o contexto político italiano e a relação com a Igreja, ver AUBERT, R. **Nova história da Igreja**. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. Vol. V, Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

[21] IGREJA CATÓLICA. *Op. cit.* 1965, p.2.

para o abandono da fé. Eric Hobsbawm argumenta que, à época, a descrença em Deus tornou-se mais fácil no mundo ocidental. A ciência moderna e as ideologias seculares apresentavam explicações racionais a fenômenos até então reservados à esfera religiosa. Além disso, a Igreja mantinha-se afastada de forma intransigente do progresso, da industrialização e do próprio liberalismo, o que significou a perda de poder de representação para seus inimigos.[22] Essa conjuntura demonstra que *Mirari Vos* e *Quanta Cura* foram encíclicas que tentavam mobilizar a Igreja e seus fiéis contra a perda de centralidade que a religião enfrentava nas sociedades europeias. As encíclicas, contudo, não apresentavam uma solução para o enfrentamento da questão social.

Embora a posição oficial da Igreja fora, pelo menos até 1891, a de negação da sociedade moderna, havia, contudo, católicos que percebiam a conjuntura social e que propunham ações direcionadas. É o caso, por exemplo, do francês Frédéric Ozanam (1813-1853), fundador das Conferências de São Vicente de Paulo (1833), que embora tenha proposto uma obra social marcada pela caridade e a assistência, apresenta em seus escritos uma análise social do conflito entre capital e trabalho.[23] A crítica social católica, até então, restringia-se às vozes que denunciavam a crescente miséria e à distância social entre os detentores do capital e os trabalhadores. Essa crítica sempre apontava uma visão romantizada da sociedade agrária medieval, quando supostamente as classes mais abastadas viveram em harmonia com as menos privilegiadas.[24]

---

[22] HOBSBAWM, Eric J.. **A era do capital** (1848 – 1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 375-382.

[23] MATOS, Henrique C. J. "Da 'Rerum Novarum' (1891) à 'Centesimus Annus' (1991): 100 anos de evolução da Doutrina Social da Igreja". **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.51, n. 204, 1991. p.771-802.

[24] Um exemplo é o pensador francês Félicité de Lamennais, que editou o jornal católico *L'Avenir* a partir de 1830. Nesse caso, a referência a Felicité de Lamennais corresponde exclusivamente a sua fase vinculada à Igreja Católica. Após a publicação da *Mirari Vos*, em 1832, Lamennais, então padre, entra em discordância com o Papa Gregório XVI. Em 1834, publica *Paroles d'un croyant*, texto que critica a falta de liberdade religiosa imposta por Roma e passa a defender tendências políticas mais democráticas, o que sela sua ruptura com a Igreja Católica. No livro, Lamennais afirma não haver contradição entre catolicismo e liberalismo. Lamennais foi tema da encíclica *Singulari Vos*: sobre os erros de Lamennais, de 1834, escrita em resposta ao livro *Paroles d'un croyant*.

A evolução do pensamento cristão durante o século XIX pode ser percebido, por exemplo, pela trajetória do bispo de Mainz, Emmanuel von Ketteler[25]. Em 1848, Ketteler defendia a ação sistemática do Estado e da Igreja na resolução do problema da pobreza dos trabalhadores, mas ainda persistia nos termos tradicionais do pensamento católico, ou seja, na necessidade de uma reforma de "caráter e coração" e na crítica ao abandono da fé como causa dos problemas sociais. Havia, até então, uma ofensiva relutante contra a modernidade. A partir da década de 1860, porém, Ketteler fez uma mudança decisiva em seu pensamento ao propor meios econômicos para enfrentar uma crise gerada pelo capitalismo. O bispo passou a defender a criação de associações de fábrica que buscassem aumentos de salários, redução de horas de trabalho, dias de descanso e, sobretudo, conseguissem proibir o trabalho de crianças e mães de jovens garotas. Para garantir tais melhorias, Ketteler defendia a intervenção do Estado ao invés de reformas estruturais. Inspirado em seu pensamento, a Igreja aceitou que havia uma "irreversibilidade do desenvolvimento econômico e tentou se comprometer com o sistema capitalista liberal."[26]

A Santa Sé manteve-se oficialmente em silêncio durante quase todo o século XIX no que tange à questão operária. Sabe-se, entretanto, que o Papa Pio IX criou uma comissão secreta de estudos atuante entre 1870-1878. Batizada de "Internacional Negra" e também conhecida como Comitê de Genebra, pouco se pode documentar sobre a comissão, que tinha por objetivo criar formas de mobilizar os católicos em defesa da religião e da soberania do papado.[27] Trata-se de um contexto no qual a Igreja Católica via-se afastada dos Estados europeus e perdia sua base de sustentação política. A Santa Sé inicia uma estratégia que seria decisiva para a organização do movimento operário cristão e direciona suas ações aos fiéis.

---

[25] Ketteler (1811-1877) fez escola no pensamento social cristão alemão e é comumente referenciado como "Bispo dos Operários". O Papa Bento XVI o menciona na encíclica *Deus caritas est*, de 2006, como um dos pioneiros da doutrina social da Igreja, oficializada por Leão XIII, em 1891.

[26] DAMBERG; HIEPEL; CANAVERO. The Formation of Christian Working-Class Organizations in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840s-1920s). *In*: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit.* 2005. p. 54.

[27] LAMBERTS, E. (ed.). **The black international / L'Internationale noire, 1870-1878.** The Holy See and Militant Catholicism in Europe / Le Saint-Siège et le Catholicisme militant en Europe. Leuven : Leuven University Press. 2002. 515p.

Esse novo direcionamento é chamado por Lamberts de "virada da Igreja em direção ao povo".[28]

A Igreja institucionalizou sua política social com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários, em 1891. A publicação de Leão XIII representou o primeiro reconhecimento de uma questão moderna pela Igreja Católica, que assumiu a questão social como um problema decorrente do capitalismo e apontou soluções de enfrentamento. A carta papal tem também uma dimensão originária no pensamento contrarrevolucionário do século XIX. Pensadores conservadores como Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Félicité de Lamennais – este último, antes de sua cisão com a Igreja Católica –, reagiam contra os movimentos revolucionários, mas também exigiam da Igreja maior condução política dos católicos, algo que não ocorria devido à própria negação da ordem moderna pelos Papas. Em linhas gerais, esses pensadores defendiam uma sociedade conservadora em que a religião fosse o fundamento da sociedade, as elites dirigentes do catolicismo participassem da direção da organização social e prevalecesse uma concepção imutável da história, o que permitiria a preservação das tradições católicas.[29] O pensamento contrarrevolucionário também criou um terreno fértil ao florescimento do movimento operário cristão, e que, se por um lado era uma reação ao surgimento das ideias revolucionárias de enfrentamento da questão social, por outro, assumiam o problema e defendiam a importância de enfrentá-lo. O pensamento conservador e os movimentos leigos cristãos – como os que podem ser observados na Alemanha, Bélgica, França e Holanda - também apresentaram caminhos de enfrentamento dos problemas sociais potencializados pela Revolução Industrial.

---

[28] LAMBERTS, E. *op. cit.*.
[29] Ver: PREVOTAT, Jacques. La culture politique traditionaliste. In: BERSTEIN, Serge (dir.). **Les cultures politiques en France**. Paris: Éditions Du Seuil, 1999. p.33-66.

## 1.2. *Rerum Novarum*: a sede de coisas novas.

A encíclica *Rerum Novarum* é conhecida como a pedra angular da doutrina social da Igreja Católica. A carta de Leão XIII, publicada em 15 de maio de 1891, representou uma mudança radical no discurso oficial da Igreja, que pela primeira vez assumia uma questão moderna e propunha formas de ação direcionadas para resolvê-la. A encíclica oferece argumentos que visam a oferecer respostas à questão social e a criar um modelo normativo para a sociedade cristã idealizada. Leão XIII tentou estabelecer parâmetros para a organização da sociedade, na qual a Igreja se afirmaria novamente como a "consciência moral do mundo"[30]. Para sustentar os argumentos de fé frente à lógica racionalista moderna, buscou subsídios em São Tomás de Aquino, que acreditava ser possível chegar às verdades supremas por meio da razão. Apresenta, portanto, uma leitura racional da sociedade moderna, com proposições objetivas, mas justificadas por elementos religiosos.

O documento, que trata da "questão social" e teoriza "sobre a condição dos operários", subtítulo da carta, assumiu em termos práticos o conflito entre capital e trabalho. Não obstante não fosse negligenciado em documentos anteriores, o conflito é pela primeira vez citado – já no primeiro parágrafo da encíclica – como resultado das transformações pelas quais a sociedade moderna passava.

> A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.[31]

---

[30] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 320 p. (Parte 1)

[31] IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII ); LEÃO XIII. ***Rerum Novarum***: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 25/02/2014.

As causas do conflito são novas em comparação com documentos anteriores, como a *Quanta Cura* (1864). Segundo a encíclica *Rerum Novarum*, com as liberdades política e econômica, aliadas ao abandono da proteção das antigas corporações de ofício, "os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada."[32] A avidez por inovações, segundo a encíclica, levou os homens a buscarem novas fórmulas políticas e econômicas e também se fez notar nas soluções que se apresentaram, durante o século XIX, para os conflitos advindos da nova ordem e que nem sempre agradaram a Igreja.

É verdade que a crítica à sociedade capitalista não era uma novidade para a época, nem mesmo entre os clérigos. A *Rerum Novarum* é, contudo, a oficialização do projeto da Igreja e a formulação de uma série de prerrogativas que balizariam a ação social católica futura. A Igreja, todavia, não pode ser considerada precursora na busca sistemática por uma solução para a questão social. O pensamento socialista foi, desde o início, mais ativo na formulação de teorias e no estímulo à organização da sociedade contra a máquina capitalista. Durante o século XIX, diversos pensadores teorizaram sobre formas de enfrentar as desigualdades cada vez mais latentes do capitalismo. A expressão maior dessas ideias é, decerto, o texto mais panfletário de todos até então publicados sobre o tema. O Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, esclarece, em linguagem propícia à circulação entre os operários, sobre o caráter revolucionário da classe burguesa e explicava o processo pelo qual esta classe conquistou a hegemonia na sociedade. Dessa forma, tenta convocar os proletários a lutar para reverter esse quadro, exaltando as características revolucionárias da classe.

A questão que se põe, então, é conjeturar se a encíclica *Rerum Novarum* respondia ao socialismo ou a inquietações da própria cristandade. É preciso questionar se a resposta da Igreja direcionava-se ao medo de que a proposta radical socialista obtivesse êxito ou mesmo reagia à perda de importância política da Igreja com o advento dos Estados Nacionais. É fato que os socialistas articularam-se de forma mais contundente na segunda metade do século XIX, tendo como ápice a organização da Internacional Socialista, em 1864.

[32] Id. Ibid.

Pelo teor antissocialista da *Rerum Novarum*, muitos autores tratam-na como uma resposta quarenta e três anos atrasada da Igreja ao movimento socialista – tomando a publicação do Manifesto Comunista como referência – e uma reação à perda de fiéis.[33] Toda a primeira seção do documento, intitulada "A questão social e o socialismo", é dedicada a refutar alguns princípios socialistas. É, portanto, inegável que havia a intenção clara de se criar campos opostos de enfrentamento da questão social. Entretanto, se se considera a produção de pensadores católicos como Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Lamennais, além da ação de clérigos como Frédéric Ozanam e Emmanuel von Ketteler, é possível perceber que a Igreja viu surgir em seus quadros, durante o século XIX, iniciativas críticas à questão social e, muitas vezes, críticas à inércia de Roma frente ao problema. A própria formação de movimentos cristãos entre trabalhadores antecede, na Europa, a carta papal de 1891, e, em muitos casos, caminhou dissociada da ação oficial da Igreja, como no caso francês.

Afirmar que o movimento operário cristão é produto da doutrina social da católica é simplificar um processo que é muito mais complexo. Patrick Pasture afirma que, de fato, os "arquitetos da chamada 'doutrina social' somente formularam respostas para a questão social tardiamente [...]. Esse foi o caso de pensadores proeminentes como o bispo Ketteler."[34] O autor argumenta que mesmo homens leigos, aristocratas ou não, e o baixo clero, tiveram papel no desenvolvimento dessa doutrina. O próprio movimento operário cristão já se consolidara em algumas regiões da Europa, com enraizamento mais profundo em regiões onde a chegada dos socialistas foi tardia.[35]

A síntese publicada na referida encíclica de Leão XIII é também uma reflexão sobre o que se observava nos próprios domínios da Igreja Católica. Não por acaso, o Papa Pio XI convocou, na década de 1870, o Comitê de Genebra para discutir a questão. Embora seja inegável a preocupação da Igreja com o socialismo, é preciso considerar a *Rerum*

---

[33] Em geral, estudos dessa corrente são do campo da história da religião e da Igreja Católica. Entre esses autores, destaco o estudioso da doutrina social da Igreja MATOS, Henrique C. J. "Da 'Rerum Novarum' (1891) à 'Centesimus Annus' (1991): 100 anos de evolução da Doutrina Social da Igreja". Revista Eclesiástica Brasileira, v.51, n. 204, 1991. p.771-802.

[34] Pasture, P. Introduction: between cross and class. Christian labour in Europe 1840-2000. In: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit*. 2005, p. 38.

[35] DAMBERG, W.; HIELPEL, C.; CANAVERO, A. The Formation of Christian Working-Class Organization in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840-1920). In: Id. *op cit*. p.78-79.

*Novarum* também como uma autocrítica baseada em sua própria dinâmica interna. Trata-se de não a reduzir *a priori* a uma resposta tardia ao socialismo, não obstante, sem deixar de considerar que havia a clara intenção de criticá-lo e reservar à ação social da Igreja outra frente. A encíclica foi, sim, elemento que intensificou e tornou oficial a política da Igreja de incentivo à criação de associações de trabalhadores em moldes de corporação. Nesse aspecto, representou também um marco de incentivo ao associativismo de classe como forma de luta por melhorias nas condições de trabalho e vida.

Em seu conteúdo, o texto da *Rerum Novarum* apresenta um modelo normativo e analisa cinco temas de maior importância, a saber: o corporativismo, a harmonia e a cooperação entre as classes, a propriedade privada, o papel do Estado na sociedade moderna e, por último, a crítica ao socialismo, que perpassa todos os anteriores. Esse modelo normativo para a sociedade acaba por constituir-se em um projeto doutrinário para as relações sociais que teve efeito prático nas associações de classe que o seguiram e na própria política.

Ao apresentar um caminho para a resolução da questão social, Leão XIII buscou no corporativismo medieval a inspiração para sua proposta de associação dos trabalhadores. Na Idade Média, artesãos organizavam-se em corporações de ofício, comunidades autônomas que detinham o monopólio da produção de um produto em uma localidade específica. As corporações de ofício garantiam também o monopólio do trabalho, ao limitar o número de associados e, portanto, definindo quem poderia exercer determinado ofício na localidade. Era uma forma de organização técnica e social do trabalho. Robert Castel, ao analisar o processo sócio histórico que levou à sociedade salarial, afirma que a "participação de um ofício em uma corporação marca o pertencimento a uma comunidade distribuidora de prerrogativas e de privilégios que asseguram um estatuto social para o trabalho"[36]. Ao proteger o trabalho de seus integrantes, as corporações impediam a livre circulação de mercadorias e determinavam a existência de um mercado de trabalho regulado e de acesso restrito.

Inspirado nas corporações medievais, na encíclica de 1891, o conceito de classe se confundia com o de corporação. Jesse Jane de Souza afirma que a fusão entre os conceitos

[36] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 611p. p. 155

de classe e corporação significava a aceitação da divisão social do trabalho, determinadas pela natureza humana e vontade de Deus.[37] Em decorrência, a Igreja tentava desvincular o conceito de classe trabalhadora da ideia de transformação da sociedade defendida pelos socialistas. O passado corporativista, nesse contexto, significava referenciar "uma sociedade idealística onde todas e todos tinham o seu lugar e, especialmente, em que os trabalhadores não foram excluídos da sociedade em geral."[38] Tratava-se, portanto, de naturalizar a divisão da sociedade em classes e criar funções sociais específicas para trabalhadores e patrões, justificadas pela natureza humana e a vontade divina.

A corporação era, então, o instrumento que viabilizaria a harmonia entre as classes. Para a Igreja, a corporação era idealisticamente o espaço de convivência no qual patrão e empregados poderiam confraternizar ou, ao menos, cooperar. A *Rerum Novarum* defende que as corporações operárias deveriam ocupar lugar de fundamental importância na sociedade. Por isso, recomendava-se a organização dos trabalhadores em associações operárias, "quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões".[39] A defesa da cooperação entre as classes, por conseguinte, pode indicar a desejável preferência por modelos de associações mistas. A organização de associações para proteção dos trabalhadores, contudo, é a preocupação principal, o que torna a doutrina criada com a encíclica incentivadora do associativismo operário. Era um associativismo contraposto àquele promovido pelos socialistas, mas que, acima de tudo, atribuía às organizações de trabalhadores papel de suma importância na sociedade. É relevante destacar, ainda, que a concepção de corporativismo que a Igreja defendia refere-se à organização das classes em corporações profissionais para agregar forças e proteger associados. Pretendia, contudo, que essas corporações fossem dissociadas do Estado e a ele recorressem apenas quando fosse estritamente necessário. Isso diferencia o corporativismo defendido por Leão XIII daquele

---

[37] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 320 p. p. 37.

[38] Pasture, P. Introduction: between cross and class. Christian labour in Europe 1840-2000. In: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit*. 2005, p. 41-42.

[39] IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. ***Rerum Novarum***: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 25/02/2014.

praticado pelos Estados ao atrelar em sua estrutura, de forma orgânica, os sindicatos de trabalhadores, tal qual fez o governo brasileiro a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas.

A ideia de harmonia e cooperação entre as classes é defendida por Leão XIII, que argumentava que patrões e operários, ricos e pobres, não deviam se digladiar por serem frutos da organização natural da sociedade e, portanto, elementos complementares.

> O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.[40]

Capital e trabalho, elementos complementares, eram partes da organização natural da sociedade. A riqueza resultante dessa colaboração de classes deveria ser distribuída com justiça, o que não significava equidade.[41] O que se pode apreender da análise da encíclica *Rerum Novarum* é que justiça na distribuição das riquezas significava garantir aos trabalhadores um salário justo, que os permitisse ter as condições mínimas de sobrevivência.[42] Nesse sentido, a justiça da Igreja reproduzia a manutenção das diferenças econômicas entre patrões e operários. O capital não deveria se apropriar de toda a fortuna e deixar os trabalhadores na miséria, mas, por outro lado, não deveriam os operários almejar suprimir a propriedade privada.

---

[40] IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903 : Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 13-14

[41] IGREJA CATÓLICA. *op. cit.* p. 14.

[42] Nas palavras de Leão XIII, "[…] o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado. Mas, se constrangido pela necessidade ou forçado pelo receio de um mal maior, aceita [o trabalhador] condições duras […] será preferível que a solução seja confiada às corporações ou sindicatos […] ou que se recorra a outros meios de defender os interesses dos operários, mesmo com o auxílio e apoio do Estado, se a questão o reclamar." Idem. *op. cit.* p. 28-29.

A propriedade privada, segundo a *Rerum Novarum*, é conforme a natureza, fruto do trabalho humano e baseia-se na essência da vida doméstica. O patrimônio seria, então, o prolongamento da vida humana, que se constrói para a família. Com o objetivo de refutar o critério socialista sobre a propriedade privada, a carta papal realçava sua função social. A propriedade social ou estatal representaria prejuízo ao próprio operário, que perderia a possibilidade de conquistar, com trabalho e parcimônia, patrimônio para sua família. A supressão da propriedade privada e sua conversão em propriedade coletiva privariam os trabalhadores "retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação."[43]

É nesse aspecto que um dos papeis do Estado, segundo a encíclica, fica claro: garantir a função social da propriedade privada. O Estado teria um papel distributivo e deveria agir de forma a garantir o bem-estar de todos.[44] Esse papel distributivo objetivava garantir a justiça social, seja pelo justo salário ou pelo acesso à propriedade privada para as famílias operárias, mas não significava de forma alguma que a distribuição seria igualitária.

> Mas, ainda que todos os cidadãos, sem exceção, devam contribuir para a massa dos bens comuns, os quais, aliás, por um giro natural, se repartem de novo entre os indivíduos, todavia as constituições respectivas não podem ser nem as mesmas, nem de igual medida. Quaisquer que sejam as vicissitudes pelas quais as formas do governo são chamadas a passar, haverá sempre entre os cidadãos essas desigualdades de condições, sem as quais uma sociedade não pode existir nem conceber-se. Sem dúvida são necessários homens que governem, que façam leis, que administrem justiça, que, enfim, por seus conselhos ou por via da autoridade, administrem os negócios da paz e as coisas da guerra. Que estes homens devem ter a proeminência em toda a sociedade e ocupar nela o primeiro lugar, ninguém o pode duvidar, pois eles trabalham diretamente para o bem comum e de maneira tão excelente. Os homens que, pelo contrário, se aplicam às coisas da indústria, não podem concorrer para este bem comum nem na mesma medida, nem pelas mesmas vias; mas, entretanto, também eles, ainda que de maneira menos direta, servem muitíssimo aos interesses da sociedade. Sem dúvida alguma, o bem comum, cuja aquisição deve ter por efeito aperfeiçoar os homens, é principalmente um bem moral.[45]

---

[43] Idem. *op. cit.* p.4
[44] Idem. *op. cit.* p.21
[45] IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903 : Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 22-23.

Na concepção defendida na doutrina social da Igreja, o Estado deveria agir sempre que houvesse risco de desordem. A Igreja defendia a naturalização das diferenças entre as classes sociais e, nesse aspecto, o Estado deveria usar suas leis e, se necessário, a força para garantir que a ordem social se mantivesse. Esses recursos eram necessários, contudo, seu uso deveria ser restrito ao estritamente necessário. Na sociedade cristã idealizada, as organizações de classe poderiam garantir a ordem por meio de acordos e, por isso, era importante que as corporações operárias fossem independentes do Estado para que pudessem lutar por seus interesses.

Não se devia, contudo, esperar pela providência do Estado, pois este era "posterior ao homem"[46], que já possuía naturalmente o direito de viver de seu trabalho e proteger sua existência. O direito de propriedade, portanto, seria fruto do trabalho do homem. Essa visão da Igreja Católica em muito se assemelha àquela defendida por John Locke, pela qual a propriedade, criada a partir do trabalho, já existia no estado de natureza, constituindo-se como um direito natural do indivíduo que não poderia ser violado pelo Estado.[47] Nesse aspecto, tanto o racionalismo iluminista quanto a doutrina religiosa naturalizavam a propriedade e, com ela, a separação da sociedade em classes.

Em suma, a Igreja Católica, com a publicação da *Rerum Novarum*, criou um modelo normativo e comportamental para difundir entre seus fiéis. Tratava-se de organizar uma sociedade que naturalizasse a divisão social entre classes, que deveriam se relacionar de forma harmônica e em cooperação. Essa sociedade, entretanto, deveria ser marcada por justiça social. Para ser alcançada tal justiça, os princípios cristãos deveriam ser praticados por todas as classes, que agiriam em cooperação. Trabalhadores e patrões deveriam se organizar em corporações de classes. A organização é incentivada como forma de equilibrar a balança de forças e promover a justiça social entre as classes. O Estado deveria agir sempre que necessário para nivelar a tensão entre as classes. As considerações sobre o Estado demonstram uma tentativa de a Igreja se enquadrar no modelo interventor, o que acaba por ser uma ação crítica contra o liberalismo, alvo de apreciações severas na carta de Leão XIII.

---

[46] Idem. *op. cit.*. p. 6.
[47] LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998. 639p.

Todos esses efeitos normativos direcionados à cristandade são críticos às ideias socialistas e, ao apresentar caminho diametralmente oposto, refutam a adoção de ações revolucionárias direcionadas à contestação da ordem social estabelecida.

Com esse modelo normativo, a Igreja iniciou um processo de formação de leigos ativistas que teria continuidade no século XX, sobretudo quando, na década de 1920, foi criada a Ação Católica, ligada diretamente à sua hierarquia. A reafirmação da doutrina social leonina se deu com a encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada em 1931, por Pio XI, na qual se rogava pela reconstrução da ordem social com os mesmos princípios expostos em 1891.

A encíclica de 1931 não é apenas uma comemoração do aniversário de quatro décadas do texto de Leão XIII. Pio XI retoma a doutrina leonina, sem contestá-la, mas propõe uma adaptação de sua aplicação aos desafios de sua época. O texto ataca o capitalismo, que naquela ocasião enfrentava a sua maior crise, e afirmava que despotismo econômico e livre concorrência resultavam na destruição das bases da economia. A ascensão do "partido da violência" na Rússia, após a Revolução de 1917, era tomada como a prova de que o socialismo era ineficaz na resolução da questão social. A carta de Pio XI propõe a cristianização das relações econômicas, tal qual propusera Leão XIII, mas com a complexidade que os novos tempos exigiam, e, ainda, incentiva a caridade cristã.[48]

A carta de Pio XI continuava a incentivar o associativismo operário, mas, sobretudo, queria que se fizessem "soldados auxiliares da Igreja", com vinculação hierárquica. O que há de novo, contudo, é a recomendação de que as organizações de classe deveriam ter autonomia em relação ao Estado ou qualquer outra estrutura de poder que não fosse a Igreja. "Os primeiros e imediatos apóstolos dos operários devem ser operários; os apóstolos dos artistas e comerciantes devem sair dentre eles.", afirma Pio XI na carta de 1931. A Igreja queria que a militância de seus fiéis criasse um exército para si e não para os Estados. Essa preocupação é, decerto, decorrente da ascensão do nacionalismo na Itália, na década de 1920.

---

[48] IGREJA CATÓLICA Papa (1922-1939: PIO XI); PIO XI. ***Quadragesimo Anno***: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII «*Rerum Novarum*». Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html . Acesso em 04/12/2014.

O impacto da encíclica de Pio XI foi a crescente hierarquização das associações confessionais que surgiram sob a égide da doutrina social da Igreja Católica. O efeito prático do modelo normativo criado pela doutrina social católica – que, de fato, pode ser caracterizado como projeto de transformação social da Igreja Católica –, foi o incentivo à organização de classe. Mesmo em países nos quais a organização de trabalhadores pelos princípios cristãos já era uma realidade observou-se grande impacto no surgimento de novas associações e crescimento do ativismo após a publicação da *Rerum Novarum*.[49] A Igreja quis tomar as rédeas da ação social de católicos e a encíclica de 1891 iniciou uma série de medidas que teriam continuidade no século XX, tendo como auge a criação da Ação Católica, na década de 1920, e na própria reafirmação da doutrina social criada por Pio XI, com a publicação da encíclica *Quadragesimo Anno*, em 1931.

## 1.3. Cultura militante católica

"Os sindicatos cristãos são quase todos de origem exclusivamente europeias".[50] A frase inicial do livro de Patrick Pasture, sobre o sindicalismo cristão internacional, é sintomática das origens da militância operária que tinha como especificidade a cultura confessional. O contexto de seu surgimento situa-se, por um lado, no momento de desenvolvimento ideológico do movimento operário europeu, durante o século XIX, e, por outro, no pensamento social das igrejas, particularmente da Igreja Católica. O pensamento católico e a própria Igreja romana tiveram importância capital, mas não exclusiva, na introdução de uma cultura confessional de enfretamento das mazelas da sociedade moderna, aceleradas pela Revolução Industrial. As religiões protestantes exerceram forte influência em

[49] Conforme demonstram DAMBERG, W.; HIELPEL, C.; CANAVERO, A. The Formation of Christian Working-Class Organization in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840-1920). In : PASTURE, P. *op. cit*. p.79.
[50] PASTURE, Patrick. **Histoire du syndicalisme chrétien international** : la difficile recherche d'une troisième voie. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 18.

alguns países europeus. Ernst Troeltsch, em estudo denso sobre o mundo cristão europeu, mostrou como, no correr dos séculos, cristãos católicos e protestantes obtiveram êxito em criar identidades adaptadas aos tempos em que viviam, e apresentaram respostas às transformações sociais.[51] No século XIX, a principal adaptação dos cristãos deu-se quando assumiram a questão social como um problema moderno e apontaram formas de enfrentamento. É necessário, contudo, entender qual foi a relação das Igrejas com o movimento operário cristão, ou da cultura militante cristã[52], que se consolidou no meio operário europeu no final do no século XIX. Dessa forma, será possível apreender o que há de específico nos trabalhadores cristãos e em sua cultura associativa confessional e, à luz do caso europeu, entender como se configurou, no Brasil, a militância católica no mundo do trabalho.

A partir da década de 1860, organizações de trabalhadores cristãos foram criadas na Alemanha, Bélgica e, na década seguinte, na Holanda e Itália.[53] Embora cada região tivesse especificidades quanto ao confessionalismo de suas associações, essas organizações tinham em comum o antissocialismo e a convicção em defender o associativismo dos trabalhadores. Segundo Jan de Maeyer, essas organizações possuíam a característica básica da cultura militante cristã, a saber, a recusa em associar sua identidade cultural com as associações socialistas coletivistas. Havia, pois, uma defesa de valores e tradições culturais da família e da propriedade que eram mais importantes que o próprio confessionalismo.[54] Esses mesmos valores e tradições são evocados na justificativa do programa político da democracia cristã europeia, durante o século XX.[55] Na formação dessas organizações cristãs,

---

[51] TROELTSCH, Ernst. **The social teaching of the Christian Churches**. London: George Allen; New York: Macmillan, 1931. 2v.

[52] Na literatura sobre a Europa, devido à influência do catolicismo e do protestantismo, o termo mais comum é "movimento operário cristão", que designa trabalhadores que se organizam em busca de direitos sem abandonar o aspecto confessional.

[53] DAMBERG, W.; HIELPEL, C.; CANAVERO, A. The Formation of Christian Working-Class Organization in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840-1920). In: VOSS; MAEYER; PASTURE;. *op cit*. p.78.

[54] MAEYER, Jan de. Christian worker's culture in pillarized societies: Belgium, Germany and the Netherlands, 1850-1950. In: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit.* 2005. p. 93. Ver também, no mesmo livro: DAMBERG, W.; HIELPEL, C.; CANAVERO, A. The Formation of Christian Working-Calss Organization in Belgium, Germany, Italy and the Netherlands (1840-1920). In: Id. *op cit*. p.49-80.

[55] A relação entre o movimento operário cristão e a democracia cristã são objetivo de análise de vários autores. c.f. Pasture, P. Introduction: between cross and class. Christian labour in Europe 1840-2000. In: VOSS; PASTURE; MAEYER (Ed.). *op. cit*. 2005, p. 9-48.

não havia a intenção de adotar um confessionalismo explícito, mas havia o imperativo de respeitar a fé de seus associados, fator que colocava essas associações em confronto direto com os socialistas, que quebraram imediatamente qualquer vínculo com a religião e, em geral, adotaram uma perspectiva ideológica anticlerical. Ainda segundo Maeyer, essa mesma perspectiva interconfessional adotada pelos cristãos criou a expectativa de obter das igrejas o mesmo respeito que exigiam em suas organizações de trabalhadores. Havia, nesse aspecto, a exigência de respeito ao trabalhador associado e de sua função social. Esse incipiente movimento de trabalhadores cristãos mostrou-se, muitas vezes, crítico da proximidade entre as Igrejas e as elites políticas. A ligação estreita entre clérigos e as elites políticas, contudo, fez com que surgisse um movimento cristão independente das Igrejas no seio do próprio movimento operário cristão.

Na gênese do movimento operário cristão europeu, o interconfessionalismo era, na verdade, uma forma de não exclusão dos protestantes. Patrick Pasture argumenta que, pelo menos nos casos alemão e belga, a denominação cristã ao invés de católica visava a fortalecer uma cultura cristã mais ampla e a criar, à custa dessa neutralidade, associações com número representativo de filiados.[56] Era, portanto, uma estratégia de fortalecimento das organizações de trabalhadores. Essas associações insistiam no caráter laico e autônomo em relação às igrejas, mesmo quando a contribuição de clérigos era frequente, como no caso da Bélgica, onde os protestantes eram pouco numerosos.[57]

O exemplo francês é emblemático para entender a relação entre a solidez das organizações de trabalhadores cristãos e sua relação com religião e Igreja. Na França, o movimento operário cristão desenvolveu, durante o século XX, uma estrutura sólida e articulada nacional e internacionalmente. Desde a constituição da principal central sindical cristã, a CFTC (*Confédération Française des Travailleurs Chrétiens*), em 1919, adotou-se uma postura política que visava ao posicionamento centrista. Era a tentativa de estabelecer uma ação sindical nem tão radical quanto a exercida pela CGT (*Confédération General des Travailleurs*), e também não caracterizada pelo sindicalismo "amarelo", que no caso francês

[56] PASTURE, Patrick. *op. cit.* p. 33.
[57] PASTURE, Patrick. **Histoire du syndicalisme chrétien international**: la difficile recherche d'une troisième voie. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 65.

também era de orientação católica. Michel Launay[58], ao analisar o processo de constituição da CFTC, destacou o desafio de agregar forças sindicais muitas vezes em desacordo, sobretudo no que tange à maneira de agir. No caso francês, as decisões tomadas no momento da constituição da CFTC foram decisivas para a constituição desse movimento centrista. Por um lado, a CFTC inspirava-se no catolicismo social – o que é claramente definido nos estatutos – e agia em desacordo com ideias revolucionárias de qualquer ordem, entretanto, sem deixar de colocar em primeiro plano a dimensão social da luta por direitos. Por outro lado, cria um mecanismo de filiação não excludente, com vistas a garantir a formação de uma organização sólida. Nas palavras de Launay, "um sindicalismo de meio termo, cujas ambições modestas, reivindicações moderadas, métodos medidos, tática flexível e estratégia aberta, situavam-no a meio caminho entre a intransigência patronal e a irresponsabilidade revolucionária." [59]

Embora a interpretação de Launay possa ser revista em alguns de seus argumentos, o autor toca em dois pontos nevrálgicos para entender o posicionamento dos católicos na dinâmica do movimento operário francês, no início do século XX. Tratava-se, então, de tomar decisões sindicais e ideológicas que eram essenciais para a constituição ou não de uma confederação sólida. A solidez da CFTC dependia também da abertura dada para a filiação de novos membros, que não foi limitada pela religião, apenas a adesão à forma de agir que defendiam. A presença da Igreja na administração da CFTC, tema que ocupou a pauta da assembleia de fundação, foi rechaçada desde o início. A possibilidade de agregar um grupo maior de sindicatos afiliados aumentou graças a esse dispositivo de filiação.

Esse posicionamento deu-se no contexto em que a presença da CGT mais à esquerda era real. Em 1919, quando foi fundada a CFTC, a CGT já era uma central sindical sólida na França. A riqueza das fontes para o caso francês permite situar os católicos na disputa por espaço junto aos trabalhadores e entender a importância desse posicionamento para a solidez e a representatividade que se queria estabelecer na CFTC. O dispositivo que desvinculava a CFTC de qualquer Igreja e que não excluía nenhum filiado por critérios

[58] LAUNAY, Michel. **La CFTC**: origines et développement, 1919-1949. Publications de la Sorbonne, 1986.
[59] LAUNAY, Michel. **La CFTC**: origines et développement, 1919-1949. Publications de la Sorbonne, 1986. p. 48

religiosos merece destaque, sobretudo quando se perceberá adiante as diferenças com o caso das organizações confessionais de trabalhadores, no Brasil, onde a hierarquia da Igreja estava mais próxima.

Após a Segunda Grande Guerra, o sindicalismo cristão francês caminhou em direção à formação de uma "segunda esquerda", ou seja, embora a moral cristã não fosse totalmente esquecida, a CFTC focou-se em uma visão de planificação democrática. Esse processo conduziu à transformação da CFTC em CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail).[60] Decorre dessa marcha gradual em direção ao socialismo democrático, que queria se posicionar entre o capitalismo e o socialismo totalitário, a desconfessionalização da ação sindical que passou a ser guiada por proposições que fossem econômicas, políticas ou sociais, mas não mais umbilicalmente vinculadas à moral cristã.[61]

Na Europa, as organizações confessionais articularam-se na esfera internacional com ápice em 1919, quando foi fundada a CISC (*Confédération Internationale des Syndicats Chrétiens*)[62]. A CISC foi bastante atuante na Europa e tentou se expandir pelo mundo. Embora não tenha sido influente no Brasil, em 1954, a CLASC (*Confederación Latinoamericana de Sindicalistas Cristianos*)[63] foi fundada, com sede em Caracas, na Venezuela, e imediatamente vinculada à CISC. A CISC consolidou-se como importante organização internacional de trabalhadores e, com isso, buscava influenciar as instituições internacionais como a OIT e a Liga das Nações. Embora fosse a menor entre as organizações internacionais de trabalhadores, seu papel não foi insignificante, tanto que, em 1947, foi reconhecida pela ONU como organização consultiva de categoria A, assim como as duas outras federações internacionais de sindicatos, a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (*International Confederation of Free Trade Unions*) e a Federação Internacional dos Sindicatos (*World Federation of Trade Unions*).

---

[60] GIORGI, Frank. **L'Invention de la CFDT 1957-1970**. Syndicalisme, catholicisme et politique dans la France de l'expansion. Paris: Ed. de l'Atelier/CNRS éd., 1995, 651 p.
[61] GEORGI, Frank. **L'invention de la CFDT. 1957-1970.** Syndicalisme, catholicisme et politique dans la France de l'expansion. Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.
[62] A Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos foi fundada pela união das confederações nacionais da Bélgica, França e Suíça, posteriormente agregando representantes de outras nações. A CISC transformou-se na CMT (Confederação Mundial do Trabalho), em 1968.
[63] A CLASC transformou-se em CLAT (*Central Latinoamericana de Trabajadores*), em 1971.

A influência da Igreja Católica foi maior mesmo em países onde o protestantismo era forte. A relação do movimento operário cristão com clérigos era ambígua, de proximidade e de conflito. O fato é que a Igreja Católica, durante o século XIX, mudou sua forma de enfrentar a modernidade. No curso daquele século, deixou de justificar as mazelas da vida social puramente pela ausência da fé e decidiu enfrentar a questão. As ideias revolucionárias socialistas também incomodavam e a Igreja passou a querer reconquistar a confiança dos trabalhadores e agregar-se ao movimento. O caminho foi buscar a clericalização desse movimento, ou seja, tentar aproximá-lo da hierarquia eclesiástica. É nesse contexto que a doutrina social da Igreja foi concebida e ratificada com a *Rerum Novarum*, em 1891, muito embora a hierarquização dos movimentos confessionais não tenha sido regra. O desenvolvimento do catolicismo social foi, nesse aspecto, determinante para os novos caminhos do movimento operário cristão.

A questão que se põe quando se tem como horizonte a conformação do movimento operário cristão europeu é a relação entre leigos e clérigos, ou seja, até que ponto a Igreja Católica influenciava diretamente as organizações católicas nos países europeus. O exemplo francês demonstra que a opção dos leigos pela não submissão hierárquica à Igreja Católica possibilitou solidez e autonomia às organizações, mas não as afastou da doutrina social católica. Em países vizinhos, como Bélgica, Holanda e Alemanha, organizações cristãs tinham diferentes graus de ligação com a hierarquia eclesiástica, contudo, mantiveram-se como organizações leigas formadas por cristãos. Importava principalmente a cultura confessional que compartilhavam e que se traduzia em uma forma de agir reformista e que prezava pela harmonia social. Pode-se dizer que, na Europa, a cultura militante católica compartilhada por trabalhadores leigos não os fez mais próximos da hierarquia da Igreja já que, na maioria dos casos, a presença de clérigos nas associações não era oficial.

No Brasil, o impacto da doutrina social iniciada com a *Rerum Novarum* não tardou a aparecer. Em contraste com o caso europeu, onde já havia movimentos de trabalhadores cristãos previamente organizados antes de 1891, o surgimento de movimentos sociais católicos deu-se de outra forma. Havia, entre os clérigos brasileiros, preocupação com a perda da influência política da Igreja e com o distanciamento dos fiéis. A doutrina social de Leão XIII foi um dos elementos que influenciaram a ação da Igreja no movimento de

Restauração Católica empreendido por um grupo de bispos nos primeiros anos do século XX e serviu igualmente de fundamento ideológico para leigos que lideraram movimentos sociais caritativos e de trabalhadores. O modelo praticado no Brasil se diferencia por ser muito mais vinculado à estrutura da Igreja que o Europeu. O catolicismo militante brasileiro, como se verá, nunca se dissociou totalmente da hierarquia da Igreja, como no caso francês, ou, ao menos, bispos e padres estiveram sempre presentes no aconselhamento ou mesmo ocupando cargos em diretorias de associações. O que se pode apreender, portanto, é que o grau de autonomia das organizações em relação à Igreja romana era muito alto na Europa, algo que, como se verá nos próximos capítulos, não ocorreu no Brasil.

# 2. O catolicismo militante no Brasil

## 2.1. O catolicismo militante no contexto da Restauração Católica

> Que maioria-católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica […] Uma grande força nacional, mas uma força que não atua, não influi, uma força inerte. […] Somos uma maioria ineficiente.
>
> 1ª Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme,
> Arcebispo de Olinda, 16/07/1916.

Após ser designado Arcebispo de Olinda, na Carta Pastoral de saudação a seus fiéis, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra[1], de forma provocativa, estimulava uma reflexão sobre a prática do catolicismo no Brasil e acusava os brasileiros de praticarem a religião sem sacramentos. Direto em sua abordagem, Dom Leme mostrou de forma enfática a corrente de pensamento que dominava os bispos brasileiros à época, engajados no processo de restauração da Igreja Católica, no Brasil. A Carta, bem como a atuação de Dom Leme, é conhecida por ter influenciado não somente os prelados comprometidos com o crescimento da Igreja brasileira, mas também intelectuais e fiéis que assumiram uma militância católica que teria significativa influência nas vidas social, cultural e política brasileiras nas décadas seguintes. Dom Leme liderou o movimento de Restauração Católica, que a partir da década de 1920, tornou-se representativo nacionalmente, sobretudo pela articulação com outros bispos brasileiros, entre eles, Dom João Becker, Arcebispo de Porto Alegre e Dom Antônio

[1] Dom Leme foi Arcebispo de Recife e Olinda entre 1916 e 1921. Após ser consagrado bispo, em 1911, fora designado bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, para onde retornara em 1921, ao ser nomeado bispo-titular e coadjutor – com direito à sucessão. Sucedeu o Cardeal Joaquim Arcoverde após sua morte, em 1930.

dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte. A estratégia de Dom Leme foi a de arregimentar a elite intelectual brasileira que, "apesar de oficialmente católica, militava com frequência nas hostes da maçonaria, do positivismo, do protestantismo, do espiritismo e até do ateísmo comunista"[2]. Esse projeto se consolidou com o Centro Dom Vital, criado em 1922, onde militaram Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso de Lima, influentes intelectuais católicos naqueles anos. [3]

Embora a Carta de Dom Leme seja constantemente citada paradigmaticamente nos textos sobre a história da Igreja no Brasil, sobretudo entre historiadores e cientistas da religião[4], o documento não inaugurou o paradigma e representava uma visão que vinha sendo amadurecida por membros do clero brasileiro desde o século XIX, ainda sob a vigência do padroado[5]. Atrelada e controlada pelo Estado desde os tempos coloniais, a Igreja era afastada de seus fiéis. O catolicismo popular praticado no Brasil muitas vezes misturava-se às práticas curandeiras indígenas e africanas, além de criar comportamentos considerados fanáticos pela Igreja, justamente por fugirem do seu controle. [6] Os clérigos se preocupavam com a conformação de um tipo de catolicismo afastado dos dogmas romanos e da hierarquia eclesiástica.

A separação entre Estado e Igreja, no Brasil, ratificada pela primeira Constituição da República, em 1891, é frequentemente citada como um golpe contra a Igreja. É possível

---

[2] MARQUES, Rita de Cássia. **Da romanização a terceira via:** a Igreja no Brasil de 1889 a 1945. 1995. 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 54

[3] Sobre os intelectuais católicos atuantes a partir da década de 1920 ver, entre outros: SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008; ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova**: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945). 2009. 156p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000436248>. Acesso em: 29 jan. 2013.

[4] Entre os historiadores, destaque para os que se dedicam à esquerda católica e suas origens. C.f. SILVA, Wellington. T. **O Jornal Brasil, Urgente - experiência de esquerda no catolicismo brasileiro**. 2008. . Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

[5] Acordo entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa, pelo qual o Rei de Portugal tinha o controle das atividades religiosas em seu território. Vigeu até 1911, quando da implantação da República Portuguesa.

[6] A historiografia tem se ocupado de manifestações do catolicismo popular, como pode ser visto nas trajetórias de Antônio Conselheiro e padre Cícero. Discussão sobre o tema em HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA e NEVES, op. cit. 2003. Sobre o Contestado, ver MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, c2004. 397p. (Várias histórias, 17). Inclui bibliografia e índice. ISBN 8526806424 (broch.).

dizer, entretanto, que foi o impulso necessário para implementar mudanças que estavam em discussão entre alguns bispos. Objetivava-se criar uma Igreja hierarquizada, com fiéis praticantes dos sacramentos, submissos às orientações do Papa e, sobretudo, uma instituição que fosse capilar e alcançasse todo o "Brasil Católico". A Igreja que permitisse tornar eficiente a "maioria ineficiente" citada por Dom Leme.

Em linhas gerais, a Igreja Católica no Brasil sob a vigência do padroado régio era pouco autônoma, comportando-se como um "departamento de Estado"[7] e os clérigos, como funcionários públicos. Cabia ao Rei de Portugal, durante a Colônia, e ao Imperador, após a Independência, a ordenação dos bispos e arcebispos. A Igreja encontrava-se fragilizada para enfrentar o dilema apresentado por um Estado laico que estava em processo de formação no início da República. Segundo Jesse Jane Vieira de Souza, tornou-se claro entre os clérigos a necessidade de fortalecer a Igreja de forma a firmá-la como um corpo místico ante ao Estado laico, o que só pôde ser empreendido com a centralização romana[8]. A romanização disciplinou a Igreja brasileira, tornou-a mais estruturada e representativa, o que possibilitou a implantação de um projeto político-pastoral que visava a restaurar o que na visão dos clérigos havia de errado na sociedade brasileira. Os clérigos queriam restaurar ao catolicismo a importância político-moral perdida com a laicização, manter a ordem e afastar as ideias revolucionárias da sociedade.

Em fins do século XIX, a chamada "questão religiosa" ocupava o debate entre católicos conservadores e liberais cientificistas. Em disputa, o medo dos liberais de que o conservadorismo fizesse voltar o tempo medievo, em que a Igreja era tutora do Estado e inimiga dos ilustrados, enquanto a Igreja prendia-se à memória da Revolução Francesa, quando fora expropriada e oprimida. O embate entre esses liberais cientificistas e os católicos conservadores pode ser vista em debates no Parlamento do Império e também na militância de personagens como Padre Júlio Maria.[9] Nascido em 1850, Júlio Maria formou-se bacharel e foi magistrado por muitos anos. Foi ordenado padre já com idade avançada, aos 41 anos,

---

[7] ROMANO, Roberto. **Brasil, Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979. p. 81

[8] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 100.

[9] Sobre a "questão religiosa" ver SOUZA. *op. cit*., 2002, p. 105.

após estudos no seminário de Mariana, conhecido por ser um dos centros irradiadores da romanização[10] no Brasil. Padre Júlio Maria militou na virada do século XIX para o XX e defendia a aproximação da Igreja dos fiéis como estratégia de fortalecimento da instituição. Além disso, criticou em seus escritos o Estado laico, quando afirmou que o "ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política".[11] Júlio Maria via, contudo, o advento da República como o ensejo de que a Igreja precisava para iniciar o processo de expansão e aproximação dos fiéis, algo que o atrelamento político ao Estado Imperial impossibilitava.

A análise que a Igreja Católica fez da sociedade brasileira ao final do século XIX destacava o caos social "gerado pela infiltração do laicismo nas instituições políticas e sociais e, principalmente, pela ignorância religiosa do povo"[12]. Os escritos de Dom Leme, Dom Cabral e Dom Becker, mostram que o movimento de restauração católica fundamentado em um modelo romanizado de Igreja baseou-se na intolerância aos contornos da sociedade brasileira de então, considerada desordenada, indisciplinada e anárquica.[13] A estratégia para enfrentar o problema era a expansão orgânica da Igreja, que a partir de então buscou ramificar-se territorial e socialmente no Brasil. Por um lado, a Igreja buscou descentralizar-se e, entre 1890 e 1930, foram criadas 56 novas dioceses em todo o país, período com o maior crescimento em sua história.[14] Ademais, durante a Primeira República, as dioceses investiram no crescimento da rede de escolas religiosas, seminários e novas catedrais em

[10] A "Romanização", foi o processo de reformas litúrgicas e destruição das tradições locais do catolicismo, com vistas a moldar a Igreja Católica no Brasil pelas diretrizes de Roma.
[11] O texto foi publicado como capítulo em edição comemorativa do quarto centenário do Descobrimento do Brasil e, posteriormente, foi republicado como obra integral em MARIA, Júlio. **A Igreja e a república**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981. 125p. p. 12
[12] SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *op. cit*., 2002. p. 112.
[13] DIAS, Romualdo. **Cor unum et anima una. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil, 1922-1935**. 1993. [289]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas [SP. Disponível em:
<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000064039>. Acesso em: 31 jan. 2013. p. 75
[14] MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. 1985. 222f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000044308>. Acesso em: 9 dez. 2014. p. 57-58.

todo o país.[15] Por outro lado, havia a necessidade de criar um exército de fiéis que fossem multiplicadores e formar um apostolado leigo para atuar nas várias esferas da vida social.

Esse processo de expansão é encaminhado pela Igreja Católica no Brasil também com vistas a obter do Estado o reconhecimento do Brasil como um país católico e da Igreja como expressão máxima desse sentimento. O discurso de que "ser brasileiro é ser católico" servia tanto para combater as outras religiões e seitas, como para dar ao catolicismo uma característica de identidade nacional.[16] A expansão orgânica impactou a sociedade brasileira tanto do ponto de vista político, com ápice atingido na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foi estabelecida relação de cooperação extraoficial entre governo e Igreja, quanto no concernente à vida associativa dos trabalhadores, alvo principal da ação social católica.[17]

A produção acadêmica sobre a história da Igreja Católica no Brasil destaca a Ação Católica como o ápice da efetivação do projeto político-social da Igreja de formar o apostolado leigo eficaz que se buscava.[18] A Ação Católica (AC) surgiu na Itália, em 1922, na esteira da publicação da encíclica *Uni Arcano*, na qual o Papa Pio IX destaca a necessidade de se criar um exército de cristãos militantes e disciplinados. Esse modelo de Ação Católica, que visava à organização do laicato dentro da hierarquia da Igreja só se formalizou no Brasil, com a aprovação do Papa, em 1935, quando por meio de uma Carta Pastoral Coletiva os bispos brasileiros publicaram os estatutos da Ação Católica Brasileira (ACB). Embora seja frequente encontrar a expressão "ação católica" em jornais católicos desde o início do século XX e, em alguns estudos[19], perceber movimentos sociais católicos associados à ACB, é

---

[15] MICELI, Sérgio. A elite diocesana na República Velha. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 8, 1985. p. 12-30.
[16] MARQUES, *op. cit.,* 1995. p. 51.
[17] Sobre a temática, alguns estudos são esclarecedores: MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.; MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
[18] Entre outros, ROMANO, R. op. cit. 1979.; DIAS, Romualdo. *op. cit*. 1993.; MARQUES, *op. cit.,* 1995.
[19] Como exemplo, cito a dissertação de mestrado de Ana Cristina Lima, que embora apresente relevante análise da cultura confessional entre trabalhadores cearenses, associa o círculo operário católico de Fortaleza à Ação Católica, sem atentar para a temporalidade do termo. LIMA, Ana Cristina P. **"Obreiros Pacíficos":** o círculo de operários e trabalhadores católicos São José. (Fortaleza, 1915-1930). 2009. XXX p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1999 p.

preciso diferenciar a ação incipiente e com menor ligação à hierarquia da Igreja – não obstante, próxima a ela – daquela criada e organizada pelo Vaticano.

Romualdo Dias, ao analisar a doutrina católica sobre a autoridade, entre 1922 e 1935, afirma que em seu objetivo de restaurar a sociedade e o Estado brasileiros pelo catolicismo, a Igreja empreendeu as seguintes ações: 1. Divulgação da doutrina social católica; 2. Articulação do episcopado nacional com vias a criar uma ação homogênea em todo o território; 3. Formação de uma elite intelectual a serviço do episcopado e de seu projeto político-pastoral; 4. Organização de grupos intermediários responsáveis pela articulação com as massas; 5. Promoção de movimentos religiosos de massas. Segundo o autor, esses níveis de ação podem ser observados a partir de 1922, quando teria sido firmada a articulação entre os bispos, liderados por Dom Leme. Em 1935, a oficialização da ACB seria o ápice desse projeto, que já alcançava respeito junto ao Estado brasileiro.[20] É preciso, entretanto, reiterar a existência prévia de movimentos organizados que balizaram a ação institucional da Igreja no caminho até a fundação da ACB.

Por ter havido, antes da institucionalização da ACB, movimentos que se intitulavam como tal e que, de certa forma, praticavam uma ação social com características que seriam posteriormente adotadas pela hierarquia da Igreja, é preciso conhecê-los e entendê-los como parte da formação da militância católica, no Brasil. Trata-se do curso natural de amadurecimento de uma linha de ação que foi posteriormente oficializada pela Igreja. O que quero destacar é o pouco conhecimento histórico sobre esse momento do catolicismo no Brasil e, ainda, as implicações na conformação do catolicismo militante que teve significativo impacto no mundo do trabalho, com a constituição de um movimento operário católico em várias regiões do país.

É sabido que algumas localidades brasileiras viram o catolicismo militante formar associações de trabalhadores ainda durante a Primeira República. São Paulo, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais foram estados nos quais o movimento associativista católico foi mais ativo e, nas capitais dos dois últimos, chegou a ter representação majoritária em determinados momentos. O Centro dos Operários Católicos foi fundado em 1899, em São

[20] DIAS, Romualdo. *op. cit*. 1993.

Paulo, transformada em Centro Operário Católico Metropolitano, em 1907, e possuía ramificações pelos bairros da capital e em algumas cidades do interior do estado.[21] Em Fortaleza, o Círculo de Trabalhadores e Operários Católicos São José foi fundado em 1915, realizava atividades voltadas à educação e ao lazer dos trabalhadores, além de ter por finalidade expandir o circulismo no Ceará.[22] Em Pernambuco, a Corporação Operária de Camaragibe e a Federação Operária Cristã foram organizações fortes, lideradas pelo industrial católico Carlos Alberto de Menezes. O associativismo católico em Minas Gerais será mais bem analisado nas páginas que se seguem, mas cabe aqui destacar a Confederação Católica do Trabalho, fundada em 1919, em Belo Horizonte, que liderou a maioria dos sindicatos da cidade na luta por direitos para os trabalhadores durante a década de 1920. O catolicismo militante não era exclusivamente voltado aos problemas dos trabalhadores. Embora o trabalhador tenha ocupado espaço de destaque nas preocupações dos militantes católicos, sobretudo pela centralidade do trabalho na questão social tal como fora elaborada pela Igreja, esses militantes preocupavam-se também com o fortalecimento da religião em si e com a expansão da moral cristã na sociedade. Em decorrência, há também associações pias exclusivamente voltadas a questões religiosas ou à formação de jovens cristãos.

De todo o processo de gestação e implementação do projeto de restauração do catolicismo brasileiro, a consequência mais importante a se destacar dessa guinada da Igreja a Roma foi o surgimento do catolicismo militante. O processo de romanização criou uma nova conformação de ação eclesiástica dentro da hierarquia da Igreja, mas também fez surgir movimentos leigos guiados pelo catolicismo em várias esferas da sociedade, incluindo a organização dos trabalhadores, campo que preocupava a Igreja desde o século XIX. Esse processo de restauração da Igreja "elabora-se na compreensão militante de si mesma"[23]. As motivações e o percurso dessa compreensão militante no Brasil, bem como a conformação dos movimentos sociais e organizações resultantes desse catolicismo militante podem ser mais bem entendidos quando se lança o olhar sobre as manifestações do catolicismo nos

---

[21] BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 28

[22] LIMA, Ana Cristina P. **"Obreiros Pacíficos":** o círculo de operários e trabalhadores católicos São José. (Fortaleza, 1915-1930). 2009. 199f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

[23] SILVA, op. cit., p. 541.

primeiros anos do século XX. Nesse sentido, os congressos católicos e o movimento leigo organizado ao redor desses eventos fornecem elementos para compreender a conformação do catolicismo militante.

## 2.2. Congressos católicos no início do século XX

Na primeira década do século XX, os católicos brasileiros organizaram dois grandes congressos nacionais, em 1900 e 1908, que foram inspiradores para a ação social católica das décadas seguintes. Além desses, outros congressos regionais ou locais aconteceram em várias regiões do país, entre os quais: Congresso Católico de Pernambuco, em Recife, 1902; Congresso Católico de Niterói, em 1909; Congresso Católico de Petrópolis, 1909; Congresso Católico Mineiro, em Juiz de Fora, 1910, e em Belo Horizonte, 1911, 1914 e 1918; Congresso Católico Baiano, em Salvador, 1910. Esses eventos foram organizados por lideranças católicas leigas que, mesmo ao agir em consonância com os interesses da Igreja, não estavam subordinadas a ela. Riolando Azzi afirma que essas lideranças eram autônomas e vinculadas ao catolicismo de forma assistemática.[24]

A questão social e o problema dos operários ocupavam boa parte da pauta desses congressos, tratados diretamente, em sessões específicas, ou transversalmente, na discussão de temas mais gerais, tais quais, imprensa e propaganda, educação, associações religiosas e profissionais, moradia popular e custo de vida. A questão social era colocada em discussão e uma série de medidas foram propostas pelos congressistas que, em suma, nos dois eventos nacionais da primeira década do século XX, mostraram preocupação com a formação do laicato para atuar em consonância com o catolicismo.

[24] AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994, p. 99.

O 1º Congresso Católico Brasileiro ocorreu em 1900, em Salvador, promovido pelo Apostolado da Oração[25]. É sintomático que o primeiro discurso, pronunciado por Carlos Alberto de Menezes, presidente do congresso, tratava da questão operária. É notória a preocupação do congressista com notícias vindas da Europa, que revelavam a penetração de ideologias revolucionárias no meio operário. Havia a preocupação de evitar que os conflitos entre capital e trabalho, no Brasil, seguissem o mesmo caminho.

> O operário brasileiro não foi ainda trabalhado, pervertido, como o Europeu. […] Mas se a questão não existe, existirá dentro em pouco; o terrível vírus nos é trazido por muitos veículos. O nosso dever é preveni-la, é aplicar ao nosso organismo social, ainda isento, a vacina que o torne imune. E essa vacina, nós a temos mais segura e mais eficaz que as culturas de Jenner e Pasteur. Quem nos fornece-a é a Santa Igreja [...][26]

Carlos Alberto de Menezes (1855-1904) foi engenheiro civil em Pernambuco, onde foi diretor-geral da Usina de Açúcar de Goiana e sócio-diretor da Companhia de Tecidos de Camaragibe. Influenciado pelo catolicismo desde a mocidade, quando ingressou nas fileiras do movimento vicentino, tornou-se um líder católico conhecido em sua região, sobretudo após implantar em suas indústrias um modelo de organização dos trabalhadores baseado nas experiências belgas. Em Camaragibe, criou a indústria de tecidos e a vila operária, além da Corporação Operária do Camaragibe, organização mista de patrões e operários, à qual todos os trabalhadores da cidade eram filiados. Sua propaganda do catolicismo social e ações como patrão fizeram-no ganhar destaque entre as lideranças católicas no meio operário.[27] Menezes foi ainda fundador da Federação Operária Cristã de Pernambuco, organização mista que tinha como associadas: Fábrica de Tecidos de Apipucos; Corporação Operária de Camaragibe; União Beneficente dos Empregados da Companhia

---

[25] Organização de leigos católicos surgida na França, no século XIX, e confiada pela Santa Sé aos jesuítas, que tem por objetivo formar cristãos católicos.

[26] MENEZES, Carlos Alberto de. AZEVEDO, Ferdinand. **Ação Social Católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1986. p. 35

[27] Sobre Menezes e sua atuação em Pernambuco, há pelo menos dois textos em tom hagiográfico: MENEZES e AZEVEDO. Op. cit. e COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996. Uma análise menos hagiográfica pode ser vista em: AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de; LIMA, Lúcio Renato Mota. A fábrica de tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908). **REVTEO** – Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP/PE. Dezembro de 2012, n. 1, v.01. pp.160-195.

Ferro Carril; Fábrica de Tecidos de Malha (Várzea); Associação dos Filhos de São José da Fábrica de Tecidos Paulista; Fábrica de São José do Gravatá; Usina de Goyana.[28]

Durante o 1º Congresso Católico Brasileiro, Carlos Alberto de Menezes imputou culpa pela questão operária brasileira à herança da escravidão e aos hábitos considerados incivilizados dos brasileiros, como o concubinato e a desvalorização da família. Segundo ele, era preciso conscientizar os patrões da grande indústria de que o único meio de disciplinar e moralizar as classes populares era a religião. Para tanto, era preciso fazer a propaganda católica e arregimentar um exército "adestrado e munido do armamento superior da fé"[29].

O debate sobre a questão operária também ocupou a programação do 2º Congresso Católico Brasileiro, realizado entre 26 de julho e 2 de agosto de 1908, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Círculo Católico e com o apoio do Cardeal Arcebispo Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.[30] No discurso de abertura do Congresso, o Cardeal Arcoverde anunciou que o objetivo principal dos congressistas deveria ser acordar formas de levar a doutrina católica a todas as camadas da sociedade. O programa continha temas como educação, imprensa, associações religiosas e profissionais, sindicatos, cooperativas e bancos populares, além de discussões doutrinárias. A maioria dos discursos, entretanto, apontava para a necessidade de concentrar a ação dos católicos no associativismo e na formação de militantes católicos prontos para disseminar o catolicismo social e criar as bases para a restauração da sociedade brasileira.[31]

A centralidade da ação social dos católicos como tema em discussão pôde ser percebida já na primeira sessão do Congresso, na qual o Dr. Basílio Machado discursou sobre "A ação social do catolicismo", criticando de forma dura o anticlericalismo e as ideias revolucionárias. Apoiado na *Rerum Novarum*, argumentou que para resolver a questão social

---

[28] BRITO, Luiz de Correa. O movimento social católico em Pernambuco. Congresso Católico Brasileiro, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910. 450p. p. 330.
[29] MENEZES e AZEVEDO, *op. cit.*, 1986, p.48.
[30] Elevado ao cardinalato em 1905, Dom Arcoverde foi o primeiro Cardeal do Brasil e da América Latina.
[31] CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit*.

e moralizar a sociedade, da Igreja viriam as "doutrinas capazes de pôr um termo ao conflito, ou de eliminar o que há de ríspido e de acrimonioso nas lutas sociais"[32].

Para fazer circular essa doutrina a todas as camadas da sociedade, como enunciou o Cardeal Arcoverde, a formação de militantes e organizações estava no topo das preocupações dos congressistas. Um relatório sobre as associações católicas atuantes no Brasil foi apresentado. Constavam do relatório as seguintes organizações: Mães Cristãs; Congregação Mariana; Pia União das Filhas de Maria; Ordem Terceira Franciscana; Confraria do Rosário; Liga Católica da Boa Imprensa; Obra das vocações sacerdotais. Todas essas organizações possuíam longeva atividade e apontava-se a necessidade de expansão e articulação nacional entre elas e, frequentemente, assinalava-se como falha a falta de propagandistas ou órgãos de imprensa.[33]

Ficava aparente na fala dos congressistas a necessidade de organizações modernas, que servissem para arregimentar mais militantes e que fossem capazes de potencializar a propaganda católica. Nesse aspecto, a experiência de organizações católicas mais recentes também foi tratada. Um exemplo é o do Círculo Católico da Mocidade, fundado em 15 de setembro de 1899, no Rio de Janeiro, e transformado em Círculo Católico, em 1902. A mudança de nome decorreu da autocrítica da organização, que, embora tenha conseguido se consolidar, falhava em "congregar jovens [e] catolicizar a mocidade"[34].

A partir de 1902, o Círculo Católico concentrou-se na propaganda e defesa da religião, objetivo que culminou na organização do 2º Congresso Católico Brasileiro. Entre os militantes atuantes no Círculo, surgiu a ideia de organizar a União Católica Brasileira, o que se efetivou em 3 de junho de 1907. A União contava com a assistência do Padre Júlio Maria e possuía um órgão de propaganda, a *Revista Social*. O objetivo de congregar jovens perdeu centralidade em ambas as organizações, embora ainda fosse fundamental para o

---

[32] MACHADO, Brasílio. A ação social do catolicismo. In: CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit.* p. 114.
[33] ALMEIDA, Victor M. C. de. Relatório sobre associações católicas. Congresso Católico Brasileiro, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910. p. 190-198.
[34] SERRANO, Jonatas. Círculos para a mocidade. 4ª sessão ordinária. Congresso Católico Brasileiro, 2º., *op. cit*. p. 238

projeto político-pastoral católico que se elaborava. Essa finalidade seria retomada anos mais tarde, com a fundação, em Belo Horizonte, da União dos Moços Católicos.

Outro tema tratado no 2º Congresso Católico Brasileiro foi a habitação operária. Apontada como grave problema social, a questão da habitação operária foi objeto de análise de engenheiros que, ao assumirem a preocupação higienista da época, defenderam a necessidade de criar moradias limpas e arejadas. O engenheiro catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, José Agostinho dos Reis, defendeu a criação de vilas operárias que, por um lado, possibilitaria vida higiênica e confortável aos operários e, por outro, reuniria famílias "pelos laços de interesses de ordem moral e material"[35]. Segundo o congressista, isso possibilitaria o desenvolvimento de atividades cooperadas direcionadas à educação, lazer e assistência dos trabalhadores da vila operária. Para resolver o problema econômico que permeia a questão, citou o exemplo francês e defendeu a necessidade de leis de incentivo fiscal para construções populares além da formação de cooperativas de construção e financiamento por meio de caixas econômicas. A formação de cooperativas de construção também foi tema do discurso de outro engenheiro, João de Carvalho Borges Junior, que enfatizou as sociedades construtoras como única forma de viabilizar economicamente as casas para operários.[36]

Além de discutir a questão social em vários de seus aspectos, com ênfase nos problemas enfrentados pelos operários, fica claro que os congressistas apontavam a direção do associativismo e da formação da militância católica. Ao catolicismo militante era atribuída a responsabilidade de empreender o projeto político-pastoral de restauração da sociedade brasileira, projeto esse que se conformava com mais clareza na ocasião. Durante o 2º Congresso Católico Brasileiro, foi apresentada uma organização recém-fundada no Rio de Janeiro e que, posteriormente, se expandiria pelo país, inclusive em Belo Horizonte, onde desenvolveu papel central na formação de uma cultura militante católica na cidade: a União Popular do Brasil, fundada em 1908. Cabe destacar a centralidade atribuída à União Popular

---

[35] REIS, José Agostinho. Casas para proletários. Congresso Católico Brasileiro, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910. p. 369

[36] BORGES Jr., João de C. O problema da habitação operária resolvido pela Associação Cooperativa. Congresso Católico Brasileiro, *op. cit.* p. 318-323.

na condução do catolicismo militante brasileiro, o que foi enfatizado nas conclusões dos congressistas.

O documento final do 2º Congresso Católico Brasileiro reafirmou a importância dada ao associativismo católico e a formação de militantes. Além das recomendações de ordem religiosa, como celebração de missas, organização de retiros dominicais, peregrinações, etc., recomendava-se a criação de círculos para a mocidade em todas as dioceses e paróquias; a centralização da propaganda por meio da imprensa na Obra Especial de Propaganda, no Rio de Janeiro, e da "propaganda pela palavra" na União Popular do Brasil; investimento das organizações católicas para a formação de cooperativas de construção de casas operárias; e, ainda, a organização de congressos católicos regionais. Em relação ao associativismo católico, o documento enfatizava o dever "urgente e imperioso dos católicos brasileiros se iniciarem no movimento cooperativo da atualidade"[37] e que, sem prejuízo de outras organizações, se promovesse em todas as dioceses e paróquias a criação de centros da União Popular do Brasil, ligados à direção central do Rio de Janeiro.

As decisões tomadas durante o congresso de 1908 tiveram implicações diretas no associativismo de católicos brasileiros. A partir de então diversas organizações católicos dirigidas por leigos se formaram em várias regiões do Brasil e, além disso, iniciou-se um processo de articulação nacional no qual a União Popular do Brasil ocupou papel central. Essa articulação, aliada à preocupação latente com a questão operária, fez com que os católicos cada vez mais se vinculassem ao associativismo de trabalhadores, o que terá importância seminal na conformação do sindicalismo belo-horizontino da década de 1920.

[37] Conclusões. CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit.* p. 424.

## 2.3. União Popular do Brasil

A União Popular do Brasil, sediada no Rio de Janeiro e fundada oficialmente em maio de 1908, já era noticiada como "uma realidade" em janeiro daquele ano.[38] Baseada no modelo da congênere *Volksverein*[39] alemã, à União Popular do Brasil foi atribuída a responsabilidade de conduzir a militância católica em todo o país. Apresentada durante o 2º Congresso Católico Brasileiro, a *volksverein* brasileira foi criada por iniciativa do Frei Innocêncio Reidick, prelado que introduziu outros militantes católicos na experiência social católica alemã.[40]

Durante o 2º Congresso Católico Brasileiro, a União Popular foi apresentada como uma organização que direcionaria sua "força coletiva em benefício do operário, do pequeno agricultor, do pequeno comerciante, do pequeno industrial", com ação política limitada à utilização de sua força moral perante os poderes públicos.[41] Havia a preocupação de instruir o povo, de auxiliar os produtores agrícolas e os industriais sobre a melhor forma de produzir, e os operários sobre como trabalhar e buscar justiça social dentro da ordem. É relevante observar que o órgão oficial da União Popular do Brasil, *A Voz do Povo*, tinha o subtítulo "órgão do operariado, da indústria e da lavoura", e continha artigos técnicos sobre agricultura e economia.[42]

---

[38] BOLETIM ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA, jan. 1908 (AEAM - ARM. 2 PRAT. 3). A data de fundação da União Popular do Brasil é imprecisa. Sabe-se que já existia no início de 1908, quando noticiada no Boletim da Arquidiocese de Mariana. Nos anais do 2º Congresso Católico, realizado em 1908, é citada como uma realidade. A única cópia dos estatutos a que tive acesso data de 1911 e trata-se, provavelmente, de uma alteração estatutária ou mesmo do primeiro registro oficial dos estatutos.

[39] A *Volksverein* foi criada em 1890, por Ludwig Windthors (1812-1891), com o objetivo de enfrentar as tendências revolucionárias e defender a ordem social.

[40] Como exemplo, cito a trajetória de Jonathas Serrano, articulista da Revista Social, órgão da União Católica Brasileira, e orador frequente em vários congressos católicos. Foi influenciado por Reidick e esteve presente em vários eventos católicos em Minas Gerais. Sobre a trajetória de Jonathas Serrano, ver: SILVA, Giovane José da. **O Batismo de Clio**: catolicismo-social e história em Jonathas Serrano(1908-1931). 2011. 242f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais/Curso de História. p. 64-67

[41] ALMEIDA, Victor Maria Coelho de (Côn.). União Popular do Brasil. CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit.* p. 247.

[42] A única série conhecida do *A voz do povo* encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, e conta com os primeiros treze números, editados em 1911. Não se sabe se houve a continuidade da publicação.

No 2º Congresso, a União Popular foi apresentada como uma associação que "não era propriamente religiosa, nem uma sociedade beneficente, nem uma associação puramente econômico-social que se limita a fundar caixas de socorro, sindicatos, etc.", mas como uma "instituição de caráter geral cujo fim é promover, por todos os meios legítimos, a ação social católica".[43] A organização deveria, ainda, "trabalhar pelas justas reformas sociais e para obter a concórdia e harmonia entre as diversas classes; dignificar a classe operária […]"[44]. Em seus estatutos, a União Popular apresentava programa que objetivava promover 1) a criação de associações que beneficiassem seus associados, tais quais caixas de socorro mútuo, agências de trabalho, sindicatos, cooperativas e bancos populares; 2) a instrução do povo nos campos profissional, social e econômico por meio de cursos populares, bibliotecas e oficinas técnicas; 3) educação de propagandistas sociais e 4) propagação da imprensa católica.[45] A União Popular surgiu, portanto, para ser a grande propagandista do catolicismo social entre os setores populares e para estimular a criação de organizações confessionais sob os princípios da doutrina católica. É importante destacar que entre os objetivos da União Popular constava o "combate à tendência revolucionária no terreno social"[46], o que se alinhava ao discurso antissocialista do catolicismo.

O modelo proposto pela União Popular do Brasil era, nesse aspecto, consoante à proposta defendida na encíclica *Rerum Novarum*, pela qual patrões e trabalhadores eram classes complementares da estrutura social. A mediação da relação entre operários e produtores era objetivo principal da União Popular, que pretendia criar intensa propaganda direcionada às duas classes, além de estimular o surgimento de cooperativas e caixas de crédito que auxiliassem os trabalhadores.[47]

Assim como a congênere alemã, a União Popular do Brasil era organizada com uma Junta (Direção) Central; Conselho Superior (ou Executivo); Assistente Eclesiástico; e

---

[43] Discurso do Sr. Dr. José Cândido de Albuquerque Mello de Mattos sobre a "União Popular". CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910.
[44] Idem. *op. cit*. p. 255.
[45] União Popular do Brasil - Estatutos gerais. **União Popular**. Órgão oficial do Centro da União Popular e Comissão permanente dos congressos católicos no Estado de Minas Gerais. 1910.
[46] União Popular do Brasil - Estatutos gerais. *op. cit.*
[47] ALMEIDA, Victor Maria Coelho de (Côn.). União Popular do Brasil. CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit.* p. 247-248.

comissões técnicas de imprensa, lavoura, indústria, comércio e direito.[48] Seus estatutos previam a criação de Centros da União Popular em todos os estados brasileiros e diretórios em todas as dioceses. Vinculados à Junta Central havia os Ofícios Regionais de Estudos e Propaganda, que, em 1911, estavam constituídos em Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Salvador; e as Delegações Diocesanas ou Centros[49]. Cada Centro teria um gerente responsável por articular os diretórios regionais e a Junta Central, sediada no Rio de Janeiro.[50] Esse projeto de expansão seria estratégico na organização do laicato e na uniformização da ação do catolicismo na sociedade. Dentro do projeto de organização do catolicismo militante, a União Popular do Brasil exerceu papel central e de seus quadros surgiram muitos militantes que atuaram na organização do movimento operário católico em várias cidades brasileiras.

O processo de expansão pelo Brasil começou antes mesmo do 2º Congresso Católico Brasileiro, quando o primeiro centro foi fundado junto à diocese de Santa Catarina, em Florianópolis, em 10 de julho de 1908. Em Uberaba, em 11 de fevereiro de 1908, havia sido fundada independentemente a União Popular Católica de Uberaba que, durante o 2º Congresso, solicitou formalmente sua integração à União Popular do Brasil. Outras iniciativas para fundação de Uniões Populares pelo Brasil foram tomadas e decidiu-se que, nos anos seguintes, congressos católicos regionais deveriam ser organizados e militantes mobilizados para a fundação das filiais em suas localidades.[51]

---

[48] A primeira diretoria era formada por Plácido Modesto de Mello, presidente; Victor de Almeida, assistente geral; Padre Francisco Xavier Giessbert, 1º secretário; Jacintho Cecílio da S. Simas, 2º secretário; Octávio Silva, 3º secretário; Dr. José Baptista da Rosa, tesoureiro; Rodolpho Formiga e Augusto Pires, gerentes regionais. CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, *op. cit.* p. 243-53.

[49] **A voz do povo**. Anno I, nº 4. Bangú: 29 out. 1911.

[50] Estatutos gerais da União Popular do Brasil. **União Popular** (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1910. (Coleção Linhares – UFMG)

[51] 4ª Sessão – União Popular do Brasil. Congresso Católico Brasileiro, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910.

## 2.4. Centro da União Popular em Minas Gerais

A constituição da União Popular do Brasil no estado de Minas Gerais é exemplo bem sucedido do projeto político-pastoral católico, na medida em que conseguiu incentivar o associativismo e formar quadros de militantes católicos. Embora as fontes produzidas pela própria União Popular no estado às quais tive acesso sejam restritas a dois números do jornal *União Popular*, a busca na literatura da época ajuda a reescrever a trajetória da organização, sobretudo no que concerne a sua atuação em Belo Horizonte. Em *O bom combate*, Mario de Lima[52] analisa a ação social católica em Minas Gerais, embora com enfoque nas disputas pela autorização do ensino religioso nas escolas, narra toda a trajetória da União Popular no estado. O livro, publicado em 1929, é anunciado pelo autor como um "repositório de fatos" e é fonte privilegiada para a reconstrução deste processo histórico. Trata-se de um típico trabalho memorialista que relata história que o autor viveu ativamente, contudo, baseado em várias fontes que são arroladas em notas de rodapé e, eventualmente, transcritas em parte ou no todo.[53]

A União Popular[54] foi fundada, em Belo Horizonte, em 11 de abril de 1909, um ano após o surgimento da União Popular do Brasil, no Rio de Janeiro. Seus estatutos foram aprovados por Dom Silvério, arcebispo de Mariana, que, no ano anterior, já fazia propaganda da criação da organização na capital da República.[55] A União Popular funcionou no prédio do Cinema Modelo até 1914, quando adquiriu sede própria. Desde o início, foi dirigida pelo Dr. José Augusto Campos do Amaral, militante católico que atuaria em Belo Horizonte até sua morte, em 1931. Campos do Amaral foi líder católico expressivo junto ao movimento

---

[52] Mário Franzen de Lima (1886-1936) publicou poesias e ensaios, além de obras jurídicas. Foi professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, diretor do Arquivo Público Mineiro e da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Católico e orador talentoso, Mario de Lima esteve constantemente presente nas reuniões das organizações católicas de Belo Horizonte. Por vezes, foi mediador de conflitos entre trabalhadores e patrões, a pedido da Confederação Católica do Trabalho, organização que o empossou sócio benemérito, em 1929.

[53] LIMA, Mário de. **O bom combate:** subsídios para a história de 20 anos da ação social católica em Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. 458p. Mario de Lima teve acesso, por exemplo, às atas e documentos dos quatro congressos católicos mineiros realizados entre 1909 e 1918, documentação que não pude encontrar.

[54] Os dados históricos sobre a União Popular em Minas Gerais são baseados em LIMA, Mário. Op. cit.

[55] **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**, jan. 1908 (AEAM - ARM. 2 PRAT. 3)

operário, campo ao qual restringiu sua militância em 1919, quando foi um dos fundadores da Confederação Católica do Trabalho.

Mário de Lima resumiu os objetivos de ação da União Popular da seguinte forma:

> A organização dos operários católicos da capital; a arregimentação da mocidade; o descanso dominical; a assistência aos tuberculosos; a assistência escolar; a causa da boa imprensa; a liga de moralidade; a instituição do bem de família em nosso Código Civil constituíram outros tantos objetivos de esforços da União Popular, cujo máximo serviço foi, porém, o auxílio eficacíssimo prestado à campanha de reivindicação dos direitos católicos na escola primária.[56]

A menção aos direitos católicos na escola primária referia-se a intensa campanha realizada em favor do ensino religioso nas escolas públicas. Em 1906, a reforma implementada pelo presidente do estado, João Pinheiro, proibiu a instrução religiosa nas escolas primárias públicas. Em 1908, João Pinheiro também proibiu emblemas e imagens religiosas nas escolas. Era um ato que dava seguimento à laicização iniciada oficialmente com o advento da República, em 1889. Pensadores e militantes católicos iniciaram, então, campanhas para a autorização do ensino religioso. A União Popular foi, em Minas Gerais, a porta-voz dessa campanha católica, a partir de 1912, quando enviou representação ao legislativo estadual solicitando a autorização para instrução religiosa facultativa. Embora os católicos tenham feito intensa campanha, somente em 1929, sob a presidência de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o estado de Minas Gerais autorizou a instrução religiosa nas escolas primárias públicas.[57]

Durante o 1º Congresso Católico Mineiro, realizado em Juiz de Fora, entre 1 e 6 de janeiro de 1910, a União Popular passou a ocupar papel central na organização da militância católica mineira. Sob a presidência de Joaquim Furtado de Menezes[58], o Congresso contou com 301 associações religiosas, presentadas por 125 congressistas. Os principais temas discutidos foram: propaganda e imprensa; mocidade católica; religião e os pobres;

---

[56] LIMA, Mário. *Op. cit.* p. 90.

[57] O ato de Antônio Carlos foi regulamentado pelo legislativo mineiro pela Lei 1.092, de 12/10/1929, que permitia instrução religiosa facultativa, sem citar especificamente nenhuma religião.

[58] À época presidente do Conselho Vicentino de Ouro Preto, Furtado de Menezes foi militante católico e político. Foi Deputado Federal na década de 1930.

educação e a instrução religiosa. Entre as conclusões do Congresso, decidiu-se solicitar ao episcopado mineiro o empenho para a criação de diretórios da União Popular em suas dioceses. A entidade foi caracterizada como "a mais perfeita organização dos católicos"[59] pelos congressistas que também decidiram pela transformação da União Popular de Belo Horizonte em Centro da União Popular em Minas Gerais, sob a gerência de Campos do Amaral, e com a incumbência de organizar os futuros congressos católicos, incentivar a criação de associações congêneres e coordenar a ação dos diretórios regionais.

Em novembro de 1910, uma reunião diretiva do Centro da União Popular em Minas Gerais ofereceu evidências da capilaridade das organizações católicas no estado. Realizada em Belo Horizonte, a reunião listou vinte e quatro organizações católicas mineiras associadas, além de outros vinte e três delegados em outros municípios, incumbidos de formar diretórios locais.[60] Isso dá a dimensão do acolhimento do projeto da União Popular em Minas Gerais já no primeiro ano de existência.

Estiveram presentes a essa mesma reunião vinte e seis pessoas. José Augusto Campos do Amaral, diretor, José Possidônio, secretário, e José Neves, tesoureiro, eram membros do conselho diretor da organização. Os outros vinte e três presentes não tiveram cargos descritos, o que leva a crer que eram associados ou convidados. Entre os que puderam ser identificados, constam nomes de Bernardino Lima, jurista, ex-deputado da constituinte mineira e ex-senador; Mario de Lima, escritor e político; Modestino Procópio, que viria a ser presidente do Sindicato dos Pedreiros, fundado na década seguinte; além de José Cyro Vaz de Mello e José Vaz de Mello. A família Vaz de Mello comandou a cidade entre 1914 e 1922, com os prefeitos Cornélio e Affonso, respectivamente.[61] O que se evidencia é a participação

---

[59] **Anais do Primeiro Congresso Católico Mineiro**, 1910, p. 149. *apud* LIMA, Mario de. o*p. cit.* 1929, p. 90.
[60] Os municípios que já possuíam diretórios em 1910: Belo Horizonte, Alvinópolis, Villa de Nova Lima, Saúde, Ponte Nova, Rio Branco, São João Nepomuceno, São João Del Rey, Conceição, Nazareth, Santo Antônio do Rio das Mortes, Itambacuri, Mosquito (Tiradentes), Santa Rita do Rio Abaixo, São Miguel do Cajuru, Porto Real, Jequeri, Urucu (Ponte Nova), São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Entre Rios, Santo Antônio da Grama, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce.
União Popular em Minas Gerais – Nossas gerências. **União Popular** (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1910. p. 3 (Coleção Linhares – UFMG).
[61] Os demais presentes eram: Afonso dos Santos, Alfredo Modestino, Bento do Nascimento, Domingos Meira, Epaminondas Pires, Francisco Machado, Honório Pinheiro Faria, João de Jesus, João Ferreira de Andrada, José

na União Popular de trabalhadores, intelectuais e famílias que estavam envolvidas com a política na capital mineira. Isso não é incomum nas organizações católicas e se repetirá em congressos e campanhas por melhorias sociais nas décadas seguintes.

O Centro da União Popular organizou, em 1911, o 2º Congresso Católico Mineiro, em Belo Horizonte, quando sua responsabilidade em organizar a ação social católica foi deliberada pelos congressistas, que também decidiram pela criação de uma Federação das Associações Católicas de Minas Gerais. Não há indícios, contudo, que a Federação tenha sido efetivamente criada. O Centro da União Popular organizou, em 1914, o 3º Congresso Católico Mineiro e participou ativamente do 4º Congresso, em 1918, dessa vez organizado pela União dos Moços Católicos, organização fundada em 1915, em Belo Horizonte, e que assumiu a função de congregar a mocidade católica, aspiração antiga do movimento.

Destaca-se, mais uma vez, a presença constante de políticos entre os congressistas. No 2º Congresso Católico Mineiro, por exemplo, estiveram presentes os senadores estaduais Gabriel Santos, Camillo de Britto e Ribeiro de Oliveira, e os deputados estaduais Xavier Rolim, João Veloso e Antônio Martins da Silva.[62] Dentro do projeto político-pastoral da Igreja, estar fora da estrutura do Estado não significava estar alheio a ele. Nesse sentido, ter representantes sensíveis aos interesses católicos ou mesmo militantes em cargos públicos era parte importante da estratégia de fazer do catolicismo o guia moral da sociedade.

É preciso destacar que esses congressos constituíram espaço seminal de debate de ideias e de formação de militantes católicos. A preocupação com a propaganda católica, a instrução religiosa, a associação da militância em organizações de ação social e, sobretudo, com a questão social e as condições de vida e trabalho, direcionaram a discussão e a ação para a questão operária. As resoluções do 2º Congresso Católico Mineiro contêm um capítulo específico sobre a questão operária, que sintetiza as preocupações dos militantes católicos e traduz o próprio pensamento social católico que balizou a doutrina social da Igreja. Nas resoluções os congressistas definiram a ênfase na propaganda junto a operários, por meio da

---

Maria Alvim, José Theophilo, Milton Prates, Oscar Cyrino, Paulo Sigaut, Rufino Motta, Sebastião de Alcantara, Symphronio Brochado, Theodoro Labarrére.

[62] LIMA, Mario de. *op. cit.* , 1929, p. 204.

imprensa, panfletos e conferências, dos princípios expressos na encíclica *Rerum Novarum*; destacou-se a importância de combater as ideias socialistas; defender, entre proprietários e industriais, a importância do salário justo; estimular a criação de escolas profissionais e noturnas para operários; pressionar as autoridades para que se criassem boas condições para o consumo de gêneros aos mais pobres, bem como o estímulo à criação de mutualidades de consumo; lutar de forma incisiva pela criação de programas que facilitem a resolução da questão da habitação operária, seja por meio de leis ou cooperativas de construção.[63]

Há evidências da atuação do Centro da União Popular até meados da década de 1920, em Belo Horizonte.[64] Segundo Mario de Lima, a organização passava por dificuldades financeiras devido ao fracasso de algumas iniciativas, tal qual a criação de um cinema modelo, em Belo Horizonte. Essa situação a impediu de organizar o 4º Congresso Católico, inicialmente previsto para 1917. O amadurecimento do catolicismo militante conformou um movimento com várias frentes de ação. A preocupação com a questão operária fez surgir a Confederação Católica do Trabalho, em 1919. Antes, em 1915, surgiu a União dos Moços Católicos, organização que assumiu aspiração antiga dos católicos de se fazer representar junto à juventude.

## 2.5. União dos Moços Católicos

Desde 1899, com a criação do Círculo Católico da Mocidade, no Rio de Janeiro, os católicos brasileiros demonstravam a preocupação em congregar os jovens e introduzi-los na moral católica. É sabido que o Círculo Católico da Mocidade –transformado em Círculo

---

[63] **Anais do Segundo Congresso Católico Mineiro,** Belo Horizonte, 1911, p. 34. *apud* LIMA, Mario de. o*p. cit.* 1929, p. 112.

[64] John Wirth afirma, sem citar fontes, que a União Popular desapareceu em 1922, com a chegada de Dom Cabral. A sede do Centro da União Popular foi o local utilizado para reuniões, assembleias, festas, etc., organizadas pelas várias organizações católicas da cidade nos primeiros anos da década de 1920. Após 1925, nenhuma menção à União Popular foi encontrada, o que indica seu desaparecimento. Wirth, J. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 384p.

Católico, em 1902 – abandonou a atuação específica entre os jovens, mas a necessidade de criar organizações específicas para a juventude foi sempre tema de debate nos congressos católicos brasileiros e nas cartas pastorais de diversos bispos. Esse intento só foi bem sucedido com a criação da União dos Moços Católicos (UMC), em Belo Horizonte, em 21 de novembro de 1915.[65]

A UMC[66] foi fundada pelos estudantes mineiros Olyntho Orsini de Castro, Aprígio Ribeiro de Oliveira Júnior, Pery Orsini, José Augusto de Martins Silva e Paulo Vilhena. O médico Olyntho Orsini de Castro, que foi posteriormente professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, desde o início assumiu a coordenação da UMC, onde foi figura central desde a fundação e, anos mais tarde, foi condecorado pelo vaticano com a cruz *Pro Ecclesia et Pontifice*[67]. A organização recebeu a aprovação eclesiástica do Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, que estimulou seu crescimento.

Sob o lema "Deus e Pátria", a UMC tinha por finalidade reunir a mocidade católica nos princípios cristãos e promover o "verdadeiro civismo"[68]. A UMC rapidamente ganhou representatividade nacional. Após o surgimento de várias congêneres em outros estados brasileiros, a UMC de Belo Horizonte passou a ser a sede principal da organização, que teve o Dr. Orsini de Castro como presidente do Conselho Superior.

A UMC foi uma organização com bastante capilaridade em todo o território nacional. Em 1923, contava com cerca de 2.000 sócios, número que, em 1928, chegou ao total de 15.000, quando já contava com 183 uniões locais, 12 conselhos estaduais e 18 conselhos regionais.[69] Em Minas Gerais, havia conselhos regionais em Belo Horizonte,

---

[65] A ação da Igreja junto à juventude tornou-se oficial a partir da criação da Ação Católica, na década de 1920, que tinha em sua estrutura a Juventude Católica e a Juventude Feminina Católica. A criação da Ação Católica Brasileira, em 1935, seguiu na mesma direção.

[66] A UMC não foi uma versão brasileira da conhecida YMCA, *Young Men's Christian Association*, organização protestante criada em Londres, em 1844, e com representação em vários países. A versão nacional da YMCA foi a Associação Cristã dos Moços, criada no Rio de Janeiro, em 1921.

[67] Conhecida como Cruz da Honra, foi entregue a partir de 1888 a leigos e membros de ordens religiosas de reconhecido trabalho em prol do catolicismo.

[68] LIMA, Mário de. *op. cit.*, 1929, p. 227.

[69] MATOS, Henrique. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990. p. 33.

Cataguazes, Diamantina, Juiz de Fora, Lavras, Patos, Pitangui, Ponte Nova, São João del Rei, Sete Lagoas e Uberaba.

A ação da UMC era de formação dos jovens. Nesse sentido, organizou congressos e palestras para discutir a ação e a moral católicas. Segundo Mário de Lima, a UMC frequentemente organizava eventos para exposição em escolas e repartições públicas dos símbolos cristãos, algo que confrontava a laicidade do ensino e do Estado instituídas durante a Primeira República.[70] Em 1918, a UMC foi a promotora do 4º Congresso Católico Mineiro, em substituição ao Centro da União Popular, que passava por dificuldades financeiras. A organização, voltada à educação dos jovens pela moral cristã, foi, sem dúvida, um dos pilares de formação de militantes católicos para constituir o exército de fiéis que a Igreja queria infiltrar nas várias esferas da sociedade. Ademais, a capilaridade que a organização alcançou em todo o território nacional mostra que o associativismo católico se estruturava cada vez mais após as iniciativas tomadas por ocasião do 2º Congresso, em 1908. O fato da direção da UMC ter permanecido em Belo Horizonte durante toda sua existência é também indício de que a cidade constituiu-se, de fato, como território propício para o pleno florescimento da ação social católica. A próxima seção ocupa-se justamente de conjecturar sobre a força do catolicismo em Minas Gerais.

## 2.6. A força do catolicismo e a presença da Igreja em Minas Gerais

A conjuntura do associativismo católico brasileiro nas primeiras décadas do século XX deu-se pela movimentação tanto de clérigos quanto de militantes leigos. É fato que a movimentação dos bispos pela Restauração Católica, consolidada na década de 1920, fez com que a Igreja Católica no Brasil incentivasse a ação de leigos, com vistas a formar um exército de fiéis que agisse de acordo com os ensinamentos de Roma. Os bispos

[70] LIMA, Mário de. *op. cit.*. 1929, p. 228.

vislumbravam com isso a prática do catolicismo padronizado pelos dogmas e sempre submetido à hierarquia da Igreja. Essa ação dos bispos, entretanto, foi antecedida por uma grande agitação de católicos, leigos e clérigos, que organizaram congressos em várias cidades do Brasil, nos quais a ação social da Igreja para combater problemas sociais foi tema central. Esses debates eram, decerto, influenciados pela doutrina social da Igreja, sobretudo pela encíclica *Rerum Novarum*, frequentemente referenciada no discurso de congressistas.

Os dois congressos católicos nacionais, de 1900 e 1908, e os eventos regionais ocorridos na mesma época, impulsionaram a criação de associações para intervenção na esfera social e mobilização dos fiéis, especialmente na questão operária. Com a criação das associações supracitadas, com destaque para a bastante capilar União Popular do Brasil e seus centros regionais, formou-se uma rede de associações católicas e, sobretudo, de militância social confessional.

No que se refere ao surgimento de organizações católicas no mundo do trabalho, essa conjuntura teve desdobramentos distintos em várias regiões do Brasil e, para sua análise, devem ser consideradas variáveis como a organização prévia de trabalhadores, a presença de correntes anarquistas e comunistas, esta última somente a partir da década de 1920, além da atuação da Igreja e o próprio desenvolvimento industrial de cada localidade. No caso de Belo Horizonte, cidade fundada em 1897, a atuação de militantes católicos surgiu rapidamente, criando o terreno fértil para que as organizações confessionais se estabelecessem e se fortalecessem, sobretudo a partir da década de 1920.

Uma das hipóteses desta tese quer demonstrar que o catolicismo encontrou na capital mineira as condições para conformar uma militância confessional entre os trabalhadores que, em decorrência disso, criou uma rede de sindicatos católicos na cidade que, a partir de 1919, tornou-se a principal organizadora da luta dos trabalhadores por direitos na cidade. A dinâmica da ação de clérigos restauradores da Igreja no Brasil e o decorrente associativismo católico encontrou na capital de Minas Gerais espaço para o surgimento de uma rede de organizações católicas, como exemplificam as trajetórias da União Popular e da União dos Moços Católicos. Cabe, contudo, questionar se havia na recém-fundada Belo Horizonte um catolicismo mais forte que em outras cidades brasileiras onde o catolicismo social não conquistou tantos trabalhadores ou ao menos não conseguiu ser a corrente

majoritária entre eles. Trata-se, portanto, de entender como e porque o catolicismo militante se fortaleceu tanto na cidade. Quero, com isso, tornar complexa a compreensão dos motivos que permitiram o florescimento do sindicalismo católico na cidade e, ainda, entender qual o papel da Igreja nesse processo. Embora a próxima parte da tese traga mais elementos para entender a força da militância católica entre os trabalhadores de Belo Horizonte, sobretudo no que tange à luta por espaço ante outras culturas militantes, pode-se tecer algumas conjecturas que demonstram como a cultura militante católica tornou-se majoritária na cidade.

A visão do Brasil como um país católico, bastante difundida pelos bispos brasileiros a partir da década de 1920, já poderia ser considerada uma realidade desde o primeiro levantamento estatístico feito sobre a população brasileira, em 1872. Essa visão, portanto, não era apenas recurso retórico dos clérigos. Se considerados os recenseamentos realizados em 1872, 1890, 1920 e 1940, apenas o de 1920 não apresenta dados sobre religião. Entretanto, somente o recenseamento de 1940 apresenta os dados sobre religião detalhados por unidades da federação. Em 1872, 99,7% da população professava o catolicismo, percentual levemente reduzido em 1890, quando 98,9% declaram-se católicos. Em 1940, o total de católicos atingiu 95% e o restante era definido como sem religião, espírita ou evangélico. A curva é, portanto, descendente se considerados os quatro recenseamentos. É necessário ponderar, contudo, que apenas com o advento da República instituiu-se a liberdade religiosa no país, o que certamente influenciou os resultados obtidos nos recenseamentos sobre outras religiões. Os protestantes, que anteriormente só podiam professar sua fé de maneira privada, talvez não tenham se afirmado como tal nos primeiros censos.[71] Da mesma forma, os praticantes de religiões de matriz africana não são sequer citados, já que eram frequentemente vistos pelos cristãos como praticantes de seitas demonizadas.

Considerado apenas o senso de 1940, é possível comparar estados em que o catolicismo foi atuante entre os trabalhadores nas décadas anteriores com outras unidades da

[71] De acordo com a Constituição de 1824, a religião oficial do Império era Católica Apostólica Romana e todas as outras religiões só eram permitidas com seu culto doméstico ou particular, em locais sem forma exterior de templo.

federação nas quais houve um movimento menos pujante. Em Minas Gerais, Ceará e Pernambuco, onde o associativismo católico foi mais forte na primeira metade do século XX, percebe-se que o número de católicos não era menor que 97% em nenhum dos estados. Em São Paulo e Rio de Janeiro, estados em que o catolicismo enfrentou forte concorrência na disputa por espaço, os percentuais são, respectivamente, 92,1% e 90,8%, abaixo da média nacional.[72]

**Tabela 1 - População católica em Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro em 1940.**

| | Católicos | Outras religiões | Total |
|---|---|---|---|
| **MG** | 6.572.947 | 163.469 | 6.736.416 |
| | 97,57% | 2,43% | |
| **CE** | 2.078.173 | 12.859 | 2.091.032 |
| | 99,38% | 0,42% | |
| **PE** | 2.634.544 | 53.696 | 2.688.240 |
| | 98,00% | 2,00% | |
| **SP** | 6.612.429 | 567.887 | 7.180.316 |
| | 92,10% | 7,90% | |
| **RJ + DF** | 3.282.034 | 329.964 | 3.611.998 |
| | 90,80% | 9,20% | |

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Considerando que há uma curva descendente do número de católicos desde o censo de 1872, pode-se inferir que no ápice do associativismo católico, na década de 1920, havia ainda mais católicos no estado que em 1940, ano do recenseamento. Dados específicos sobre a cidade de Belo Horizonte podem ser encontrados no Anuário Estatístico de Belo

[72] IBGE. Recenseamento geral do Brasil (setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Horizonte, mas apenas o referente a 1912 detalha a religião da população recenseada, que atingiu 38.347 católicos, ou seja, 98,7% do total.[73]

Se comparados a Rio de Janeiro e São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, os percentuais de católicos na população são mais elevados nos três últimos, onde a militância católica foi mais forte. Deve-se ponderar, contudo, que em todos esses estados os católicos eram maioria absoluta, sobretudo em suas capitais, ou em qualquer outra localidade brasileira, considerados apenas os dados dos recenseamentos. Os dados estatísticos sobre a religião dos cidadãos brasileiros, tomados isoladamente, não explicam a presença maciça de associações católicas em Belo Horizonte. Embora não devam ser desconsiderados, os altos percentuais de católicos, sempre acima de 90% em todas essas regiões, não justificam o sucesso do associativismo católico. Caso fosse motivo proeminente, provavelmente esses mesmos dados explicariam, por exemplo, um número pequeno de associações anarquistas em São Paulo nos primeiros anos do século XX, o que não é verdade.

O contexto de expansão da Igreja Católica no Brasil e a agitação de sua cúpula em prol da mobilização dos leigos é, decerto, um elemento catalisador importante para o associativismo confessional. Nesses termos, a expansão da Igreja Católica em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX, associada com a agitação de militantes leigos, explicam melhor a pujança do movimento que o catolicismo militante empreendeu, sobretudo em Belo Horizonte. A tabela abaixo traz dados sobre a expansão da Igreja pelo Brasil, iniciada após a separação oficial entre Estado e Igreja, em 1890, até 1930.[74]

[73] Recenseamento de Belo Horizonte – 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

[74] A separação entre Estado e Igreja, no Brasil, ocorreu pelo decreto do Governo Provisório, nº119, de 07 de janeiro de 1890, posteriormente recepcionado pela primeira Constituição da República.

**Tabela 2 - Concentração regional das novas circunscrições eclesiásticas (1890-1930)**

| Região/Estado | Situação anterior (nº) | Número de novas dioceses | Porcentagem (%) |
|---|---|---|---|
| **Nordeste/Norte** | 4 | 14 | 25 |
| **São Paulo** | 1 | 12 | 22 |
| **Minas Gerais** | 2 | 10 | 18 |
| **Estados do Sul** | 1 | 9 | 16 |
| **Bahia/Espírito Santo** | 1 | 4 | 7 |
| **Rio de Janeiro** | 2 | 4 | 7 |
| **Centro-Oeste** | 2 | 3 | 5 |
| **TOTAIS** | 13 | 56 | 100 |

Fonte: MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. 1985. 222f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000044308>. Acesso em: 9 dez. 2014. p. 57-58.

Dentro do projeto de expansão da Igreja Católica no Brasil, as estratégias adotadas foram a expansão para regiões onde o desenvolvimento do que se entendia como um catolicismo rústico e pouco comprometido com Roma era mais forte, como no caso da região Nordeste, e, ainda, o crescimento nas regiões das oligarquias políticas dominantes, como Minas Gerais e São Paulo.[75] Os dois estados detinham, em 1930, quase a metade das dioceses do país, o que demonstra a preocupação dos bispos brasileiros em formar nessas regiões o seu exército de fiéis. Foram também os dois estados que receberam mais novas dioceses após 1890, totalizando 40% do total de bispados.

O fato de Minas Gerais e São Paulo serem estados populosos pode levar a inferir que se tratasse de uma ocupação proporcional ao número de habitantes, contudo, foram outras razões que levaram a Igreja a se expandir mais em algumas regiões que em outras. Segundo Miceli, a distribuição das novas dioceses pelo território envolvia análise sobre o peso político e a contribuição econômica da região para o pacto oligárquico da Primeira República, mas

[75] Acerca da relação entre a expansão da Igreja e as elites políticas da Primeira República, ver MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. 1985. 222f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000044308>. Acesso em: 9 dez. 2014. p. 57-58.

também avaliava o prestígio já conquistado pela Igreja em uma determinada localidade. Nesse aspecto, media-se

> […] o grau de receptividade por parte dos círculos dirigentes locais e o potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica.[76]

É sabido que Minas Gerais ocupou papel de destaque, juntamente com São Paulo, no pacto oligárquico que conformou a política nacional durante a Primeira República. Ademais, a prolongada gestão de Dom Silvério Gomes Pimenta a frente da Arquidiocese de Mariana (1897-1922) facilitou a articulação entre Igreja e os líderes políticos locais. Dom Silvério teve proximidade com os principais líderes políticos do Partido Republicano Mineiro.[77] Todos esses fatores explicam conjuntamente o esforço da Igreja em ampliar suas circunscrições eclesiásticas no estado.

O crescimento da Igreja em Minas Gerais é fator crucial para se compreender a pujança do associativismo católico que decorreu do projeto político-pastoral empreendido pelos bispos brasileiros desde o fim do século XIX. Somaram-se a Mariana e Diamantina dez novas circunscrições eclesiásticas no estado, incluída a diocese de Belo Horizonte, fundada em 1922 e, em 1924, transformada em arquidiocese. Todo esse movimento administrativo da Igreja, aliado ao associativismo que o catolicismo militante constituiu desde o início do século XX, encontrou em Belo Horizonte um terreno fértil para tornar a cultura militante católica dominante entre os trabalhadores. É interessante perceber que, embora seja evidente o papel dos bispos como incentivadores do associativismo cristão entre os leigos, a hierarquia da Igreja chegou à capital mineira de forma mais incisiva quando a atuação das organizações confessionais já era realidade há mais de uma década. Isso não diminui a importância da hierarquia da Igreja no associativismo católico, não obstante demonstre a importância da

---

[76] Id. Ibid. p. 67-68.

[77] OLIVEIRA, Natiele Rosa de. **Entre a pátria do céu e a pátria terrestre**: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922). 2013. 127f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://goo.gl/qyfXDC>. Acesso em: 05 fev. 2015.

participação dos leigos e do movimento por eles gerido de forma mais sistemática pelo menos desde a fundação União Popular na cidade, em 1909.

Cabe, contudo, indagar o porquê São Paulo, que recebeu doze novas dioceses no mesmo período, duas a mais que Minas Gerais, não viu florescer um associativismo católico tão pujante. Se se consideram apenas as duas capitais dos estados, a hipótese mais plausível refere-se à própria dinâmica da luta por espaço entre as correntes ideológicas em meio aos trabalhadores. Em São Paulo, o anarquismo já se fazia representar de forma mais robusta e as iniciativas do catolicismo militante encontravam opositores. O quadro foi diferente em Belo Horizonte, como se pôde perceber pela análise do associativismo católico e atuação dos leigos nas seções anteriores, e também, como se verá nos próximos capítulos, pela quase ausência de disputa por espaço real com os anarquistas. São Paulo possuía desde 1899 o Círculo dos Operários Católicos e, ademais, contou com movimento circulista católico bastante forte a partir da década de 1930.[78] A concorrência com outras culturas militantes provavelmente fez com que as organizações católicas não conquistassem tanto espaço e, em comparação com Belo Horizonte, não se desenvolvessem tão rapidamente.

É evidente que a esses fatores deve-se somar a própria dinâmica da conformação do associativismo católico, que encontrou condições em Belo Horizonte para pleno desenvolvimento e atingiu seu ápice durante a década de 1920. A própria situação de uma cidade em construção é fator de importância na medida em que a militância se conformava enquanto a cidade era construída e as relações de trabalho se estruturavam. Como se verá no próximo capítulo, os militantes católicos não chegaram para disputar espaço em uma estrutura de organizações de trabalhadores já conformada. Ao contrário, construíram suas organizações e conquistaram trabalhadores para suas fileiras ao mesmo tempo que se construía a nova capital, tanto do ponto de vista das obras estruturais quanto da própria ordenação social do espaço urbano.

É preciso, contudo, destacar que o grau de autonomia das organizações católicas em relação à hierarquia da Igreja é relativamente menor se comparado aos já citados

[78] FARIAS, Damião D. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis católica no meio operário na cidade de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998. 267p .

exemplos europeus, sobretudo em relação ao caso francês. Em Belo Horizonte, o movimento, que se conformou nas primeiras décadas do século XX e se consolidou com primazia no mundo do trabalho a partir de 1919, esteve sempre próximo à hierarquia da Igreja. É fato que as associações se operacionalizaram pela ação de leigos militantes, como exemplifica a trajetória de José Augusto Campos do Amaral, em Belo Horizonte. Os clérigos, contudo, estiveram sempre presentes, seja como auxiliares ou consultores, ou mesmo, como ocorrerá com Dom Cabral – bispo responsável pela diocese de Belo Horizonte, a partir de 1922 –, ocupando a presidência de honra das principais organizações. Pode-se conjecturar, portanto, que o catolicismo militante brasileiro experimentou uma cultura militante católica mais conservadora que aquela vista na Europa, quando se considera a autonomia dessas organizações em relação à hierarquia da Igreja. Enquanto no velho continente a relativa independência em relação à hierarquia eclesiástica justificou-se pela busca da solidez das organizações, que abrigavam cristãos protestantes e católicos, aqui a proximidade da hierarquia propiciou que tais instituições se fortalecessem e crescessem paralelamente à expansão da Igreja Católica no Brasil. Entretanto, não se pode dizer que essa cultura militante não agia a favor do trabalho e da luta por direitos. Nesse aspecto, como será demonstrado na parte II, as organizações que agiam inspiradas pelo catolicismo social foram, em Belo Horizonte, bastante atuantes.

# Parte II

# Belo Horizonte: a cidade, os trabalhadores e seu movimento

# 3. A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte e a cultura militante católica

## 3.1. Belo Horizonte: o cotidiano imaginado para a cidade planejada

> Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém, saudável e cercada de todas as garantias de higiene, habitando prédios e áreas que tenham o conjunto harmonioso e perfeito previsto pela Comissão Construtora a vermos mesmo no coração da cidade verdadeiros bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infectocontagiosas […].[1]

O relatório do prefeito Olindo Meirelles, de 1912, traduz a ideia que marcou a concepção do planejamento urbano em Belo Horizonte: a depender da intenção dos urbanistas que planejaram a cidade e dos administradores, na nova capital mineira não haveria espaço para os setores populares. Com a normatização do viver na legislação urbana queria-se construir papéis sociais específicos e hierarquizar os usos do espaço urbano, reservando os limites da cidade ao seu objetivo primeiro, de ser a sede administrativa de Minas Gerais. Tentava-se, então, criar a "suspensão da vida cotidiana"[2] em prol da construção de uma cidade moderna que deixasse para trás as marcas do passado que caracterizavam a antiga capital, Ouro Preto, e que traduzisse o progresso que as elites políticas buscavam imediatamente após a Proclamação da República.

Belo Horizonte foi uma cidade planejada, no fim do século XIX, para ser a capital de Minas Gerais. O objetivo de seus idealizadores era criar uma cidade moderna baseada nos princípios higienistas do urbanismo do período. Idealizada para ser uma sede administrativa,

---

[1] MEIRELLES, Olinto dos Reis. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital pelo Prefeito em setembro de 1912**, referente ao exercício 1911-12. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1912, p. 8.
[2] VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política** – 1897-1920. 2001. 237 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. p. 104.

o projeto original da cidade não previa a permanência dos trabalhadores que vieram construí-la. No entanto, desde a inauguração da nova capital, em 1897, foi preciso tratar de assuntos como a regulação dos usos da cidade, habitações populares e as condições de vida e trabalho desses trabalhadores. Esse quadro propiciou um intenso debate, nas primeiras décadas de existência da cidade, referente às condições de vida e ao direito à cidade.

Belo Horizonte começou a ser construída em 1893 e foi inaugurada em 1897, quando Ouro Preto deixou de ser oficialmente a capital de Minas Gerais. Como pano de fundo dessa mudança está o processo de transição política da Monarquia para a República, que gerou intensa disputa das elites políticas mineiras sobre o local de instalação da nova capital.[3] À época, os cafeicultores da Zona da Mata defendiam a transferência da capital para Juiz de Fora, até então a maior cidade do estado em economia e população, enquanto o restante das elites se uniu no projeto de construção de uma nova cidade. Responsável pela construção da primeira cidade planejada do Brasil, a equipe do engenheiro Aarão Reis era formada pelos mais importantes nomes da engenharia e da arquitetura brasileiras da época. O projeto da cidade é reflexo da utopia urbana da cidade ideal, caracterizada pelas ideias de progresso, modernidade e higienismo.[4] Seguindo esses princípios, cidades foram construídas ou reformadas pelo critério da divisão e circulação dos grupos sociais e os espaços reservados aos menos favorecidos eram escolhidos numa perspectiva segregatória.

Uma visão médico-sanitarista ocupava os urbanistas, que se preocupavam com a habitação popular e passaram a "discutir a questão da saúde dos incivilizados, no sentido de identificar as doenças para preveni-las ou extirpá-las"[5]. Segundo Margareth Rago, nessa época o medo das doenças sofreu uma ampliação de sentido e deslocou-se "para o problema

---

[3] Sobre as controvérsias políticas a respeito da sede da nova capital de Minas Gerais, VISCARDI, Cláudia M. R. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Jul./de/ de 2007. p. 28-43.

[4] Exemplos de reformas urbanas baseadas nas teorias do higienismo são, na Europa, as reformas do Barão de Haussman em Paris, em meados do século XIX, e no Brasil, a reforma empreendida por Pereira Passos no Rio de Janeiro, no início do século XX. Ver, a título de exemplo, BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p.; CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[5] RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 190.

moral: a degenerescência da raça, a degradação do espírito, a corrupção do trabalhador" e, finalmente, "uma ameaça política".[6] O medo das classes populares e todos os males a elas associados fez com que se buscasse disciplinar o uso dos espaços urbanos. Em Belo Horizonte, essa preocupação se transformou em uma série de decretos-lei que dispunham sobre o comportamento nas ruas, o uso dos parques e praças públicas, normas para a construção das casas, etc.

Por ocasião da construção da cidade, uma grande quantidade de homens e mulheres se deslocou para a região do Curral Del Rey para trabalhar nas obras. Entre os trabalhadores que vieram para Belo Horizonte no início de sua construção foi significativa a presença de imigrantes estrangeiros, que vieram para trabalhar em colônias agrícolas ao redor da cidade e também como trabalhadores qualificados na construção civil.[7] O objetivo era também o de abastecer a cidade com o desenvolvimento agrícola nas imediações.[8] Segundo Michel Le Ven, a instalação de colônias rurais nos arredores da cidade não era justificada apenas pela garantia do abastecimento, havia também o intuito de criar um "cinturão verde" ao redor da cidade e de povoar os espaços vazios.[9]

---

[6] RAGO, L. M. *op. cit.* p.190

[7] Em 1912, 11,3% do universo de 38.822 habitantes de Belo Horizonte era composta por estrangeiros, em sua maioria europeus. Entre estrangeiros, 67,67% eram italianos. As informações são do **Relatório da População de Belo Horizonte**, Imprensa Oficial, 1912. Em 1920, o número de estrangeiros na cidade representava 8,4% da população. **Anuário Estatístico de Minas Gerais** - 1921. Volume III (situação ECONOMICA). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. p. 63

[8] DUTRA, Eliana. **Caminhos operários em Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988. 232p. p. 56.

[9] LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). 1977. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais. p. 79.

**Tabela 3 - População de Belo Horizonte – Recenseamentos**

| | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| **1900** | 7.007 | 6.465 | 13.472 |
| **1906** | - | - | 17.615 |
| **1912** | 19.149 | 19.673 | 38.822 |
| **1920** | 27.061 | 28.502 | 55.563 |

Fonte: **Relatório da População de Belo Horizonte**, Imprensa Oficial, 1912. **Anuário Estatístico de Minas Gerais** - 1921. Volume III (situação ECONOMICA). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

Belo Horizonte foi planejada considerando todos esses aspectos. A preocupação médico-sanitarista fez com que se idealizasse uma cidade com largas avenidas, que favorece o fluxo de pessoas e fosse suficientemente arejada para que o vento afastasse os miasmas.[10] Ademais, o projeto original não permitia a fixação da população trabalhadora, estrangeira ou não, na zona urbana da cidade, que era delimitada pela Avenida do Contorno, um "cordão sanitário" que circundava Belo Horizonte. Os preços dos lotes eram bastante elevados, e as exigências feitas aos compradores tornavam a compra possível apenas para pessoas com boas condições financeiras, o que não era uma característica dos imigrantes recém-chegados para trabalhar na construção da cidade.[11]

O projeto inicial não previa a absorção desses trabalhadores e sua presença era vista como transitória. Segundo Carlos Veriano, havia uma postura ao mesmo tempo discriminatória e regulatória no trato com os trabalhadores por parte dos poderes constituídos:

> O afluxo de milhares de homens e mulheres em busca de um novo lar para viverem trouxe para os poderes constituídos na cidade uma postura dupla no trato com essa questão: a primeira, discriminatória, no sentido de exclusão desses novos agentes do projeto urbano da cidade; a segunda, regulatória, notabilizando-se pela intolerância aos pobres e suas práticas alternativas de sociabilidade.[12]

[10] Antes do desenvolvimento e aceitação científica da microbiologia, acreditava-se que as doenças eram transmitidas por miasmas, ou seja, que as doenças estavam associadas à putrefação e a maus odores e podiam se propagar pelo ar.
[11] DUTRA, op. cit. p. 57.
[12] VERIANO, op. cit. p. 123.

A cidade foi concebida para cidadãos regulados e a definição dos usos do espaço urbano não considerava a dinâmica própria que se formaria entre os habitantes da cidade. Reflexo dessa tentativa de controlar as massas são as leis criadas para justificar a perseguição ao pauperismo e a exclusão dos pobres. A partir de 27 de dezembro de 1900, entrou em vigor o decreto municipal nº 1435, conhecido com Regulamento dos Mendigos, que previa a catalogação de todas as pessoas consideradas em condição de mendicância. Aos inscritos seria dada uma carteira de identificação, sem a qual o mendigo não poderia pedir esmolas.

Inventada como cidade burocrática, Belo Horizonte teve no processo de construção o elemento principal para a chegada de trabalhadores. A formação do operariado belo-horizontino é, portanto, fruto da mão de obra empregada na construção da cidade. À medida que o ritmo das construções diminuiu, os trabalhadores foram absorvidos por outros setores da economia que se desenvolviam na cidade, como a indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentícia e de serviços. A cidade imaginada por seus inventores não se materializou como tal e, mesmo antes do fim das obras inicialmente planejadas, o perfil administrativo perdia espaço para outros setores da economia. Embora parte da historiografia insista na tese de cidade administrativa, já em 1910, Belo Horizonte tinha o segundo parque industrial de Minas Gerais, atrás apenas de Juiz de Fora.[13] Dados de 1920 mostram que 52% da população já estava ocupada nos setores primário e secundário.[14]

Embora a lógica da cidade imaginada não se tenha materializado, o poder público por muito negligenciou o fato de que havia habitantes em Belo Horizonte que não faziam parte da administração pública. Isso gerou, ao longo das primeiras décadas do século XX, pautas de reivindicação para os trabalhadores da cidade. A habitação, por exemplo, foi pauta de reivindicação constante e objeto de intensa campanha dos trabalhadores durante os anos 1920. Os trabalhadores passaram a buscar para si uma regulação do viver e do trabalho que atendesse aos seus interesses e não apenas ao que foi imaginado pelos idealizadores da capital mineira, ao final do século XIX.

---

[13] Recenseamento do Brasil, 1920, v.5.
[14] GONTIJO, Moema. BH: cidade que nasceu com a indústria. **Vida Industrial**. Vol. 30, n.2, fev. 1983. p. 26.

## 3.2. A organização dos trabalhadores de Belo Horizonte

A cidade pensada para ser administrativa e burocrática logo se tornou uma das maiores de Minas Gerais. Ainda canteiro de obras, mesmo antes da inauguração oficial em dezembro de 1897, Belo Horizonte viu surgirem várias associações de trabalhadores. A mutualista Sociedade Beneficente Italiana de Mútuo Socorro foi criada em 22 de agosto[15] daquele ano, em reunião presidida por Donato Donati[16]. Voltada aos italianos e seus filhos[17], apresentava em seus estatutos como finalidades a assistência médica, hospitalar e farmacêutica a seus sócios, além de auxílio pecuniário e providências no enterro dos sócios.[18]

Donato Donati esteve envolvido também com a criação da Liga Operária de Belo Horizonte, em 1900, ano em que publicou algumas edições do jornal *O Operário*[19], onde se definiu como "associação de indivíduos de qualquer nacionalidade que professem ideias democráticas e querem sinceramente contribuir para o melhoramento material, moral e intelectual das classes operárias."[20] Entre as finalidades, a organização anunciava:

---

[15] BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva**: História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p. 539.

[16] Donato Donati nasceu em Florença, Itália, em 1866. Emigrou para a América do Sul no ano de 1886. Em Buenos Aires, Argentina, exerceu atividades jornalísticas e, em 1890, veio para o Brasil, cidade de São Paulo. Viveu também em Campinas até chegar, em 1896, ao Curral Del Rei, no momento da construção de Belo Horizonte. Foi um dos fundadores, em 1897, da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, da qual foi o primeiro presidente nos anos de 1897-1898. Em Belo Horizonte, abriu uma fábrica de colchões e, mais tarde, trabalhou como carpinteiro e marceneiro no local denominado Favela ou Morro da Estação. Em 1900 fundou a Liga Operária, da qual foi o grande representante e, no ano de 1908, participou da fundação da União Espírita Mineira. Donati foi preso em agosto de 1912 em Juiz de Fora por participar da greve dos trabalhadores da cidade. Foi libertado em seguida por ordem do Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão. Participou do IVº Congresso Operário Brasileiro, em 1912, no Rio de Janeiro. Seu nome também aparece na direção do Centro Operário Sindicalista, organização formada por dissidentes da Liga Operária de Belo Horizonte e que aparentemente teve vida efêmera em 1913. Faleceu em fevereiro de 1928, aos 61 anos de idade.

[17] A maioria dos italianos que vieram para Belo Horizonte instalou-se na zona rural e ocupou-se da produção de víveres. LE VEN, Michel Marie. As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). 1977. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais.

[18] DUARTE, Renata G. C. Uma outra consciência de classe: a alternativa político-ideológica da Sociedade Beneficente Italiano de Mútuo Socorro. **Revista História em Curso**. V.1., n. 1, 2009, p.66-111.

[19] A denominação *O Operário* é retomada em 1920, pelo Confederação Católica do Trabalho, para seu semanário. Contudo, não há relação entre os dois jornais.

[20] **O Operário** (Liga Operária). Belo Horizonte, 29 de julho de 1900. p. 1.

> Defender, por todos os meios legais, os direitos e interesses das classes operárias. Propor às autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajar os trabalhadores. Tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.[21]

Esses objetivos demonstravam que a organização se definia reformista desde a fundação. Consta o envio de um projeto de lei ao Congresso Mineiro, em 15 de julho de 1900, no qual se solicitava aos operários o direito de obter justiça prioritária e gratuita para reclamar o não pagamento de salários.[22] A Liga Operária reclamou de uma "conspiração do silêncio" por parte da grande imprensa, que não noticiou a ação da organização junto aos congressistas.[23] Durante a greve de 1912, a Liga Operária só se fez presente ao assinar, em conjunto com outras organizações, documento que apelava aos paredistas a não realização de reuniões públicas com vistas a evitar conflitos com a polícia. Sabe-se que em 11 de julho de 1915 inaugurou sede em terreno doado pela Prefeitura de Belo Horizonte.[24] A inauguração da sede aparenta ser momento de solidez da organização, mas acaba por ser a última referência à Liga Operária de Belo Horizonte nas fontes.[25]

Em 1905, surgiu a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais. Seus estatutos indicam uma organização de caráter beneficente, mas que também atuaria para resolver tensões entre operários e patrões.[26] A Confederação Auxiliadora, entretanto, apontava a necessidade de proteção do Estado aos trabalhadores, "cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos"[27].

A Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais foi uma das organizadoras do Congresso Operário Mineiro, realizado em Sabará, em abril de 1907. O Congresso contou com a adesão de treze organizações de trabalhadores – embora apenas onze tenham enviado representantes –, a maioria delas organizações mutualistas do interior

---

[21] Idem.
[22] Petição ao Congresso Mineiro. **O Operário** (Liga Operária). Ano I, n. 2, Belo Horizonte, 02 de out. de 1900. p.2.
[23] **O Operário** (Liga Operária). Ano I, n. 2, Belo Horizonte, 02 de out. de 1900. p.2.
[24] **Jornal O Momento.** Ano I, n. 166, 12 de julho de 1915. p. 3.
[25] Em 1917, surgiu a Liga dos Operários Mineiros, que nada tinha a ver com a Liga Operária de Belo Horizonte.
[26] FARIA e GROSSI. op. cit., 1982. p. 188.
[27] **O Labor.** Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 18 de jun. 1905, p.1.

do estado.[28] Da capital, além da Confederação Auxiliadora, enviaram representantes a Auxiliadora dos Funcionários Públicos e o Centro Operário de Belo Horizonte.[29] As discussões entre os vinte congressistas presentes direcionaram a criação de uma nova associação, que confederasse os trabalhadores mineiros e concentrasse esforços na resolução de questões trabalhistas. Surgiu, então, o Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais, em seu programa caracterizado como organização reformista com ambições político-partidárias. A ambição de se criar o Partido Operário Mineiro Independente, embora não se tenha confirmado, é a grande novidade dessa organização frente às outras surgidas na nova capital. Embora existam indícios da existência até pelo menos 1912, pouco pôde ser encontrado sobre a ação do Centro Confederativo e sobre a consolidação de suas ambições de ser uma central de associações de trabalhadores de todo o estado de Minas Gerais.

Pode-se apreender, portanto, que Belo Horizonte, mesmo enquanto ainda era um canteiro de obras, viu surgir uma vida associativa de trabalhadores que tentavam se organizar e se articular com organizações congêneres de outras cidades. Iniciado o associativismo de trabalhadores na cidade, até 1931, quando o primeiro decreto[30] sobre os sindicatos foi publicado pelo Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, Belo Horizonte viu surgir ao menos setenta e cinco organizações de trabalhadores de diferentes tipos e categorias profissionais (Anexo 1). Muitas delas tiverem existência efêmera e a maioria surgiu após 1910, com grande concentração na década de 1920, período em que as principais campanhas de trabalhadores por direitos podem ser observadas e que coincide com a atuação mais incisiva da militância católica.

Do universo das organizações de trabalhadores em Belo Horizonte para o período, uma era comunista, 3 socialistas, 23 católicas, 25 mutualistas e as 25 restantes não tinham a natureza ideológica identificada com clareza. Algumas categorias têm mais de uma

---

[28] 1º Congresso Operário Mineiro. **O Confederal** – órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas. s/n. Belo Horizonte, 2 de maio de 1907.

[29] As organizações do interior que se fizeram representar foram: Club Operário Sabaraense, de Sabará; Grupo de Lavradores, de Maria Custódia; Circulo dos Operários da Lavoura, de Vera Cruz; Grupo de Obreiros, de Nova Lima; União Operária Beneficente, de Curvelo; União Operária Beneficente de Diamantina, de Diamantina; Liga Operária, de Montes Claros; Sociedade Beneficente Operária São José, de Ouro Preto; União Operária Beneficente, de Mariana. Não enviaram representantes a Associação Beneficente Tipográfica, de Belo Horizonte, e a Agremiação Socialista, de Barbacena.

[30] Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, que inaugura a estrutura sindical atrelada ao Estado brasileiro.

associação criada em momentos distintos, o que dá a dimensão da efemeridade de algumas dessas organizações.

Esse quadro associativo foi pouco analisado pela historiografia sobre os trabalhadores da cidade, o que dificulta o conhecimento específico da trajetória dessas organizações.[31] Em estudo pioneiro datado do início dos anos 1980, Faria e Grossi[32] analisam o processo de organização dos trabalhadores na capital mineira, suas primeiras necessidades e reivindicações. As autoras apontam como ápice a greve de 1912 e valorizam o momento inicial da organização política e institucional dos trabalhadores em detrimento o segundo momento, a partir da década de 1920, que teria sido marcado pelo arrefecimento e pela presença de elementos conservadores e desmobilizadores junto aos trabalhadores.

A mesma tipologia argumentativa foi seguida por Eliana Dutra[33] em estudo comparativo entre as experiências de Belo Horizonte e Juiz de Fora, entre 1917 e 1930. Sobre Juiz de Fora, a autora destaca a organização madura dos trabalhadores e um movimento marcado por greves e reivindicações constantes. No caso de Belo Horizonte, a autora mostra como o movimento operário caracterizou-se pela ação junto às instituições públicas para alcançar os objetivos dos trabalhadores. A busca por entendimento e conciliação, segundo Eliana Dutra, conformou um sindicalismo pouco autônomo na cidade, fazendo arrefecer o movimento reivindicatório de trabalhadores na capital mineira, o que teria gerado uma ação "dócil e 'dentro da ordem'"[34].

Os elementos "conservadores e desmobilizadores" de Faria e Grossi tal qual a ação "dócil e dentro da ordem" de Eliana Dutra convergem para a crítica dessas autoras ao catolicismo militante atuante em Belo Horizonte e que, a partir de 1919, conformou-se em uma cultura militante que direcionou as ações da maioria das organizações de trabalhadores da cidade. A fundação da Confederação Católica do Trabalho, em 1919, inaugurou uma nova

---

[31] Exceção se faz a dissertação de mestrado de Renata Duarte, que se ocupou da trajetória da Associação Beneficente Tipográfica, categoria que devido à natureza do próprio ofício, deixou fontes impressas em abundância. DUARTE, Renata Garcia Campos. **A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

[32] FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de S. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920**. Anais do V Seminário de Estudos Mineiros** – A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1982.

[33] DUTRA, Eliana. **Caminhos operários em Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988.

[34] DUTRA, *op. cit.*, p. 172

onda organizativa e, a despeito das análises dos dois trabalhos citados, empreendeu campanhas por direitos para os trabalhadores.

Esses estudos são reflexo de uma corrente da historiografia do trabalho e dos trabalhadores que considerava o sindicalismo revolucionário a verdadeira forma de enfrentar a questão social e que, por sua vez, renegava a legitimidade das outras experiências. Trata-se de uma historiografia que assumiu o discurso da produção militante e atribuiu peso excessivo ao papel do anarquismo. Essa historiografia, ao fazer do sindicalismo revolucionário o verdadeiro sindicalismo, acabou por ignorar o reformismo ou, quando muito, reservar a ele análises pejorativas e pouco empíricas.[35] Nesse tipo de produção historiográfica o catolicismo é frequentemente associado ao conservadorismo enquanto o anarquismo e o comunismo são identificados como modernos, sobretudo por rejeitarem os valores do capitalismo liberal e buscarem superá-lo pela revolução.

As interpretações de Dutra e de Faria e Grossi, encontram igualmente base na produção da história política ou mesmo nas ciências políticas, área que abrigava as pesquisas das autoras entre a década de 1970 e 1980. Ambos os estudos supracitados situam a organização dos trabalhadores de Belo Horizonte em um ambiente político conciliador que já foi tratado na historiografia como o "mito da mineiridade". São conhecidos os estudos de Otávio Dulci[36] e, posteriormente, Maria Arminda do Nascimento Arruda[37], sobre a questão. Embora na grande política, mesmo na atualidade, o discurso acerca do caráter cordial, conservador e ordeiro do povo mineiro sejam frequentemente reapropriados, a historiografia já demonstrou a existência de divergências e tensões políticas que, no mínimo, relativizam a tese da conciliação mineira ou a restringem ao espaço do discurso político. Não se trata, portanto, de uma identidade política, como afirmava Maria Arruda. Claudia Viscardi mostrou, por exemplo, como um dos alicerces da argumentação da tese da conciliação mineira durante a chamada "política do café com leite" não se sustentava. Ao estudar disputas

[35] Essa linha de análise historiográfica encontra crítica mais incisiva em BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 117-127

[36] DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**: Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984.

[37] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

políticas mineiras na Primeira República, Viscardi mostra que, ao contrário do que se argumentava, Minas nunca foi um bloco coeso e que grupos políticos que representavam cafeicultores da Zona da Mata e do Sul do estado sempre viveram relações tensas na dinâmica das disputas políticas internas.[38]

Apesar das críticas que faço à abordagem que considera a ação do catolicismo em Belo Horizonte como momento de recrudescimento da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida, é importante entender como se deu a agitação que ganha tanta importância nas análises supracitadas como uma "idade de ouro" da organização de trabalhadores na nascente capital mineira.

### *A greve de 1912*

Os trabalhadores de Belo Horizonte não tardaram a mostrar capacidade de mobilização. Em 1912, a cidade viu irromper a primeira greve generalizada entre vários setores de atividade. A pouca recorrência nos anos seguintes fez com que essa greve fosse citada repetidas vezes na literatura acadêmica sobre os trabalhadores de Belo Horizonte.[39] É verdade também que em uma cidade ainda em construção, greves de menor proporção e restritas a pequenas oficinas ou fábricas que possam ter ocorrido são difíceis de mapear nas fontes. Esse quadro é agravado se se considera que à época a imprensa tratava greves como ações baderneiras que nem sempre mereciam destaque nos noticiários. A imprensa operária é, nesse caso, importante para levantar vestígios desses movimentos, além da visão das associações de trabalhadores sobre os eventos. Cabe afirmar, contudo, que nenhuma referência a essa greve foi encontrada na imprensa operária e que a análise recorre sempre à imprensa de grande circulação para reconstruir o evento.

---

[38] VISCARDI, Claudia. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**. Revista Estudos Históricos, Vol. 8, n. 15, 1995, p. 39-56.

[39] O estudo pioneiro sobre a Greve de 1912 é FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: **SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS**, 5, 1982, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1982. p.165-213.

A greve de 1912 foi deflagrada por um grupo de trabalhadores que, no dia 6 de maio, saiu em marcha pela cidade reclamando a redução da jornada para oito horas diárias. Seguiram, então, em direção a construções e oficinas a procura de adesão de mais trabalhadores. A agitação conquistou aderentes de outras categorias profissionais, que se juntaram à marcha em direção ao Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro na capital. O movimento ganhou grandes proporções e se estendeu até o dia 15 de maio. Houve momentos de tensão e enfrentamentos com a polícia.[40]

Ao que parece, não houve articulação prévia de organizações ou sindicatos, embora os relatos deem conta de que líderes conduziam a marcha de grevistas quando o movimento paredista teve início.[41] Entre esses líderes, estava o italiano Donato Donati, conhecido militante operário à época radicado em Belo Horizonte e que atuou também em São Paulo e outras cidades da América do Sul. Donati discursou aos grevistas durante assembleia realizada na Praça do Mercado, no dia 8 de maio, quando os paredistas estavam cercados pela cavalaria militar.[42]

Após o enfrentamento com a polícia ocorrido no dia 7 de maio, associações de trabalhadores divulgaram nota à imprensa na qual instavam os trabalhadores a evitarem reuniões e movimentações pelas ruas da cidade e solicitavam, ainda, que confiassem nos representantes para negociar os termos da greve. Assinaram a nota representantes da Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, Liga Operária de Belo Horizonte, Associação Beneficente dos Alfaiates, Associação Beneficente Tipográfica e Associação Municipal.[43] Mesmo que aparentemente não tenham sido organizadoras da greve, essa é a primeira vez que organizações de trabalhadores de Belo Horizonte articularam-se em ação

---

[40] Greve Operária: Sucessos graves. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 08/05/1912, p. 1. (Coleção Linhares – UFMG) Disponível em: http://www.linhares.eci.ufmg.br/dados20/0190/1912/019019120507001.jpg. Acesso em 28/07/2014.

[41] Greve Operária. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07/05/1912, p. 1. (Coleção Linhares – UFMG) Disponível em: http://www.linhares.eci.ufmg.br/dados20/0190/1912/019019120508001.jpg. Acesso em 28/07/2014.

[42] Greve Operária, o dia de ontem. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 09/05/1912, p. 1. (Coleção Linhares – UFMG) Disponível em: http://www.linhares.eci.ufmg.br/dados20/0190/1912/019019120509001.jpg. Acesso em 28/07/2014.

[43] Aos Operários! **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 09/05/1912, p. 1. (Coleção Linhares – UFMG) Disponível em: http://www.linhares.eci.ufmg.br/dados20/0190/1912/019019120509001.jpg. Acesso em 28/07/2014.

conjunta. As organizações aparecem, contudo, após o confronto entre grevistas e polícia e concitam os trabalhadores a evitarem manifestações públicas.

O movimento só chegou ao fim após decisão tomada por uma corte arbitral presidida pelo Presidente do estado, que atendeu à reivindicação dos trabalhadores e concedeu a eles o direito à jornada máxima de oito horas por dia. Os trabalhadores tiveram como representantes na corte arbitral Joaquim Francisco de Paula, José Mamede da Silva e Mario de Lima, o último ensaísta e poeta, defensor do catolicismo social e que várias vezes escreveu sobre a questão operária.

Não houve a garantia do benefício em lei ou decreto e a concessão da jornada de oito horas não foi efetiva, o que pode ser observado pela reincidência do tema em várias campanhas organizadas pelos trabalhadores da cidade na década seguinte. Não há indícios da existência de uma rede articulada entre as organizações de trabalhadores da cidade e a greve foi o estopim para que as associações aparecessem para tentar dirimir a tensão. Embora alguns autores tratem esse momento como ápice da ação combativa dos trabalhadores, a greve, além de não ter impactado no associativismo posterior, não foi resultado de articulação entre as organizações existentes.[44] Ao contrário, tais organizações entraram em cena para acalmar ânimos e evitar enfrentamentos com a polícia.

O quadro das greves mapeadas em Belo Horizonte até 1930 mostra que, após a parede de 1912, nenhum outro evento reuniu mais de uma categoria ou teve notoriedade na cobertura jornalista da imprensa da capital. No caso das greves dos choferes e cocheiros, em 1919 e 1927, as reivindicações referiam-se ao vestuário e, no caso do segundo evento, a um protesto contra a ação policial. Já os ferroviários constituíam categoria que tinha trabalhadores em todo o estado e as greves ocorridas mobilizavam várias cidades. Durante a greve dos ferroviários de 1914, um grupo de paredistas compareceu ao 3º Congresso Católico Mineiro, então reunido em Belo Horizonte no Centro da União Popular. Foram recebidos com um discurso de Mário de Lima, que apoiava as demandas sem, no entanto, deixar de defender junto aos presentes a importância de a ação social católica envolver-se na questão

[44] DUTRA, Eliana, op. cit, 1988, e FARIA e GROSSI, op. cit, 1982, são exemplos da referida abordagem.

operária para evitar a "plena fúria do socialismo"[45]. A militância católica também esteve envolvida na greve dos barbeiros de 1926, já que o sindicato dos barbeiros era filiado à Confederação Católica do Trabalho e a pauta da jornada de trabalho de 8 horas foi motivo de várias campanhas durante a década de 1920.

**Tabela 4 - Greves em Belo Horizonte até 1930**

| | Data | Categoria | Reivindicação |
|---|---|---|---|
| **Greve Geral em Belo Horizonte** | 1912 | Várias categorias | Jornada de oito horas |
| **Greve dos ferroviários** | 1914 | Ferroviários | |
| **Greve dos barbeiros** | 1918 | Barbeiros | Aumento de salário, fechamento das portas às oito horas da noite e a criação de caixa beneficente. |
| **Greve dos choferes e cocheiros** | 1919 | Choferes e cocheiros | Protesto contra a obrigatoriedade de uniformes aos choferes e cocheiros. |
| **Paralisação dos trabalhadores do Ramal da Estrada de Ferro** | 1919 | Ferroviários | Aumento de salários e jornada de oito horas. |
| **Greve dos barbeiros** | 1926 | Barbeiros | Jornada de trabalho e criação de caixa beneficente. |
| **Greve dos choferes** | 1927 | Choferes de praça da cidade | Protesto contra a aplicação indiscriminada de multas e em solidariedade à prisão de um chofer que questionou o oficial ao ser multado. |

Fontes: Estado de Minas, Belo Horizonte, 07/05/1912; Diário da Tarde, Belo Horizonte, 31/01/1927; Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte - 1916 - Belo Horizonte - página 117 - C.14/a-001; Comunicação de Romeu M. Godoi ao Chefe do Serviço de Investigações – 17/09/1934 - Belo Horizonte - DOPS/MG - Pasta 1275 - Comunismo - Investigações Sobre Indivíduos Suspeitos - 1929 – 1948.

[45] LIMA, Mário de. O cristianismo e a questão operária. In: PEREIRA, Carlos Horta. **Mário de Lima:** obra selecionada. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

Quando eclodiu, em julho de 1917, em São Paulo, a greve geral, várias cidades brasileiras viram surgir movimentos em solidariedade. Eder Sader cita greves ou manifestações de solidariedade em Juiz de Fora, Niterói, Petrópolis, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Santos.[46] Tentou-se organizar, em Belo Horizonte, manifestação popular em apoio aos trabalhadores em greve. Uma reunião de trabalhadores foi convocada para a Praça do Mercado. Durante a reunião, o deputado federal Augusto de Lima Júnior informou que uma comissão do governo fora criada no dia anterior para discutir sobre a questão operária.[47] A greve de solidariedade não se concretizou entre os trabalhadores belo-horizontinos.

A noção de cordialidade, contudo, em nada ajuda a entender a ação da militância católica no mundo do trabalho. A despeito da crítica valorativa de Faria e Grossi, assim como de Eliana Dutra, a ser aqui relativizada, é fato que o surgimento da Confederação Católica do Trabalho constitui ponto decisivo na organização dos trabalhadores da cidade. Até então, nem mesmo as campanhas de trabalhadores de maior destaque, como a Greve de 1912, conseguiram criar uma articulação das organizações belo-horizontinas de trabalhadores em um movimento consolidado. Torna-se imperativo, nesse aspecto, compreender como a cultura militante católica presente na cidade criou uma forma de ação coordenada para grande parte dos trabalhadores.

Antes do surgimento da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte já possuía um catolicismo militante e um universo associativo católico de considerável importância. As experiências anteriormente discutidas da União Popular, Liga dos Moços Católicos e mesmo a Liga pela Moralidade, além de ações como a empreendida em defesa do ensino religioso nas escolas públicas, criaram um terreno favorável para o sucesso da empresa católica no mundo do trabalho. Existia já estabelecido um catolicismo militante na cidade, com uma rede de associações constituída e, sobretudo, que já havia demonstrado preocupação com a questão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores.

---

[46] SADER, E. Do anarquismo ao comunismo de Estado (1900-1929). In: LOWY, M. **Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX.** Belo Horizonte: Vega, 1980. P. 18-20.
[47] A greve. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 28 de jul. 1917, p. 1.

A pujança do catolicismo junto aos trabalhadores, em Belo Horizonte, foi um dos elementos definidores do que foi chamado de "mito das Minas católica".[48] Sérgio da Mata afirma que o mito de Minas Gerais católica encontrou sua formulação definitiva durante a década de 1930, articulado às demandas político-ideológicas do momento. O papel dos grupos leigos já existentes em Minas Gerais foi, contudo, elemento essencial para que o discurso católico difundido pelo clero e pelas elites políticas mineiras obtivesse êxito nas décadas seguintes.

## 3.3. Confederação Católica do Trabalho

> Parece desnecessário demonstrar que a organização operária é uma necessidade imperiosa. No entanto, muitos sentem que nem todos talvez estejam em condições de explicar as razões categóricas dessa necessidade. É, pois, oportuno apontar em linguagem vulgar, fácil, ao alcance de todos, ao menos os principais argumentos. […]
> Somente essas associações, que reúnem todos ou o maior número dos membros de uma classe, podem formar um corpo único, vivo, vibrátil, indestrutível, visando aos direitos, interesses e necessidades gerais. […]
> E, se entre os homens, há um grupo que necessita de uma sólida união, de uma organização viva, vibrátil, que atue sem cessar, esse grupo é o dos trabalhadores, isto é, aqueles que, com os seus braços, com o seu labor insano e incessante, erguem e sustentam o edifício da civilização.
> A organização operária deve ser católica?[49]

Em 1919, logo após a fundação da Confederação Católica do Trabalho (CCT), Dr. Campos do Amaral, diretor social e militante católico desde a década anterior, publicou panfleto no qual apresentava os princípios do catolicismo para a organização operária. O panfleto, do qual se extraiu o excerto acima, apresenta argumentação apologética contrapondo o catolicismo às doutrinas socialistas e apontando-o como o único caminho

[48] MATA, Sérgio da. **A fortaleza do catolicismo**: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.
[49] AMARAL, José Augusto Campos do. **Organização Operária**: exposição de alguns princípios pelo Dr. Campos do Amaral. Belo Horizonte: Oliveira, Mesquita e Cia, 1919. (Folheto)

capaz de resultados satisfatórios para a questão operária. Trata-se de um discurso de defesa veemente da organização dos trabalhadores e do associativismo como forma de luta por melhorias nas condições de trabalho e vida. Impressiona a tiragem de dez mil exemplares[50], distribuição bastante grande para o tamanho de Belo Horizonte à época. O panfleto traz agradecimentos a Lauro Jacques, proprietário da gráfica que o imprimiu, conselheiro municipal e também presidente da Associação dos Empregados do Comércio, que custeou os impressos.

O catolicismo militante que fincou suas bases dez anos antes, com a criação da União Popular em Belo Horizonte, encontrava-se em um momento de maturidade no que se refere ao trato com a questão social. O folheto de Campos do Amaral traz argumentação sólida a favor do catolicismo e contra outras ideologias, baseada nos princípios da doutrina social da Igreja, e indicava a necessidade de se constituir uma organização que pudesse dirigir o movimento sob a bandeira enunciada pela encíclica de Leão XIII, em 1891. Em Belo Horizonte, as intenções da militância católica brasileira, enunciadas nos congressos católicos nacionais e estaduais da primeira década do século XX, preocupados com o associativismo dos católicos e com a necessidade de agir no meio operário, parecem ter se materializado de forma mais sólida em 1919.

A Confederação Católica do Trabalho foi oficialmente criada em 28 de setembro de 1919, quando os vinte e três sócios fundadores reuniram-se em assembleia a fim de aprovar os estatutos na sede do Centro da União Popular em Minas Gerais, ao qual se vinculou. A diretoria foi constituída por Francisco Borges Martins, presidente e representante do Sindicato dos Pintores; João Francisco de Jesus, secretário e representante do Sindicato dos Empregados nos Correios; Antônio Maria de Oliveira, tesoureiro; padre Henrique Brandão, assistente eclesiástico; e, por fim, José Augusto Campos do Amaral, diretor social, Sindicato dos Empregados nos Correios.[51]

---

[50] É importante destacar que o recenseamento de 1920 indicava, em números absolutos, uma população de 55.563 habitantes em Belo Horizonte: 19.323 correspondiam à população ocupada. **Anuário estatístico do Brasil 1936**. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1936 e Brasil - Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro, Typ. de Estatística, 1930.

[51] Os outros fundadores são: Modestino Procópio, do Sindicato dos Pedreiros; José Carlos Rodrigues, do Sindicato Misto; Joaquim Marques de Moura, do Sindicato dos Barbeiros; Jorge da Cruz Batista, do Sindicato dos Pintores; João Balbino dos Reis, do Sindicato dos Empregados em Fábricas de Tecidos; Antônio Flausino

A CCT surgiu em um contexto de crise social e econômica em Belo Horizonte, causado por um desemprego até então nunca visto na cidade em decorrência da paralisação das obras de finalização de prédios públicos e demais obras de construção da cidade. Eliana Dutra aborda o surgimento da organização e afirma que as condições estruturais da indústria belo-horizontina, tais como o incipiente parque industrial e a posição minoritária dos operários no total da população, bem como a força do estado e da prefeitura como empregadores, foram fatores condicionantes da atuação da Igreja, por meio da CCT, junto aos trabalhadores. Para a autora, a entidade teria capitaneado os desejos e simpatias das massas operárias da cidade.

> O surgimento, portanto, de uma entidade sindical junto a um operariado algo desarvorado, ainda formando uma consciência de si mesmo e bastante impossibilitado de se organizar, facilmente capitanearia as inclinações, os desejos e as simpatias da massa operária. Não é de estranhar que a Confederação tenha obtido sucesso nos seus esforços de mobilização e organização sindical.[52]

Embora o argumento de Dutra seja importante para entender a penetração das ideias católicas, em Belo Horizonte, uma ressalva deve ser feita no sentido de relativizar a caracterização do movimento como "desarvorado". Os trabalhadores da cidade criaram organizações mesmo antes da inauguração da capital e, não por acaso, entre os fundadores da CCT estavam representantes de sindicatos anteriormente constituídos. Parece-me, nesse aspecto, que ao contrário de desarvorados, os trabalhadores organizados na cidade tiveram a maturidade para criar uma organização na qual concentrariam as forças. As formas de atuação e estratégias sindicais praticadas devem ser vistas como as possíveis de se desenvolver no contexto histórico vivido pelos trabalhadores. A Confederação, como se verá, transformou-se em uma organização sólida e com linha de ação coesa, que por sua representatividade teve poder de pressão e barganha junto ao poder público e empresas em momento de negociação trabalhista.

---

Soares, do Sindicato dos Carroceiros; Pedro Ferreira de Aguiar, do Sindicato dos Pintores; Antônio Felipe Santiago, Ruy Rodrigues Xavier, Antônio Augusto Ferreira, Antônio Batista Vieira, José Nepomuceno Fagundes, Waldemar Diniz, Levindo Queiroz, José Rodrigues Maia, João Hilário da Cruz Filho, José Norte, Alberto Accacio Vieira. Confederação Católica do Trabalho, Estatutos. 1919.

[52] DUTRA, Eliana. *op. cit.* 1988, p. 161

A despeito de ser denominada confederação, é importante ressaltar que a organização não tinha filiados fora de Belo Horizonte. A Confederação manteve contato com congêneres do interior de Minas Gerais e mesmo de outros estados brasileiros, mas sempre teve a atuação restrita à capital. Poucos estudos se ocuparam da definição da natureza da organização. Eliana Dutra considera que se tratava de uma federação, ou seja, "uma associação sindical de grau superior que reunia sindicatos representativos de atividades e profissões idênticas"[53], enquanto Claudio Batalha chama a entidade de "espécie de central de sindicatos católicos"[54].

Durante a Primeira República, não havia rigor em relação à nomenclatura e a abrangência territorial das organizações sindicais. Era comum encontrar federações de atuação restrita a uma cidade ou mesmo nacionalmente abrangente, como a Federação Operária e Artística do Brasil. Da mesma forma, há exemplos de confederações que ambicionaram, mas nunca foram efetivamente organizações de alcance nacional, como a Confederação Operária Brasileira, que teve atuação restrita ao Rio de Janeiro.[55] Somente com a legislação trabalhista criada durante o governo de Getúlio Vargas e consolidada em 1943, durante o Estado Novo, criou-se uma estrutura rígida de organização, na qual os sindicatos poderiam se reunir em federações estaduais que, por sua vez, se filiavam a confederações nacionais. Nesse sentido, prefiro dizer que a CCT foi uma associação intersindical, profissionalmente indiferenciada e com atuação em Belo Horizonte – embora também influente em cidades do interior de Minas Gerais –, voltada para buscar soluções para os conflitos do mundo do trabalho, mas que também tinha funções voltadas para a educação moral e religiosa dos trabalhadores em sua vida cotidiana.[56]

---

[53] DUTRA, Eliana. *op. cit.* 1988, p. 157.
[54] BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78p. p. 28.
[55] Dados sobre as organizações citadas estão em BATALHA, Claudio. **Dicionário do movimento operário:** Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
[56] Sobre a dimensão educativa da Confederação Católica do Trabalho e sobre a ideia de Igreja-docente, ver PASSOS, Mauro. **A presença e o discurso da igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)**. 1986. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A Confederação Católica do Trabalho guiava-se pelo associativismo pregado na doutrina social da Igreja Católica e a obediência à encíclica *Rerum Novarum* estava expressa nos estatutos. A execução de seu programa deveria seguir os princípios que seguem:

> a) Fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade;
> b) Toda a ação operária não deve excluir Cristo e sua Igreja;
> c) Toda a ação operária deve obedecer aos princípios traçados na Encíclica Rerum Novarum e em outros documentos pontifícios;
> d) Toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas;
> e) Toda a ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio da autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.[57]

A vinculação da CCT com a Igreja foi explicitada em seus estatutos, que continham o programa e os objetivos da entidade. Em consequência, e em consonância com a doutrina, a ação da organização era pautada pelo combate às ideias socialistas e anarquistas e pela defesa da propriedade e da harmonia entre as classes. A principal finalidade era "colaborar na solução da questão operaria".[58] As atividades da entidade deveriam respeitar os seguintes critérios:

> A associação desenvolverá sua atividade:
> a) Defendendo os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe;
> b) Pleiteando a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça;
> c) Promovendo a defesa dos trabalhadores sindicados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infamante;
> d) Promovendo a cobrança do que for devido aos trabalhadores associados, quer no caso de recusa, quer no caso de memora, cobrando apenas as despesas inerentes ao processo;
> e) Promovendo a realização de contratos de trabalho, conforme o vencido em cada sindicato, organizando os respectivos modelos e velando pela sua exata observância;
> f) Promovendo a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores;

[57] CONFEDERAÇÃO CATHOLICA DO TRABALHO. **Estatutos**.
[58] CONFEDERAÇÃO CATHOLICA DO TRABALHO. **Estatutos**.

g) Promovendo a fundação de confederações idênticas, em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todos uma única confederação no Estado, podendo e devendo agir de acordo com instituições idênticas no Brasil.[59]

Além das campanhas por melhorias nas condições de trabalho e da assistência aos trabalhadores, a CCT objetivava promover a educação profissional e moral de seus associados. Deste modo, promovia cursos noturnos para operários e oferecia disciplinas tais como Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil.[60] A moral cristã era frequentemente objeto de artigos publicados no órgão oficial da entidade, *O Operário,* que além de promover o catolicismo militante como prática social dos trabalhadores, divulgava enunciados de disciplina moral. A ação ultrapassava a simples defesa material do trabalhador e havia, nesse aspecto, a preocupação com o comportamento dos trabalhadores da vida cotidiana.

Em sua estrutura organizacional, a CCT possuía um presidente, um secretário, um tesoureiro, um assistente eclesiástico e um diretor social. As principais decisões eram tomadas pelo Conselho Supremo, formado pela diretoria da entidade e por representantes de todos os filiados – na proporção de três para cada cem sindicalizados no sindicato ou na associação, não podendo ser menos que um ou mais que dez. O Conselho Supremo era responsável por aprovar os programas de todos os sindicatos filiados.[61]

A CCT possuía também a Caixa Beneficente Operária, instituída em 8 de dezembro de 1920 com o objetivo de prestar assistência material aos associados, financiando enterros e custeando despesas médicas.[62] Apesar dos estatutos definirem apenas a possibilidade de filiação de sindicatos, em 1929, adesões individuais eram aceitas desde que solicitadas por operários entre 18 e 55 anos, que pagassem joia de 15$000 e mensalidade de 2$500.[63]

---

[59] CONFEDERAÇÃO CATHOLICA DO TRABALHO. **Estatutos**.
[60] Curso noturno operário. **O Operário**, Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 19 de jun. 1920, p. 2.
[61] CONFEDERAÇÃO CATHOLICA DO TRABALHO. **Estatutos**.
[62] CAIXA BENEFICENTE OPERÁRIA. **Estatutos**.
[63]Condições de admissão. **O Operário**. Belo Horizonte, Ano 7, n. 5, 25 de abril de 1929, p. 4.

A construção da militância e a formação dos quadros da entidade aconteciam pela ação de comissões com objetivos distintos.[64] Eram nove as comissões:

1. **Comissão de fé e moral** – responsável pela disseminação, defesa e preservação da fé católica. Agia sempre que ocorresse na cidade qualquer tipo de manifestação contrária à ideologia da Igreja.
2. **Comissão de obras de piedade e culto** – comissão de catequese e preparação de novos membros, treinados para prestar auxílio aos pobres. A comissão também promovia adoração noturna para operários e estudantes.
3. **Comissão de santificação das famílias** – visava a sanear as famílias e promover o casamento no religioso e também no civil.
4. **Comissão de vocações sacerdotais** – buscava auxiliar na formação de novos padres e coletava fundos para financiar os seminários.
5. **Comissão de instrução e propaganda** – trabalhava na divulgação da imprensa católica. Tentava conquistar assinantes para os jornais católicos.
6. **Comissão de repouso dominical e dias santos** – tinha o objetivo de denunciar a profanação dos domingos e dias santos. Fazia apelo aos comerciantes para que não trabalhassem nesses dias.
7. **Comissão de caridade e assistência popular** – comissão de combate ao pauperismo. Visava a ajudar os mais pobres, distribuía esmolas e prestava auxílio a enfermos. Era composta por senhoras ricas da cidade.
8. **Comissão de escolas** – tinha por objetivo promover o ensino religioso nas escolas e identificar professores protestantes. Também promovia os cursos noturnos para operários de ambos os sexos.
9. **Comissão de obras sociais e operárias** – fazia campanhas junto às bases, visitava fábricas e estabelecimentos comerciais. Também divulgava o catolicismo, as assembleias, os horários de missas e as atividades promovidas pelas paróquias.

[64] A descrição das comissões que se segue não consta nos estatutos e se baseia em relatos publicados em *O Operário* e no *Vida Nova,* os dois órgãos de imprensa oficiais que a Confederação Católica do Trabalho publicou.

As comissões mais atuantes eram a Comissão de Instrução e Propaganda, a Comissão de Repouso Dominical e Dias Santos e a Comissão de Obras Sociais e Operárias. Essas três comissões eram citadas em atas de assembleias e seus representantes fizeram relatos de seus trabalhos com frequência. As outras comissões, embora tenham sido constituídas, deixaram poucos vestígios de atuação, o que indica que podem ter sido até mesmo desfeitas em algum momento.

As ligações da Confederação Católica do Trabalho com a Igreja Católica ultrapassavam a simples opção doutrinária de seus membros. O assistente eclesiástico da entidade era indicado pelo ordinário diocesano da cidade. Além disso, todas as iniciativas da entidade contaram com total apoio da alta hierarquia do clero mineiro. Desde 1922, quando chegou a Belo Horizonte para assumir a recém-criada diocese, o bispo D. Antônio dos Santos Cabral acompanhou de perto as atividades da CCT, sendo inclusive escolhido seu presidente de honra. Poucos dias após sua chegada a Belo Horizonte, D. Cabral visitou a entidade em cerimônia no salão da União Popular. Em seu discurso, não poupou elogios ao papa Leão XIII e à encíclica *Rerum Novarum* e ainda afirmou que sua maior glória seria ser chamado de "Bispo dos Operários", como acabou conhecido posteriormente.[65]

[65] O nosso bispo. **O Operário**. Belo Horizonte, Ano 2, n. 46, 11 de maio de 1922, p. 2.

Figura 1 – Reprodução da capa de O Operário em homenagem a D. Cabral por ocasião de sua chegada a Belo Horizonte.

Ainda que seja difícil indicar quais sindicatos foram filiados à CCT durante todo o seu período de existência, sabe-se que, segundo dados de 1925, compunham os quadros de associados regimentais da entidade um total de dezoito sindicatos: Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato

dos Padeiros, Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas e Sindicato dos Alfaiates.[66] A maioria desses sindicatos estava representada na assembleia de fundação da Confederação Católica e estava ainda filiada em 1929. Embora os dados sejam incompletos, sabe-se que até 1920 havia em Belo Horizonte pelo menos dez associações de classe ativas, englobando além de sindicatos, associações de auxílio mútuo e caixas beneficentes. A inexistência de outros dados não permite afirmar se houve aumento ou diminuição de sindicatos filiados nos anos seguintes. Mesmo os relatórios financeiros de prestação de contas que recorrentemente eram publicados no jornal *O Operário* não detalhavam a proveniência das joias dos filiados. Sabe-se, contudo, que, em 1925, a Confederação possuía 890 sócios e que, em fins de 1929, esse número chegou a 1.000.[67] Em 1933, eram 1306 sócios.[68] Eliana Dutra chama a atenção para a relação entre a Confederação e a organização dos trabalhadores da cidade:

> É curioso observar que foi a Confederação que impulsionou o movimento sindical e não o contrário. […] Desse modo, a Igreja, através da Confederação Católica do Trabalho, surge como agente organizador da classe operária de Belo Horizonte.[69]

É importante destacar que a CCT promoveu a valorização da ação sindical e da organização dos trabalhadores. Ao conclamar todos a lutar sob sua bandeira, os católicos punham em prática o incentivo ao associativismo de classe presente na encíclica *Rerum Novarum* e em seus estatutos. Mesmo que a entidade difundisse a ideia de que a única prática organizativa eficaz e moralmente correta seria a católica, a ação propiciou o fortalecimento das associações e sindicatos de Belo Horizonte.

O sucesso da CCT como organização mobilizadora das associações de trabalhadores na cidade pode ser mais bem percebido ao analisar sua relação com sindicatos não filiados. Durante toda a década de 1920, além dos sindicatos profissionais e mistos filiados à entidade, outras associações aderiram à forma de agir da entidade e passaram a

---

[66] **O Operário**. Ano V, n. 30. Belo Horizonte, 10 de maio de 1925.
[67] DUTRA, Eliana. op. cit., 1988. p. 161.
[68] O Diário. ano 1, nº 105. Belo Horizonte, 09 de jun. 1935. p. 11.
[69] DUTRA, Eliana. op. cit., 1988. p. 160-161.

fazer campanhas e assinar petições e requerimentos em conjunto. A Associação Beneficente Tipográfica, a União dos Empregados do Comércio, a União dos Operários em Calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora dos Operários, mesmo não sendo filiadas, agiram conjuntamente, assinando petições a serem enviadas ao Conselho Deliberativo e à prefeitura. São vários os exemplos dessa ação conjunta no ano de 1921, quando as campanhas pela regulação do descanso dominical e a da concessão de terrenos a operários na cidade ocupavam o debate no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte. Durante as sessões daquele ano, sobretudo por meio de requerimentos enviados conjuntamente, as organizações participaram do debate legislativo e pressionaram os conselheiros pela aprovação de leis que regulamentassem as demandas.[70]

A proximidade das organizações não oficialmente filiadas à Confederação Católica do Trabalho passou a ser mais explícita em 1929, quando o semanário *O Operário* publicava colunas com o resumo das reuniões da Confederação Auxiliadora dos Operários, da Associação Beneficente Tipográfica, da Associação dos Empregados do Comércio e da Liga Operária Mineira.[71]

A CCT sempre ambicionou a criação de uma rede de associações católicas em Minas Gerais. Era dispositivo estatutário promover "a fundação de confederações idênticas, em todas as localidades mineiras"[72]. A fim de viabilizar tal empresa, em maio de 1921, o diretor social da CCT, Dr. Campos do Amaral, participou da fundação de uma organização congênere em Divinópolis, no interior de Minas Gerais. Após realização de missa campal na esplanada da escola municipal, um cortejo seguiu até o Teatro Cinema, onde se realizou assembleia de fundação da Confederação Católica do Trabalho local.[73] Com o mesmo nome da organização da capital, a Confederação de Divinópolis não era filiada à CCT, mas foi

---

[70] Por exemplo, os requerimentos enviados pela Confederação Católica do Trabalho, Confederação Auxiliadora dos Operários, Associação Beneficente Tipográfica cobrando a urgente regulamentação do descanso dominical e a resolução do problema das concessões de terrenos a operários, lidos durante a 10ª sessão da 2ª reunião ordinária, em 27 de setembro de 1921; e o requerimento com o mesmo objetivo, assinado pelas mesmas organizações além de outras não especificamente operárias, como a União Popular, Liga pela Moralidade, União dos Moços Católicos, Partido Republicano da Mocidade e Partido Republicano da Floresta. **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte** – 2ª Reunião. Set. de 1919. p. 115 e p. 128.
[71] **O Operário**. Belo Horizonte, Ano 7, n. 10, 6 de jun. 1929, p. 4.
[72] CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. **Estatutos**.
[73] Divinópolis. **O Operário**. Belo Horizonte, Ano 1, n. 27, 12 de maio 1921, p. 3-4.

fundada sob o mesmo modelo e tomando seus estatutos como referência. Importa perceber que, a despeito de não se conhecer a longevidade da Confederação de Divinópolis, a cidade teve atuação destacada do catolicismo militante pelo menos até a década de 1950. Já no contexto de ação da ACB, o círculo operário local foi bastante atuante junto aos trabalhadores, sobretudo aos ferroviários da EFOM (Estrada de Ferro do Oeste de Minas), que constituam grande parte da população sindicalizada na região.[74]

Campos do Amaral, que passou a ser uma espécie de embaixador do associativismo católico, viajou, em agosto de 1921, a Sete Lagoas, município localizado a cerca de 70 quilômetros da capital. Na cidade, Campos do Amaral discursou para os presentes e defendeu a criação de uma associação congênere àquela que representava, distribuiu 200 folhetos e auxiliou na formação de uma comissão local para levar a efeito o intento.[75] O auge dessa campanha de expansão do associativismo católico foi a organização, em 1922, da 1ª Convenção Operária de Minas Gerais em uma cidade do interior do estado.

A Convenção Operária de Minas Gerais foi realizada em 14 de maio de 1922, na cidade de Pará de Minas e contou com a participação de representantes de vários sindicatos da capital, que foram em excursão. A comitiva da capital seguiu um rito, tanto no embarque em Belo Horizonte quanto no desembarque em Pará de Minas. Seguiam à frente as bandeiras Nacional e Pontifícia, seguidas pelas bandeiras dos sindicatos e da Confederação. Após o desembarque, os congressistas seguiram em marcha até a igreja matriz de Pará de Minas, onde se realizou missa campal.[76]

A Liga Operária Paraense foi a anfitriã local da Convenção, que também contou com a presença de representantes de outras cidades do interior do estado, União Operária Beneficente de Curvelo, União Operária Beneficente de Diamantina e União Operária de Mariana. De Belo Horizonte, além dos sindicatos filiados à CCT, fizeram-se presentes a Associação Beneficente Tipográfica, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora

---

[74] Sobre os círculos operários de Divinópolis, ver BATISTA, Márcia Helena. **A restauração católica na cidade:** círculo operário, imprensa e obras sociais em Divinópolis entre os anos 30 e 50. 2002. 302f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
[75] Sete Lagoas. **O Operário.** Ano 2, n. 8. Belo Horizonte, 18 de ago. 1921. p.3.
[76] **O Operário**. Ano 2, n. 46. Belo Horizonte, 11 de maio de 1922. p. 2.

dos Operários do Estado de Minas Gerais.[77] A pauta de discussão tinha como itens principais a necessidade de promover a organização de sindicatos em todas as localidades e de confederações estaduais e nacionais. Além disso, foi colocado em discussão o objetivo de se criar meios de se fazer aprovar um Código do Trabalho no Brasil. A Convenção também deu poderes à CCT para "receber todo o pensamento dos operários de Minas Gerais […] e encaminhá-los ao Congresso Nacional"[78].

Se a existência de um Código do Trabalho ainda era apenas um desejo, o efeito da 1ª Convenção Operária de Minas Gerais foi percebido no surgimento de novas associações no interior e na circulação de informação entre as organizações operárias. Logo após a Convenção, a CCT noticiou o surgimento da Confederação Católica de Itabira do Campo, que inclusive adotou os estatutos da congênere da capital como modelo.[79] Após a Convenção, as seções do periódico *O Operário* que davam conta da circulação dos jornais operários e de eventos ocorridos em organizações do interior ganharam mais espaço editorial.

A Confederação Católica do Trabalho tornou-se referência para as organizações de trabalhadores em Minas Gerais, sobretudo para aquelas que aceitaram o catolicismo como ideologia para o enfrentamento da questão social. Conquistou capilaridade e influenciou o surgimento de outras organizações em cidades do interior de Minas Gerais. Essa capilaridade, contudo, não a converteu em uma confederação que de fato tivesse filiadas em todo o estado, já que do ponto de vista prático, as principais campanhas por direitos empreendidas pela organização se limitavam à cidade de Belo Horizonte. O que não se pode negligenciar, entretanto, é a propaganda e a ação da militância católica reunida na CCT logrou êxito ao incentivar o associativismo dos trabalhadores.

A Confederação Católica do Trabalho, que surgiu em 1919 utilizando a estrutura da sede do Centro da União Popular em Minas Gerais, na região central, passou a contar com filiais espalhadas pela cidade. As cinco filiais descentralizadas funcionavam nos bairros Lagoinha, Barro Preto, Vila Independência, Carlos Prates e Boa Viagem. À exceção da última, as filiais situavam-se em bairros fora da Avenida do Contorno e longe do centro,

[77] Grandiosa excursão ao Pará. **O Operário**. Ano 2, n. 47. Belo Horizonte, 18 de maio de 1922. p. 2.
[78] **O Operário**. Ano 2, n. 47. Belo Horizonte, 18 de maio de 1922. p. 2.
[79] **O Operário**. Ano 2, n. 49. Belo Horizonte, 1 de jun. 1922. p. 1-2.

regiões onde residiam os trabalhadores.[80] A Comissão de Imprensa e Propaganda tinha representantes em todas as filiais da Confederação, o que garantia a circulação de folhetos e convocatórias para reuniões.

### *Imprensa operária e o catolicismo*

O semanário *O Operário* foi locutor e emissor material do discurso católico para os trabalhadores de Belo Horizonte na década de 1920. Esse órgão foi idealizado e dirigido por José Augusto Campos do Amaral, diretor social da Confederação Católica do Trabalho, militante e propagandista do catolicismo social que veio dos quadros da União Popular. Com o primeiro número lançado em 19 de junho de 1920, *O Operário* tornou-se o periódico operário com a circulação mais contínua da cidade até sua extinção, em 1929. A característica da imprensa operária como fonte histórica no período estudado apresenta frequentemente acervos pouco seriados. A periodicidade do órgão oficial da CCT indica a solidez da organização. Os oitenta números levantados mostram que a periodicidade foi semanal por quase todo o período, com exceção para o ano de 1925, quando foram publicados a cada dez dias, e 1926, quando houve descontinuidade por um ano na publicação do jornal.[81] No primeiro número do jornal *O Operário*, a CCT destacava a importância da imprensa operária na orientação dos trabalhadores:

> Temos tanta necessidade da imprensa, quanto de pulmões para respirar. Só as reuniões e as conferências não alcançam fins satisfatórios. Muitos, por preguiça ou por motivos aceitáveis, não frequentam sessões.
> Nosso meio não tem ainda compreensão do DEVER SOCIAL. O único meio de tornar conhecido esse dever é arrancar o operário da inércia e da indiferença, é ir procurá-lo em sua casa, na rua, na oficina, falar-lhe tudo quanto for necessário para orientá-lo. Essa missão somente pode ser desempenhada por esse mensageiro

[80] Movimentam-se as filiais da C.C.T. **Vida Nova**. Ano 1, n.2. Belo Horizonte, 6 de set. 1938.
[81] Exemplares do jornal *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho, encontram-se na Coleção Linhares/UFMG, no Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp e na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais. O Vida Nova, que o sucedeu na década de 1930, tem toda a sua série guardada na Coleção Linhares/UFMG.

> silencioso, mas eloquente que é o jornal. Por este, poderemos estar em contato constante com os trabalhadores, fazendo a luz da verdade penetrar as massas trabalhadoras, agitá-las no bom sentido, excitá-las para o bem, congregá-las, dar-lhes coesão, conduzi-las a vitória! […]
> O Operário vai ser o eco fiel, o espelho nítido das necessidades trabalhistas, procurando arrastar o operariado para uma solução justa e pacifica de suas questões sem desordens e violências, sem prejuízo e ódio para as outras classes![82]

O trecho acima traduz a proposta da CCT para o encaminhamento das lutas no mundo do trabalho e o papel da imprensa nesse processo. Tanto o folheto publicado por Campos do Amaral, em 1919, quanto as edições do novo semanário destacam a importância da imprensa operária "não somente um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social."[83] O periódico servia não apenas como emissor de ideias, mas como instrumento de ação durante as campanhas empreendidas na busca por direitos e melhores condições de trabalho.

Embora não existam dados exatos referentes à tiragem, é possível apreender que, devido a sua publicação contínua desde a criação em 1919 e, ainda, devido ao seu conteúdo, ele tinha penetração entre os trabalhadores. Havia circulação mesmo fora de Belo Horizonte, como pode ser percebido nas colunas que revelam envio de exemplares a organizações de trabalhadores do interior de Minas Gerais e mesmo de outros estados brasileiros. Não por acaso a maior parte das edições de *O Operário* do escopo documental desta pesquisa provém da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, militante anarquista baseado em São Paulo.[84]

O conteúdo do jornal era variado e além das críticas sociais e campanhas por direitos para os trabalhadores, constavam de artigos dogmáticos católicos até divulgação de cursos e eventos sociais para operários. Os textos continham discurso moralista, contrário a outras ideologias, tais quais o anarquismo e o socialismo e, ainda, visavam a moldar o comportamento militante e cotidiano dos trabalhadores da cidade. Nenhum outro jornal da chamada imprensa operária mineira teve circulação comparável à do órgão oficial da CCT.

---

[82] Nosso programa. **O Operário**. Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 19 de jun. de 1920. p. 1.
[83] ULIANOV, Piotr. *apud* PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; ARAVANIS, Evangelia. (Orgs.). **Cultura operária**: trabalho e resistências. Brasília: Ex Libris, 2010. p.133
[84] Refiro-me ao fundo Edgard Leuenroth, do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL / Unicamp.

É verdade que a linha editorial de *O Operário* raras vezes oferecia oposição aos poderes constituídos. Até mesmo os artigos de crítica a algum problema social traziam argumentos conciliadores. A causa católica tinha outro jornal na cidade, *O Horizonte*, publicado pela Arquidiocese a partir de 1923, e que repetidas vezes reproduzia artigos e informes de *O Operário*.

Enquanto o periódico da Confederação Católica do Trabalho demonstrava vitalidade, do outro lado, os poucos jornais com linha editorial contrária ao catolicismo tiveram circulação efêmera na cidade. O único exemplo de enfrentamento direto à CCT na imprensa ocorreu na primeira edição do *Floresta-jornal*, editado entre 1920 e 1922 por Argemiro Teixeira. Tratava-se de jornal de pequena circulação, com publicação semanal e, considerando o nome, que se vincula ao bairro Floresta, provavelmente circunscrevia-se a essa região da cidade. O artigo criticava o agir da CCT e seu diretor social, Campos do Amaral, acusado de socialista "Jeca-Tatu", que queria que os operários da época obtivessem:

> "sem patas de cavalos, sem dinamites, unicamente portando-se bem sob a égide dos católicos da Confederação Católica do Trabalho, aguardando a boa vontade dos patrões. […] viver humildemente, pacatamente, sempre se fez muito antes do Dr. [Campos do Amaral] nascer e fundar a esquisita Confederação Católica do Trabalho. Não é, pois, nenhuma novidade esse socialismo pálido que não passa da concepção do Jeca-Tatu sobre o dito."[85]

A despeito das duras palavras dirigidas à CCT e a seu fundador, Campos do Amaral, os exemplares seguintes do semanário do bairro Floresta não apresentam a repetição do tom crítico utilizado em seu número inicial. Ao contrário, embora a CCT não seja mais citada, nas edições seguintes há uma série de reportagens sobre realizações das associações da cidade, como os repetidos artigos sobre a Associação Comercial de Minas e, até mesmo, notícias sobre a União dos Moços Católicos.[86]

Dentre as vozes dissonantes na imprensa destinada aos trabalhadores, dois jornais merecem destaque por apresentarem linha editorial claramente contrária aos católicos: *Avante!* e *O Facho*. É possível encontrar notas na bibliografia sobre outros periódicos como

---

[85] Foco João Pregadores... **Floresta-Jornal.** Belo Horizonte, 18 de maio de 1920. Ano, 1, n. 1, pág. 2-3. Citado por DUTRA, Eliana. op. cit., 1988., p. 171.
[86] União dos Moços Católicos. **Floresta-Jornal.** Belo Horizonte, 20 de jun. 1920. Ano, 1, n. 6, pág. 2.

o *Libertas*, o *Jornal do Povo* e o *Verdade Operária*, mas nenhum desses jornais teve embate ideológico com a doutrina católica.[87] *Avante* e *O Facho*, todavia, apresentavam conflito editorial com *O Operário*. Até mesmo pela pouca circulação, alguns com apenas uma edição, os outros jornais apresentam possibilidade de análise limitada.

O *Avante!*, que circulou entre 1924 e 1928, iniciou com tendência socialista, crítica aberta ao governo mineiro e denúncia às péssimas condições de trabalho nas indústrias têxteis. Surgiu anunciando-se representante da "imprensa sem mordaça" e criticando abertamente políticos mineiros.[88] Por várias vezes, o diretor do jornal, Amadeu Teixeira de Siqueira, foi preso e teve edições inteiras do jornal queimadas pela polícia. Eliana Dutra afirma que a partir de 1925, durante o governo Melo Viana, o jornal passou a ser impresso na Imprensa Oficial e teve sua linha editorial modificada, com elogios ao presidente do estado.[89]

*O Facho*, jornal publicado por jovens intelectuais mineiros em 1929, era de tendência anticlerical e comunista. De característica bastante combativa, o jornal criticava o governo de Antônio Carlos pelas leis de censura e defendia a liberdade de pensamento e de voto. Claramente vinculado ao comunismo, conclamou "a mocidade […] a formar fileiras em torno da bandeira vermelha da revolução"[90], via na ação revolucionária a ascensão do proletariado ao poder e apontava como algemas sociais a religião, a moral e o governo.

É emblemático o papel exercido pelo que se pode denominar de zonas de silêncio, na medida em que outras correntes ideológicas não tiveram, em Belo Horizonte, êxito em divulgar suas ideias por meio da imprensa. É fato que, como se verá nos capítulos seguintes, a preocupação da CCT em contrapor constantemente argumentos socialistas para o enfrentamento da questão social indica que se o inimigo não era presente, era real ao menos no campo das ideias. Mesmo considerando que expressões do socialismo e do anarquismo sofressem represálias dos poderes públicos, talvez a pouca circulação de impressos contrários

[87] Os jornais são citados por DUTRA, Eliana. op. cit., 1988.
[88] Avante. **Avante!** Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 8 de jun. 1924. p.1.
[89] DUTRA, op. cit., 1988, p. 124-125
[90] O nosso programa. **O Facho**. Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 1 de maio de 1929. p.1.

ao catolicismo diga mais sobre a influência da CCT na cidade que a grande periodicidade de circulação do órgão oficial *O Operário*.

Em 1929, *O Operário* teve sua publicação definitivamente interrompida. Os informes sobre a organização passaram a ser publicados sem periodicidade no jornal *O Diário*, novo jornal patrocinado pela Arquidiocese a partir de 1935. A CCT só voltaria a ter um órgão de imprensa próprio em 1938, quando surgiu o *Vida Nova*. Foram vinte e três edições do *Vida Nova* até março de 1939, quando a série é interrompida. A ausência de um periódico entre 1930 e 1938 é também reflexo da conjuntura sindical da época e das mudanças de orientação pelas quais a ação católica passou na década de 1930.

### *A Confederação Católica do Trabalho na década de 1930*

A conjuntura política brasileira na década de 1930 atingiu diretamente a organização dos trabalhadores. O debate sobre a unicidade e a pluralidade sindical, que ocupou a agenda nos primeiros anos da década de 1930 e o processo histórico que culminou no atrelamento dos sindicatos à estrutura do Estado impactaram a existência da Confederação Católica do Trabalho. Além da conjuntura política do país, a própria orientação da Igreja Católica no Brasil mudaria, o que acabou por definir o desfecho da trajetória da Confederação.

De 1930 a 1938, a CCT não tinha um órgão de imprensa em circulação, o que dificulta o entendimento sobre como a organização enfrentou as mudanças, quais posições assumiu frente à nova política instaurada após a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A única evidência do posicionamento da organização nesse período é uma entrevista de seu presidente, José Cupertino de Faria, ao jornal *O Diário*, em 1935. Após fazer longa recapitulação das vitórias que a Confederação teve em suas campanhas por direitos aos trabalhadores – referentes ao descanso dominical, moradias operárias e jornada de trabalho –, e de tecer comentários hagiográficos ao falecido militante José Augusto

Campos do Amaral, José Cupertino situa a condição de existência de sua organização pós-1930.

> […]pelos nossos estatutos, a Confederação era formada de sindicatos. […] Estabelecendo a nova legislação trabalhista o 'monismo sindical', continua o entrevistado, proibindo no seio das associações de classe todas as manifestações de caráter religioso (letra j do art. 1º) a Confederação Católica do Trabalho, fiel aos ditames estatutários, de caráter nimiamente católico, teve que dissolver os sindicatos e viver à margem da lei.[91]

Dados o silêncio das fontes em relação a ações no início dos anos 1930 e a declaração de José Cupertino, infere-se que a Confederação interrompeu atividades sindicais no período. Cupertino destaca, ainda, que o decreto[92] de Lindolfo Collor determinava que os sindicatos deveriam ser oficialmente reconhecidos e, para tanto, exigia-se "a neutralidade em matéria religiosa, cousa com que não concordamos!"[93]. Ao que parece, a prioridade dada ao aspecto confessional não permitiu que a organização abrisse mão de seu aspecto religioso e continuasse a atuar na proteção do trabalho de seus associados.[94] Pesava contra a continuidade da CCT o caráter laico da lei, mas também o fato de que sua estrutura organizacional dependia dos sindicatos filiados, situação que a unicidade sindical adotada após o decreto de Lindolfo Collor não permitia.

No conturbado período de reorganização da estrutura sindical brasileira, nos primeiros anos da década de 1930, a CCT parece ter pouco se envolvido no processo de oficialização de sindicatos. Isso talvez decorra da própria ilegalidade da organização católica nesse novo contexto legal, que exigia laicidade das associações de trabalhadores, além da representação por categoria. Em Minas Gerais, apenas em 1933 os primeiros sindicatos foram reconhecidos oficialmente. A historiografia costuma atribuir esse início da sindicalização

---

[91] Confederação Católica do Trabalho. **O Diário**, ano 1, nº 105. Belo Horizonte, 09 de jun. 1935. p.11.
[92] Refere-se ao Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, que inaugurava a estrutura de sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho e Indústria.
[93] Confederação Católica do Trabalho. **O Diário**, ano 1, nº 105. Belo Horizonte, 09 de jun. 1935. p.11.
[94] O já citado exemplo francês mostra justamente o caminho inverso. A CFTC abandonou gradualmente seu caráter confessional até ser convertida, na década de 1960, em CFDT, organização que se manteve como uma central sindical centrista. GEORGI, Frank. **L'invention de la CFDT. 1957-1970.** Syndicalisme, catholicisme et politique dans la France de l'expansion. Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

oficial ao dispositivo pelo qual as organizações de classe teriam representação na Assembleia Nacional Constituinte que preparou a Constituição de 1934. Carla Anastasia, contudo, em seu estudo sobre o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores mineiros, demonstra que o fator principal para a sindicalização oficial em Minas Gerais foi a possibilidade de organização de classe e não a representação política na Constituinte. Prova disso é que o número de sindicatos reconhecidos no estado, em 1933, era restrito a 17 e, dentre estes, vários se recusaram a escolher representantes.[95]

Em Minas Gerais, apenas 21 sindicatos eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1934. Dentre estes, 7 sindicatos de Belo Horizonte, 5 de Juiz de Fora e 9 de outras cidades.[96] Entre as categorias de trabalhadores belo-horizontinos que tinham sindicatos ligados à CCT na década anterior, padeiros, empregados em fábricas de tecidos, ferroviários e pedreiros foram categorias que poderiam ser absorvidas pelos novos sindicatos oficiais, a saber, Sindicato dos Operários Panificadores, Sindicato dos Empregados em Fiação e Tecelagem, Sindicato dos Ferroviários e Sindicato dos Operários em Construção Civil. As outras categorias só tiveram sindicatos criados posteriormente. Os sindicatos e associações originais, contudo, não necessariamente foram extintos e atuavam sem poder cumprir suas funções primeiras ou com outra finalidade. O caso dos gráficos é um exemplo em que a organização original continuou a existir. O Sindicato dos Trabalhadores do Livro e do Jornal de Belo Horizonte foi criado em 1932 e reconhecido no ano seguinte, mas a organização que representava a categoria na década anterior, a Associação Beneficente Tipográfica, continuou sua atividade com a finalidade mutualista para a qual foi originalmente criada, em 1900.

---

[95] ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Corporativismo e Cálculo Político**: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). 1990. Tese (Doutorado em Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ/TEC. p. 97-104.

[96] Até 1934, os sindicatos de Belo Horizonte reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio eram: Sindicatos dos Bancários; Sindicato dos Empregados em Bondes, Luz e Força; Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres; Sindicatos dos Ferroviários da Estrada de Ferro Oeste de Minas; União dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte; Sindicato dos Empregados em Fiação e Tecelagem; Sindicato dos Operários da Construção Civil; Sindicato dos Operários Panificadores; Sindicato dos Operários Sapateiros; O Sindicato dos Trabalhadores do Livro e do Jornal de Belo Horizonte; Sindicato dos Trabalhadores em Vestiários e Anexos. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 18, 1936, pp. 371-378.

É interessante perceber que a CCT, entre 1930 e 1934, parece ter ficado totalmente alheia às discussões sobre a sindicalização e não há referência de que ela tenha agido na criação e oficialização de sindicatos nesse período. Devido à pouca oferta de fontes sobre esse período, a assertiva sobre esse tema é dificultada e, mesmo em jornais de grande circulação ou na imprensa católica não diretamente ligada aos sindicatos, não há referências à CCT ou aos debates sobre a legislação trabalhista. Apenas a declaração feita pelo presidente José Cupertino, em 1935, lança algumas luzes sobre a atividade da organização nesse período.

A perda de atribuições causada pelo contexto legal do pós-1930 também causou outro silêncio na trajetória da CCT. Era de se imaginar que, devido a sua força e representatividade, a organização teria participação de destaque nas ações da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada pela Igreja Católica, em 1932. A despeito de não haver indício de atuação direta da organização na mobilização da LEC, é possível crer que, de alguma forma, seus militantes estivessem nela envolvidos. O fato de não haver produção de jornais ou outra forma de comunicação produzida diretamente pela CCT, entre 1930 e 1935, não ajuda no esclarecimento de sua atuação junto à LEC. É possível afirmar, contudo, que houve grande mobilização dos católicos na capital mineira em torno da LEC. Entre 1932 e 1934, o diário católico *O Horizonte* publicou diversos textos sobre as eleições para deputados constituintes. Em 1932, publicou um apelo aos católicos para que participassem do processo eleitoral em nome da "responsabilidade moral e cívica" e, ainda, que a LEC estava:

> congregando todos os católicos conscientes para que cumpram com o seu dever, trazendo às próximas eleições para assembleia constituinte um contingente irresistível de votos em favor dos candidatos cujos programas não contenham medidas contrárias e sim favoráveis à religião.[97]

A LEC foi criada com o objetivo de pressionar os políticos envolvidos no processo de elaboração da nova Constituição a aprovar as medidas defendidas pela Igreja.[98]

---

[97] **O Horizonte**. 17 de nov. de 1932, p. 4.

[98] A LEC tinha um programa de reivindicações constituído em dez pontos, assim resumidos: 1. Promulgação da Constituição em nome de Deus; 2. Indissolubilidade dos laços matrimoniais; 3. Ensino religioso facultativo; 4. Assistência religiosa facultativa às Forças Armadas; **5. Liberdade de sindicalização, de forma que os sindicatos católicos legalmente organizados tenham as mesmas garantias que os sindicatos não**

Na prática, a LEC oferecia apoio integral dos católicos aos políticos que defendessem seus interesses. Entre as reivindicações políticas da LEC, estava a liberdade de sindicalização, inclusive considerando o atributo confessional, que na prática era a defesa da pluralidade sindical. O artigo 120 da Constituição de 1934, que assegurava a pluralidade sindical, foi uma vitória da LEC, que conseguiu pressionar os legisladores e aprovar o dispositivo.

É verdade, porém, que os acontecimentos políticos que levaram a instituição do governo ditatorial de Vargas, a partir de 1937, não permitiram a regulamentação do dispositivo em lei e, portanto, a liberdade sindical não se efetivou. A inclusão do dispositivo, contudo, deu esperanças de que seria possível que a CCT voltasse a atuar como uma congregação de sindicatos católicos, tal como fora criada. A promulgação da Constituição de 1934, com o restabelecimento da pluralidade sindical, criou a expectativa de que se pudesse voltar a atuar como outrora, ou seja, que fosse possível o reconhecimento da Confederação Católica do Trabalho como sindicato ou central sindical. Segundo o presidente José Cupertino de Faria:

> A Constituição de 1934, em boa hora, estabeleceu, no artigo 120, a liberdade sindical, remediando o mal do monismo sindicalista, que entregou a maioria dos sindicatos a elementos comunistas. O preceito constitucional, no entanto, ainda não foi regulamentado [...]. Logo que se regulamentar o preceito constitucional, vamos pleitear o nosso reconhecimento. Obtendo-o teremos força para pleitear perante o Ministério do Trabalho os nossos direitos.[99]

Segundo José Cupertino, após a previsão da pluralidade sindical na Constituição de 1934, a CCT ocupou-se de organizar e buscar o reconhecimento oficial de sindicatos. Em 1935, segundo o presidente, as categorias com sindicatos já completamente organizados que aguardavam reconhecimento oficial eram as seguintes: metalúrgicos, pedreiros, costureiras, domésticas, lavadeiras e parteiras.

---

**confessionais;** 6. Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência aos militares como equivalente ao serviço militar; **7. Decretação de uma legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e da ordem cristã;** 8. Defesa da propriedade individual; 9. Garantia da ordem social; 10. Combate a qualquer legislação contrária aos princípios da doutrina católica. Citado por CURY, Carlos. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** São Paulo: Cortez, 1978. p. 127.

[99] Confederação Católica do Trabalho. **O Diário**, ano 1, nº 105. Belo Horizonte, 09 de jun. 1935. p.11.

A CCT, como destacou o presidente José Cupertino, perdeu sua atribuição principal de ser uma organização de representação formada por sindicatos filiados. Teve, portanto, que se reinventar para ganhar sobrevida no contexto político brasileiro da década de 1930, o que parece tê-la direcionado à oferta de assistência a seus filiados. Em 1935, a Confederação mantinha serviços para os 1306 sócios diretamente inscritos, como o curso primário noturno para homens, a biblioteca e um gabinete dentário.[100] Em 1938, a CCT ampliou os serviços de assistência e seus balancetes apresentavam gastos com médicos, indenizações e beneficências – provavelmente custos com enterros como previam seus estatutos –, esta última constituindo sempre a maior das despesas.[101]

Além das consequências relacionadas à conjuntura política do país, durante a década de 1930, a CCT também sofreu impacto da nova orientação católica para o campo social. Com a criação da Ação Católica no Brasil (ACB), em 1935, a Igreja passou a incentivar o circulismo, caracterizado pela formação de quadros em círculos de estudos, conferências e pela produção de literatura. A atenção voltou-se especialmente para as juventudes, daí o surgimento das Juventudes Católicas – Juventude Estudantil Católica (JEC), para a mocidade do curso secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), só para universitários; Juventude Operária Católica (JOC), para a mocidade operária –, que surgiram como seções da ACB, mas que se tornaram ações independentes anos mais tarde. Essa nova configuração trazia definitivamente a ação social católica para a hierarquia da Igreja e era conforme a orientação da Encíclica *Uni Arcano*, de 1922, na qual o Papa Pio XI pedia a formação de exército de cristãos militantes, disciplinados e seguidores da orientação de Roma. A criação da ACB foi o auge do projeto político-pastoral empreendido pelos bispos brasileiros, sob a liderança de Dom Leme, desde o fim da década de 1910.

O novo modelo circulista formou organizações ligadas à estrutura romanizada da Igreja que eram diferentes da natureza daquelas criadas desde o início do século XX, constituídas independentemente da hierarquia eclesiástica. A nova determinação da cúpula da Igreja definiu que os círculos operários, vinculados à ACB, deveriam ser os responsáveis

[100] Confederação Católica do Trabalho. **O Diário**, ano 1, nº 105. Belo Horizonte, 09 de jun. 1935. p.11.
[101] Balancete. **Vida Nova**. Ano 1. N. 9. Belo Horizonte, 24 de nov. de 1938. p. 4.

por difundir os princípios do catolicismo no mundo do trabalho. Esse segundo movimento da ação social católica para trabalhadores não se preocupava com a criação de organizações confessionais. O trabalho de formação de líderes operários que se integrariam à estrutura sindical oficial para influenciar um agir baseado no catolicismo social. Essa nova estratégia, segundo Jesse Sousa, "terminou por desqualificar as outras organizações operárias católicas que não estavam submetidas à centralização curial". [102] A Confederação Católica do Trabalho, principal organização católica de Belo Horizonte, sofreu com esse golpe.

Do ponto de vista prático, a existência da CCT foi colocada em xeque na medida em que sua natureza originária – de ser um centro congregador de sindicatos – deixou de ser o interesse da Igreja. A nova orientação da Igreja visava unicamente a formação, desde a juventude, de cristãos militantes. O estudo das encíclicas sociais por esses jovens não deixaria de apontar o catolicismo como caminho para o enfrentamento da questão social. A ação, contudo, deveria dar-se na própria estrutura da Igreja e não mais em associações profissionais como aquelas que a própria CCT incentivou a formação e aglutinou em torno de si.

O 2º Congresso Eucarístico Brasileiro aconteceu em Belo Horizonte, em setembro de 1936, e serviu para difundir junto aos leigos a nova orientação da Igreja. Durante o evento, que fora presidido pelo Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, definiu-se que os militantes católicos deveriam juntar-se à ACB. Segundo Maria Marques, o circulismo encontrava a resistência da CCT, que era uma instituição sólida e com linha de ação definida, sobretudo pela tendência circulista de aderir integralmente às ações governamentais no campo do trabalho.[103] Ao escrever sobre a relação de Dom Cabral com os operários belo-horizontinos, um padre da época oferece análise para se entender o momento de mudança.

> Aquela organização, com um passado sem dúvida brilhante, cheio de benefícios prestados aos operários, não mais correspondia às necessidades do momento. Era necessário que ela se transformasse, se adaptasse, de modo que pudesse prosseguir o seu benfazejo roteiro de caridade.

---

[102]. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 275.

[103] MARQUES, Maria Elizabeth. **Formação e crise da juventude operária católica**: o movimento em Minas Gerais, 1935-1968. 1986. 134p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais.

> De longa e cuidadosa meditação, surgiu a decisão de transformá-la em Círculo Operário, não só por ser uma organização de caráter nacional, como também pelos frutos que no Brasil se observam, oriundos desta vasta rede circulista que abrange todo o país.[104]

Iniciada em 1936, por ocasião do 2º Congresso Eucarístico Nacional, a transformação da Confederação Católica do Trabalho em Círculo Operário de Belo Horizonte se arrastou até 1941, quando a assembleia geral presidida por Dom Cabral deu posse à diretoria da nova organização. Em Belo Horizonte, a estrutura da CCT fez com que o Círculo nascesse com bastante solidez. Em 1943, possuía 3.000 sócios e tinha núcleos espalhados pelos bairros da cidade, provavelmente, as antigas filiais da Confederação Católica do Trabalho.[105] Toda força e representatividade conquistada pela organização durante a década de 1920 foi abalada pelo duplo golpe, o primeiro desferido pela nova conjuntura da legislação trabalhista e, o segundo, pela mudança na orientação Igreja.

[104] **Dom Cabral e os operários, por Padre A. de Marco**, 1943. (Folheto – Arquivo Arquidiocesano - Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte).
[105] Idem, 1943.

# 4. Campos separados: disputas por espaço e moral católica no cotidiano dos trabalhadores.

> Não é necessário, nem lícito destruir a propriedade; o que é urgente é reduzi-la aos seus justos termos, é obrigá-la a cumprir seus deveres, é subordinar o seu uso às regras da justiça.
> Estamos, portanto, diante de um dilema: de um lado, os princípios do socialismo; do outro lado, os princípios da Igreja.
> A organização católica estriba-se nestes; a organização NEUTRA não encontra princípios para formar-se. […]
> O capital e o trabalho, eis as duas forças que sustentam o edifício econômico, base de qualquer sociedade. Se o capital usurpou […] o que é necessário não é DESTRUÍ-LO, mas regenerá-lo, obrigando-o a recuar para as suas fronteiras. Restabelecer a harmonia, o equilíbrio de ambos, é urgente e absolutamente indispensável para salvar a sociedade do abismo em que se despenha. […]
> Temos, pois, outro dilema. Na luta econômica, no conflito entre o capital e o trabalho, entre patrões e trabalhadores, o socialismo incita estes a devorarem aqueles e a Igreja manda que os capitalistas restituam o que foi usurpado.
> Os princípios socialistas ensinam a destruição; a Igreja manda que os capitalistas restituam o que foi usurpado.
> Os princípios socialistas ensinam a destruição; a Igreja aconselha a conciliação; não há lugar para os neutros. […]
> Ela [a Igreja] ensina que a autoridade e a liberdade são iguais, legítimas, necessárias. O que é necessário não é destruir, mas restabelecer os justos limites de ambas e isto não pode conseguir-se sem a existência do Estado. […]
> Estamos diante de novo do dilema: de um lado, o socialismo, do outro, a Igreja; não há lugar para os neutros.[1]

O excerto do panfleto redigido por Campos do Amaral, em 1919, traduz a noção fundamental difundida pelo catolicismo militante em sua estratégia de conquistar os trabalhadores e trazê-los às fileiras das organizações católicas, a saber, o aforismo pelo qual catolicismo e socialismo eram campos diametralmente opostos no enfrentamento da questão social e não havia espaço para a neutralidade. Desde a publicação da *Rerum Novarum*, em 1891, as soluções católicas para a questão social eram apresentadas em contraposição aos argumentos socialistas. Desejava-se a harmonia entre capital e trabalho, mas não havia a

[1] **Organização Operária**: Exposição de alguns princípios pelo Dr. Campos do Amaral. Belo Horizonte, Oliveira, Mesquita e Cia. 1919. (Folheto)

possiblidade de conformidade ou convivência com o socialismo. A luta de classes é um conceito inaceitável à argumentação da militância católica e contraposta à ideia de que a questão social advém do descompasso entre as classes que, devido à ação exploratória do capitalismo, perderam o elo de harmonia que as unia. A ideia de harmonia social e o caráter natural atribuído às diferenças entre as classes são, portanto, argumentos que se confrontam com a noção de luta de classes.

Com efeito, buscava-se afastar qualquer possibilidade de separar a religião da questão social e, deste modo, evitar que um trabalhador se associasse às organizações socialistas que, eventualmente, tratassem a religião como algo externo a esfera da luta por direitos. Negar conceitualmente a neutralidade, nesse caso, foi o primeiro passo de uma estratégia de agregação de católicos a seus sindicatos, que prosseguiu com a desqualificação social e moral dos inimigos. Esse inimigo estava muitas vezes distante do convívio com os trabalhadores da cidade. No discurso da militância católica, os militantes anarquistas e comunistas vinham sempre de São Paulo, Distrito Federal ou mesmo da Europa, todavia, pareciam presentes em Belo Horizonte, dada a constante referência a eles nos textos do semanário da Confederação Católica do Trabalho.[2]

Desde o início da organização dos trabalhadores brasileiros, a referência ao exemplo do operariado europeu foi frequente. Aludia-se a um operariado moderno, formado por trabalhadores da indústria, organizados e conscientes de sua condição. Esse modelo "típico" teria como característica de destaque o potencial revolucionário quase sempre associado à penetração das ideias comunistas e anarquistas. Tal caracterização foi utilizada por diferentes agentes sociais, com abordagens e objetivos distintos. É possível encontrá-las, portanto, tanto em textos das correntes revolucionárias publicados na imprensa operária – que utilizavam o modelo para criticar a pouca combatividade dos operários brasileiros –, quanto no discurso conservador de políticos ou de correntes reformistas do movimento operário – que traduziam negativamente a experiência europeia. O operariado brasileiro era, então, classificado de atípico se comparado a esse modelo idealizado dos operários europeus.

[2] A título de exemplo, tive acesso a 15 das 33 edições de *O Operário* publicadas no primeiro ano desde o início da circulação. Nesse escopo, 19 artigos ocupam-se exclusivamente de criticar o comunismo e o anarquismo.

Claudio Batalha mostrou como a referência ao exemplo europeu dava-se pelo recurso a uma noção idealizada daqueles operários.[3] Por exemplo, os trabalhadores brasileiros eram acusados de não serem conscientes de sua condição devido ao estágio de industrialização ainda embrionário. O paradigma do operariado que se torna consciente de sua condição com a industrialização não se sustenta nem mesmo no caso inglês, repetidas vezes usado como referência, mas que se formou como classe antes de ser majoritariamente agregado ao trabalho industrial.[4] No Brasil do início do século XX, mesmo em cidades mais industrializadas como São Paulo, os trabalhadores empregavam-se, em sua maioria, em pequenas oficinas ou em ofícios não fabris. Ainda segundo Batalha, esses paradigmas idealizados dos trabalhadores europeus serviam mais como "modelos justificadores e legitimadores de suas opções ideológicas e suas estratégias sindicais" e foram ponto de referência na busca por legitimar uma identidade para a classe operária brasileira.[5] Cabe ressaltar, ainda, que tal interpretação que contrapunha o operariado europeu ao brasileiro caracterizando o segundo como menos combativo e atípico tomou conta da historiografia brasileira desde os escritos memorialistas de militantes do início do século XX até pelo menos a década de 1980, quando se iniciou um processo de revisão dessas abordagens.[6]

Importa, contudo, perceber como as estratégias assumidas pela militância católica, em Belo Horizonte, colocaram-se frente às outras culturas militantes, como o anarquismo e o comunismo, na disputa por espaço junto aos trabalhadores organizados. Em textos direcionados aos trabalhadores, destacava-se o aspecto confessional como algo indissociável da vida associativa, desqualificando os adversários, mesmo quando ausentes. Essa ausência fazia com que a militância católica se reportasse a exemplos que vinham frequentemente de outras regiões do país ou mesmo do exterior. Tal estratégia aponta para a busca da legitimação da identidade católica para a organização dos trabalhadores na cidade

---

[3] A análise dos usos do modelo europeu pelo operariado brasileiro baseia-se em BATALHA, Claudio. Identidade da classe operária brasileira: atipicidade ou legitimidade (1880-1920). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 12, nº 23/24, 1992, p. 111-124.

[4] A referência é direta ao estudo clássico de THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[5] BATALHA, C. op. cit., 1992, p. 117-118.

[6] C.f. BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

pela criminalização do outro. Para além da vida associativa, essa cultura confessional que o catolicismo militante professava era também direcionada à promoção da moral cristã para as relações cotidianas do trabalhador. Nesse aspecto, o desejado disciplinamento pela moral católica, se arraigado às práticas cotidianas dos trabalhadores, tornar-se-ia mais um fator legitimador da cultura militante católica. Ao atuar também na defesa de certo tipo de lazer orientado pela moral cristã, como no caso do cinema e dos bailes, a militância católica promovia valores que sustentariam sua própria forma de agir no mundo do trabalho. Tanto a oposição dos campos de ação quanto a definição do que é ser um trabalhador cristão no cotidiano, são elementos utilizados pela militância católica para reforçar o aspecto confessional da questão operária, noção indispensável para a cultura militante católica.

## 4.1. A criminalização do inimigo ausente

Desde o início da organização dos trabalhadores no Brasil é comum encontrar reações conservadoras que remetam ao exemplo do operariado europeu, comumente caracterizados como pervertidos e desordeiros. Essas afirmações pejorativas eram generalizantes e dirigidas à parcela do operariado europeu que adotou o sindicalismo revolucionário como estratégia de luta. Tais afirmações, enunciadas por representantes das elites políticas ou mesmo por pessoas ligadas a organizações reformistas, visavam a disseminar a noção de que as associações de trabalhadores deveriam prescindir da ação radical e adotar linha política mais moderada.

Em 1900, ao mesmo tempo que afirmava que "o operário brasileiro não foi ainda trabalhado, pervertido, como o europeu"[7], Carlos Alberto de Menezes assumiu que era preciso agir para evitar tal perversão. Havia a necessidade de oferecer uma opção de organização de trabalhadores que se colocasse como alternativa às ideias revolucionárias.

[7] MENEZES, Carlos Alberto de. AZEVEDO, Ferdinand. **Ação Social Católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1986. p. 35

Em Juiz de Fora, em 1903, o Centro Operário de Juiz de Fora surgiu negando as "frases vermelhas de rebelados" e concitando os trabalhadores a organizarem-se com o único intuito de "assistência aos seus".[8] O texto defendia claramente o mutualismo como opção para os trabalhadores em detrimento do associativismo revolucionário. Segundo Oliveira, à época o operariado de Juiz de Fora foi incitado por argumentos já recorrentes em periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que negavam a própria existência da questão operária para desqualificar líderes socialistas e anarquistas.[9] Ambos os casos exemplificam usos do modelo europeu, mesmo que tomado de forma idealizada, com o propósito de defender a ação reformista.

O catolicismo militante engrossava o coro de quem se voltava contra anarquistas e socialistas a fim de promover sua proposta de ação social. Ao apresentar-se como opção para os trabalhadores, fazia saber constantemente seu desprezo aos ideais revolucionários. É o caso do discurso feito por Mario de Lima a operários durante o 3º Congresso Católico de Minas Gerais, em 1914.

> Estai certos, senhores operários, que a Revolução, com todas as suas retumbantes promessas de liberdade, de igualdade e fraternidade, não cogitou dos vossos interesses. Ela anulou vossas conquistas, dispersou vossa comunhão, extinguiu os meios por que se afirmava a corporação eficaz de todos os trabalhadores. Prometeu tudo a vossa classe; arrebatou-lhe o muito que já conquistara, deixando-a entregue apenas ao desespero e à incerteza – tristes tábuas de salvação no tempestuoso mar do socialismo, batido pelos ventos da anarquia e pelas nortadas formidáveis das reivindicações violentas![10]

Mario de Lima apresenta uma elaboração literária do que o catolicismo sempre defendeu, a saber, o recurso ao passado idealizado das corporações de ofício medievais como modelo de organização social harmônica. É sabido que as corporações medievais foram mais uma estratégia de reserva de mercado de trabalho e de saber de ofício que uma organização

---

[8] **O Pharol**. 5 de maio de 1903, p.1. citado por OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. p. 329

[9] OLIVEIRA, L. E., op. cit., 2010, p.330.

[10] Lima, Mário de. Discurso do Dr. Mario de Lima à comissão dos trabalhadores e ferroviários em greve que procuraram o apoio do 3º Congresso Católico de Minas Gerais. *In*: ___. **O bom combate**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 211.

de classe.[11] O ponto nevrálgico da questão, entretanto, é atentar para o fato de que o catolicismo fazia uso do mito dos bons tempos pré-capitalistas – apresentando imagem idealizada das corporações medievais – para criticar as repostas socialistas e associá-las à noção de violência e desordem. Na ótica do catolicismo militante, havia sempre a negação da questão operária tal qual se via na Europa, sem, contudo, deixar de atentar contra o perigo que as ideias revolucionárias representariam para a sociedade.

> Felizmente, em nosso país, não existe falando em sentido restrito, a questão operária que convulsiona outros povos. Mas, atenta a veemência do sopro revolucionário que agita o mundo inteiro, não longe minar-se-ão os alicerces em que se assentam a ordem pública em nossa estremecida Pátria, se não forem adotadas medidas destinadas a melhoria da classe operária e a supressão dos elementos anarquistas.[12]

A Confederação Católica do Trabalho, ao iniciar a publicação de *O Operário*, em 1920, adotou uma estratégia bastante agressiva ao criticar o comunismo e o anarquismo. O princípio foi o mesmo exposto por Campos do Amaral em seu panfleto, ou seja, o de que não havia espaço para a neutralidade e que os trabalhadores deveriam optar pela militância católica. O esforço crítico contra o anarquismo pode ser observado já na primeira edição do semanário da CCT, que traz um relato sobre o anarquista Francesco Calvo:

> Faz poucos dias a polícia de S. Paulo prendeu um tal Franscesco Calvo, um sujeito que professava ideias anarquistas, promovia assembleias e greves e contumaz perturbava a ordem pública;
> O operário referindo-se ao ilustre Calvo diz: "Quem não conhece o Calvo, o ex-tesoureiro da União dos Operários?"
> Não houve assembleia, não houve sessão a qual Calvo não assistisse, faltando nela sua meia-linguagem.
> A ouvi-lo tudo estava arruinado, tudo perdido; não havia mais nada de bom. Somente ele, Calvo, e seus companheiros de anarquismo eram os santos, os puros, os imaculados, os justos por excelência. Os operários ingênuos escutavam-no de boca aberta. Esperavam dele a completa restauração deste mundo, que anda de pernas para cima.
> O anarquismo, dizia ele, é a salvação do mundo, porque o anarquismo possui belezas como a do amor livre, segundo o qual os senhores degenerados podem cometer toda a sorte de monstruosidades, sem que a polícia de costumes tenha o direito de fecha-los na prisão.

---

[11] CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 611p. p. 149-157.
[12] O Operário. **O Operário**. Belo Horizonte, ano 1, n. 29. 26 de maio de 1921. p. 1.

> Ora, o nosso santinho foi nesses dias preso numa casa de perdição, na qual morava sua própria filha Angelina de apenas 15 anos de idade.
> Pelo inquérito policial soube-se, que o próprio Calvo tinha deflorado sua filha, atirando a ao depois a vida má.
> Eis os frutos das belas teorias, que vão propagando os incendiários de nossos operários! Eis ao que levam as doutrinas subversivas aprendidas em assembleias socialistas!
> E aos frutos que se conhece a arvore![13]

Não há evidências na literatura ou imprensa sobre Francesco Calvo, o que leva a crer que se trata de uma ficção. A mensagem, contudo, é clara: a trajetória do habilidoso militante defensor do anarquismo é duramente criticada. Trata-se de um apelo dramático que busca, por meio da moral e da religião, associar aos militantes anarquistas características negativas e até hediondas (no caso, o estupro). Na mesma edição de *O Operário*, outro texto argumentava contra a noção comunista de propriedade privada. Igualmente com o recurso à narrativa literária, o texto *O socialismo na prática* relata uma conversa entre um dono de hospedaria, defensor do socialismo, e seu hóspede. Após ouvir a defesa do socialismo, o hóspede abandona o bar sem pagar pelo vinho que consumira. Questionado pelo pagamento, o hóspede argumenta: "[...]eu sou adepto do comunismo. Metade do seu vinho bebi eu, a outra metade deixo ao senhor; parece-me que é muito justo."[14]

Não raro, histórias de arrependimento por parte de anarquistas ou socialistas eram utilizadas com o objetivo de persuadir os trabalhadores a filiarem-se aos sindicatos católicos. É o caso da carta de um suicida francês, que se diz arrependido de ter optado pelo socialismo.

> É no meio do socialismo que aprendi a conhecer as causas mais nauseabundas. Eu não tive a coragem de sair dele e afundei-me num pântano. Se neste momento não estivesse fatalmente obrigado a suicidar-me – coisa que me proíbe a religião – far-me-ia católico. É esta a última expressão do meu pensamento em face da morte.[15]

Percebe-se que em todos os casos citados a preocupação era fazer a associação do comunismo e do anarquismo a características negativas ou que pudessem ser contestadas moralmente pela sociedade da época. O recurso à linguagem literária, na forma de pequenas narrativas ou contos, tentava aproximar a argumentação da realidade do trabalhador.

---

[13] Das palavras as obras. **O Operário**. Belo Horizonte, Ano 1, n. 1, 19 de jun. 1920, p. 2-3.
[14] O socialismo na prática. **O Operário**, Ano 1, n. 1, 19 de jun. 1920, p. 3.
[15] O último pensamento. **O Operário**, Ano 1, n. 1. Bello Horizonte, 19 de jun. 1920, p. 3.

Outro ponto merece destaque no ataque feito aos adversários do catolicismo com o intuito de criar formas de evitar o fortalecimento de correntes ideológicas conflitantes. Publicado em 1920, o artigo intitulado *Alerta* retoma a argumentação do folheto de Campos do Amaral, de 1919, enfatiza a existência de dois caminhos de enfrentamento da questão social, mas desta vez introduz a noção de profilaxia social.

> Para Minas têm afluído muitos emissários das associações anarquistas do Rio e S. Paulo. Muitos desses emissários saíram do Rio acossados pela polícia que os procura. Aqui no interior, eles se apresentam muito mansos. Fazem propaganda de organizações operárias, proclamando um inocente desejo de defender as classes trabalhistas, sem violências, nem revoluções! **Convocam os operários, pedindo que compareçam todos sem distinção de crenças, pois as associações operárias são templos que todos devem concorrer sem medo, nem ódios, nem divergências, com o único ideal de unir e defender o proletariado.** Entretanto, apenas congregam alguns elementos, começam o seu trabalhinho de sapa, distribuindo entre eles os seus impressos e publicações incendiárias […] **Afirmam que todos podem vir sem medo de suas crenças serem prejudicadas, mas proporcionam aos seus sócios somente uma imprensa onde ataca e quer destruir a fé, principalmente a fé católica!**[…]
> Alerta, pois! Os operários não devem de forma alguma atender aos chamados de pessoas desconhecidas, nem aceitar a imprensa socialista!
> É uma questão de **profilaxia social.**
> O único meio de combater e impedir que semelhante propaganda frutifique é auxiliar a nossa propaganda, prestigiando, por todos os meios, a Confederação Católica do Trabalho!
> Operários católicos alistai-vos, todos sem exceção alguma, na Confederação Católica do Trabalho.[16] (grifo meu)

A coexistência pacífica entre anarquistas e católicos e a exequibilidade da neutralidade religiosa são refutadas pela CCT. Um dos argumentos é que as práticas anarquistas atentavam contra a religião e que publicações "incendiárias" atacavam a fé, "principalmente a fé católica". Ademais, não aceitar a imprensa anarquista e refutar qualquer aproximação com essas ideologias seria questão de profilaxia social, ou seja, evitar que a sociedade fosse contaminada pela doença do anarquismo que, além de causar a destruição da fé católica, era ineficaz do ponto de vista prático da luta. Na citação acima, ao associar características negativas ao anarquismo, a prática discursiva da CCT defendia sua cultura

[16] Alerta! **O Operário**, Ano 1, n. 2. Belo Horizonte, 10 de julho de 1920, p.1.

confessional, essencial ao catolicismo militante. Tratava-se, portanto, de firmar-se como única opção viável na disputa por espaço junto aos trabalhadores.

Os campos eram opostos e inconciliáveis. O discurso enunciado tendia a apresentar a orientação católica como o único caminho adequado. No artigo intitulado *Campos Separados!*, a definição do socialismo e do catolicismo como os únicos caminhos para o enfrentamento da questão social é reforçada. Novamente, o campo do catolicismo é reafirmado como a direção certa a ser seguida. Ao criticar a forma de ação da Federação Operária Mineira, organização de orientação socialista sediada em Juiz de Fora, o texto apresenta um apelo dramático que caracterizava o socialismo como uma doutrina nascida para semear a "ruína" na sociedade. O enfrentamento da questão social era o objetivo comum a ambos os campos, mas os pressupostos e os métodos eram essencialmente diferentes.

> Despertai. Para resolver as vossas questões há 2 campos separados: o campo socialista que se serve de vos como simples instrumento para a execução de planos de cobiça e dominação e no qual vossa fé encontra destruição certa; e o campo católico, em que, sem arreganhos nem promessas falazes, vossos direitos são gradualmente defendidos com zelo e nobreza, conservando-se ao mesmo tempo o tesouro espiritual do vosso ser! São campos separados!
> Não deveis encaminhar-vos para o campo dos lobos!
> Organizai-vos, pois, na Confederação Católica do Trabalho, pois no outro campo a hipocrisia vos chama com sorrisos para vos apunhalar deslealmente quando já estiverdes presos![17]

Uma vez enfatizado o esforço de separação das culturas militantes presentes em meio aos trabalhadores, é relevante perceber que em nenhum dos casos a crítica da militância católica voltava-se a militantes anarquistas ou comunistas de Belo Horizonte. Os anarquistas ou comunistas vinham sempre de São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, quando não eram exemplos importados da Europa. A própria Rússia pós Revolução de 1917 foi repetidamente tomada como exemplo mal sucedido que teria levado a sociedade russa à tirania dos sovietes.[18] É nesse contexto que ganha sentido o esforço profilático da militância católica em relação às outras culturas militantes. Se anarquistas e comunistas estavam ausentes, a

[17] Campos separados. **O Operário**, Ano 1, n. 23. Belo Horizonte, 14 de abril de 1921, p. 1-2.
[18] Na Rússia. **O Operário**, Ano 1, n. 3. Belo Horizonte, 31 de jul. 1920, p. 2; Atentados cometidos por comunistas na Bulgária. **O Operário**. Ano 5, n. 30. Belo Horizonte, 10 de maio 1925.

militância católica não se acomodou e criou a disputa por espaço mesmo antes que qualquer presença dissidente fosse real.

Não há evidências, como já anteriormente destacado, de ação representativa e sistemática de anarquistas e comunistas entre os trabalhadores de Belo Horizonte no período em questão. O anarquista mais conhecido que viveu em Belo Horizonte, a partir de meados da década de 1910, foi Avelino Fóscolo (1864-1944). Antes de mudar-se para a capital mineira, Fóscolo viveu em Tabuleiro Grande e Sabará, cidades nas quais empreendeu a construção de bibliotecas, publicou jornais e livros de propaganda anarquista. A produção de romances e peças de teatro que versavam sobre temas anarquistas ocupou boa parte da vida de Fóscolo. Embora não haja nenhuma menção a Avelino Fóscolo nas publicações da Confederação Católica do Trabalho, o surgimento da organização católica e sua expansão ocorreram concomitantemente ao período em que viveu em Belo Horizonte.

No campo da história, o único estudo conhecido sobre a obra de Fóscolo é a dissertação de mestrado de Regina Horta Duarte, que analisa suas obras literárias para compreender aspectos da história de Minas Gerais entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.[19] No que se refere à vida de Avelino Fóscolo em Belo Horizonte, a autora não identifica nenhuma atividade junto aos trabalhadores ou a qualquer sindicato, como ocorrera durante sua passagem por Sabará. Ao contrário, Fóscolo dedicou-se a uma farmácia, no que foi bem sucedido, e a escrita de seu último romance, intitulado *Vulcões*. Além de enriquecer graças à prosperidade no comércio, Fóscolo conquistou status de escritor conceituado e foi, inclusive, aceito pela Academia Mineira de Letras.[20]

Embora as fontes não mostrem nenhuma aproximação de Fóscolo com a vida associativa dos trabalhadores de Belo Horizonte, Regina Horta Duarte faz uma digressão sobre a obra *Vulcões*, escrita em 1920, e a relaciona com o cotidiano da cidade. No romance, que se passa, na verdade, em Ouro Preto, Igreja e elites mineiras esboçavam estratégias para frear movimentos rebeldes que, segundo o autor, estavam por ocorrer em todo o estado. Em *Vulcões*, Fóscolo tenta demonstrar que as elites não conseguiriam lograr êxito e evitar a

[19] DUARTE, Regina Horta. **A imagem rebelde**: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Ed. UNICAMP/Pontes, 1991. 133p.
[20] DUARTE, R. H. op. cit., p.94

revolução. Regina Horta, então, traça um paralelo entre a ação da Igreja no romance com a atuação da CCT na capital mineira e afirma que esse contexto teria influenciado Fóscolo a escrever tal romance.

Essa digressão parece-me, contudo, pouco provável. A própria autora mostra como em obras anteriores Fóscolo já abordara a temática e a estratégia de associar a Igreja a uma reação conservadora frente ao anarquismo é bastante usual. Embora a militância católica da capital mineira fosse bastante organizada e ativa, a inspiração para que o autor confrontasse Igreja e revolucionários não parece encontrar suas bases na experiência mineira da década de 1920. Embora o associativismo confessional já fosse consolidado na cidade, a Confederação Católica do Trabalho fora fundada apenas um ano antes da publicação do romance. Ademais, é sabido que Fóscolo e Mário de Lima – também escritor, membro da Academia Mineira de Letras e com relação estreita com a CCT – não eram amistosas. Fóscolo indicou um conterrâneo de Tabuleiro Grande para um trabalho na Imprensa Oficial e teve seu pedido negado pelo então diretor, Mario de Lima.[21] A despeito das diferenças entre os dois, não há indicação de que Mário de Lima tenha publicado crítica direta a Fóscolo em seus escritos, ou mesmo tenha se referido a ele como anarquista. Pode-se presumir que, caso fosse real, a vinculação direta da crítica de Fóscolo às organizações católicas da cidade não teria passado despercebida e teria reverberado na imprensa católica da cidade, para a qual o próprio Mário de Lima escrevia regularmente. Ao contrário, Fóscolo manteve seu status de literato e comerciante respeitado na cidade sem sofrer ataques da militância católica.

Importa perceber que mesmo o anarquista mais conhecido de Belo Horizonte nunca esteve em conflito com a militância católica e sequer atuou junto a trabalhadores locais. Dada a sua vasta obra[22] e posição social ocupada, é no mínimo curioso não haver evidência de nenhum tipo de polêmica conhecida entre as partes. Talvez isso se explique, para além do âmbito literário, pela presença imperceptível do anarquismo entre os trabalhadores organizados na capital mineira. Até mesmo Regina Horta Duarte afirma que,

[21] DUARTE, R. H. op. cit., p. 104.
[22] Avelino Fóscolo escreveu oito romances, dezenas de peças de teatro e publicou em jornais em todas as cidades nas quais viveu.

além de Avelino Fóscolo, só existem notícias "esparsas e incertas" acerca da presença de adeptos do anarquismo, em Belo Horizonte.[23]

A percepção da ausência de anarquistas é confirmada quando se observam os dados levantados acerca dos militantes e organizações de trabalhadores em Belo Horizonte, desde a fundação até o início da década de 1930. É preciso salientar, entretanto, que raras vezes é possível precisar a qual cultura militante o indivíduo filiava-se ou mesmo afirmar se uma organização tinha caráter revolucionário ou reformista.[24] A própria natureza das fontes frequentemente impossibilita concluir sobre a forma de ação das organizações. Muitas vezes têm-se um nome de um indivíduo preso sob a acusação de anarquismo em uma ficha policial, o que não quer dizer que fosse mesmo partidário de tal corrente. Da mesma forma, organizações com vida efêmera apresentam possibilidade de análise distinta daquelas mais sólidas e com trajetória longa.

A ressalva sobre as dificuldades de identificar a vinculação política de militantes faz-se necessária para mostrar que, se existiram anarquistas atuantes na cidade, não deixaram rastros para além da produção literária de Avelino Fóscolo. Do universo de 75 organizações, nenhuma apresentou vinculação explícita ao anarquismo. A única organização que se filiava claramente ao sindicalismo revolucionário foi o Centro Operário Sindicalista, surgido em 1912 como dissidência da Liga Operária logo após a greve ocorrida em Belo Horizonte. O Centro Operário Sindicalista teve vida efêmera e não há indícios de continuidade após 1913, ano em que participou do Segundo Congresso Operário, no Rio de Janeiro. Da mesma forma, os dados levantados sobre militantes que atuaram em Belo Horizonte não indicam a atuação de nenhum anarquista junto aos trabalhadores. Uma exceção poderia ser Donato Donati, que estava entre os fundadores do Centro Operário Sindicalista, atuou em Belo Horizonte pelo menos até 1913 e transitou, antes e depois desta data, pelo meio operário anarquista da cidade de São Paulo. Há controvérsias sobre sua real filiação ideológica, porém, Donati não atuou efetivamente como propagandista anarquista em Belo Horizonte. De um total de 689

[23] DUARTE, R. H. op. cit., p. 102.

[24] Claudio Batalha faz reflexão nesse sentido sobre o Rio de Janeiro, onde um grande número de organizações e militantes pode ser mapeado nas fontes, mas nem sempre se pode precisar a que cultura militante filiavam-se. C.f. BATALHA, C. **Dicionário do movimento operário.** Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009. p.9-17

militantes catalogados durante todo o período, 98 militaram em agremiações vinculadas à CCT ou nela própria. É verdade, contudo, que para o caso da militância católica de Belo Horizonte há fontes seriadas em número satisfatório para entender a cultura militante católica.

O inimigo real da militância católica, representado pelo socialismo em todos os seus matizes, não teve influência direta na organização dos trabalhadores de Belo Horizonte. A disputa por espaço não se deu efetivamente no cotidiano das organizações de trabalhadores. Em seu discurso, contudo, os católicos trouxeram anarquistas e comunistas para a cidade, tornou-os presentes para poder combatê-los. A militância católica, sobretudo aquela vinculada à CCT, atacou anarquistas e comunistas em nome da profilaxia social e para defender seus princípios de ação baseados na doutrina social da Igreja. A questão que se põe é entender o motivo de tamanha campanha profilática para evitar que um inimigo ausente corrompesse o sistema associativo planejado para os trabalhadores belo-horizontinos. A resposta a tal questionamento indica que essa estratégia objetivava não apenas afastar os trabalhadores do sindicalismo revolucionário, mas também educá-los com uma noção essencial à cultura militante católica, a saber, a ideia de harmonia social. Refutar ideias revolucionárias era também idealizar uma sociedade harmônica e naturalizar o papel de cada classe do ponto de vista social e produtivo.

## 4.2. Harmonia e colaboração entre as classes

> Não existe entre nós, como em outras terras, o famoso conflito entre capital e o trabalho, todas as iniciativas úteis francamente se desenvolvem. As chamadas reivindicações operárias, para obterem triunfo, dispensaram os ímpetos violentos e os processos subversivos […][25]

A considerar o relatório da Chefia de Polícia de Belo Horizonte, em 1918, não havia disputas entre trabalhadores e patrões na cidade, pelo menos não nos moldes que se viu

[25] Relatório do chefe de polícia de Belo Horizonte, 1918.

em outras capitais brasileiras. O relatório, aliás, parece ser uma resposta às greves que ocorreram em São Paulo, um ano antes. Ao referir-se às "outras terras", o relatório reitera o discurso comum às autoridades brasileiras do período, pelo qual o anarquismo e o socialismo eram vistos como elementos exóticos que, quando presentes, eram importados de outros países. Esboçava-se uma cidade harmônica na qual as reivindicações dos trabalhadores não recorriam a estratégias revolucionárias e que a ordem sempre fora mantida.

A noção de harmonia e cooperação entre as classes é característica da cultura militante católica. Viver em harmonia e naturalizar as divisões sociais fazia parte da estratégia de lutas e era pressuposto da sociedade idealizada pela doutrina social da Igreja. É verdade, porém, que uma análise simplista pode indicar que os trabalhadores que adotassem tal estratégia sindical, ou seja, que prezassem pela ordem social, seriam massa de manobra para elites políticas e patrões. Nesse aspecto, a sociedade harmônica teria, então, nos trabalhadores, patrões e Estado os três pilares que deveriam atuar cooperativamente. Essa tríplice relação pode, à primeira vista, levar a interpretações que defendam a hipótese de cooptação dos trabalhadores pelas elites políticas, incluída a Igreja, e pelos patrões, caminho seguido quase sem exceções pela historiografia do trabalho pelo menos até a década de 1980. É preciso considerar, contudo, que a noção de harmonia e cooperação entre as classes, na lógica do catolicismo militante, e a despeito de suas origens na doutrina social da Igreja, era em si uma estratégia de negociação. A defesa de uma sociedade harmônica era a arma do sindicalismo católico ao negociar com patrões e poder público. Não se pode negar, entretanto, tratar-se de uma estratégia conservadora.

A encíclica *Rerum Novarum* definiu com clareza o princípio da colaboração entre classes. Segundo Leão XIII, as desigualdades sociais eram naturais, pois capital e trabalho eram partes da organização natural da sociedade, identificados não como contrapostos, mas como complementares. Nesse sentido, o capital não deveria se apropriar de toda a fortuna, deixando os operários na miséria, ao contrário, precisaria ofertar um salário justo. Os operários, por seu turno, não deveriam almejar suprimir a propriedade privada e nem desrespeitar a lei natural da divisão social. Operários e patrões deviam, então, cooperar para que a questão social fosse resolvida de forma não conflituosa. Nas palavras de Leão XIII:

> É erro capital julgar que ricos e pobres são classes destinadas a se digladiar. […] As duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. […] o operário deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade. […] as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestir a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas. […]
> Quanto aos ricos e patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do cristão. […] Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras [...] Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário pôr em primeiro lugar o de dar a cada um o salário que convém.[26]

Em consonância com os escritos de Leão XIII, a Confederação Católica do Trabalho pregava a harmonia entre as classes e tentava demonstrar a impossibilidade de igualdade entre as classes, considerada "inexequível e iníqua". Embora a análise semântica possa causar confusão, o catolicismo militante defendia que a justiça pela igualdade entre as classes tal qual defendiam os socialistas era iníqua, ou seja, contrária à própria justiça. Ao defender a harmonia social, utilizava-se a costumeira crítica ao socialismo, como pode ser percebido em texto publicado em *O Operário*.

> Erro da mesma natureza do que se insurge contra a propriedade e que traz para os operários más consequências, é o que lhes apresenta como de justiça a igualdade de classes, cousa inexequível e iníqua.
> Tal nivelamento é contrário à natureza, que estabeleceu entre os homens diferenças profunda de inteligência, de habitudes [sic], de saúde, de forças, de gênio, de tendências. […]
> Exemplificando: fazer o que fez Lenine que resolvendo nivelar as classes nobre, burguesa e operária, acabou com elas todas, fundiu-as numa só classe – a dos miseráveis. […]
> Ver as cousas como elas são, aceitar a condição social imposta pela natureza, eis o que aconselha a Igreja, ao contrário dos que açulam as classes umas contra outras.[27]

Ao argumento da naturalização das hierarquias sociais somava-se a noção de disciplina social. Não aceitar a separação de classes era, na lógica do catolicismo militante, um ato de indisciplina social. Ao contrário do exemplo socialista, que visava ao rompimento

[26] IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903 : Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 13-15
[27] AMARAL, Luiz. OPERARIOS. **O Operário,** Ano V, n. 29. Belo Horizonte, 20 de abr. de 1925, p. 3.

com a lógica da divisão entre classes sociais, o militante católico não deveria cometer tal indisciplina. Deveria, portanto, respeitar as autoridades civis e políticas, submetendo-se às "ordens dos patrões, aos contratos, às convenções estabelecidas pelas leis morais e civis" a fim de evitar o "lamentável estado de luta que ninguém beneficia e a todos prejudica."[28] As leis morais, não obstante, serão também exploradas na tentativa de estender a disciplina social à vida cotidiana do trabalhador, como se verá na seção seguinte.

A desejada harmonia social, todavia, não seria possível se apenas os trabalhadores fossem partidários da ação social católica. A própria encíclica *Rerum Novarum* trouxe críticas duras ao Estado e aos patrões, que deveriam cooperar para que a justiça social fosse o pilar de uma sociedade harmônica. A CCT, nesse sentido, envidou esforços expressivos para educar os patrões, em Belo Horizonte, sobretudo ao publicar artigos nos quais se descrevia o perfil do bom patrão. O patrão ideal seria, em resumo, aquele que exerceria vigilância acerca da conduta dos operários, zelasse pela honra de operários e operárias, respeitasse os dias santos e pagasse um salário justo.[29]

A CCT sabia ser persuasiva em seus textos ao elencar os argumentos pelos quais os patrões deveriam aceitar que seus empregados fossem filiados sem penalizá-los por isso. Ter trabalhadores filiados à organização católica significava uma "verdadeira, eficaz e sólida garantia em favor da tranquilidade de sua indústria ou comércio."[30] Ao deixar claro que reunia trabalhadores com o objetivo de conquistar melhorias nas condições de trabalho e vida sem hostilizar nenhuma classe, muito menos a dos patrões, a CCT mostrava-se como uma organização que não faria uso de ações desordeiras que pudessem prejudicar a indústria. Em tom de quem aconselha para se evitar um mal, o artigo *Aos Patrões*, de 1921, dizia:

> O patrão que tem seus operários organizados na Confederação deve ver nisso um meio de combater previamente a desordem social, pois a nossa organização é um dique respeitável contra a invasão de ideias, princípios e organizações anarquistas, revolucionárias e vermelhas que estão chegando.[31]

---

[28] Indisciplina Social. **O Operário**, Ano I, n. 29. Belo Horizonte, 26 de maio de 1921, p. 3.
[29] SARDÁ, Felix. A fábrica modelo. **O Operário**. Belo Horizonte, ano I, n. 26, 5 de maio de 1921, p. 3.
[30] Aos patrões. **O Operário**. Belo Horizonte, ano I, n. 30. 2 de jun. 1921, p. 2.
[31] Aos patrões. **O Operário**. Belo Horizonte, ano I, n. 30. 2 de jun. 1921, p. 2.

Além de tentar conquistar os patrões pela estratégia de amedrontá-los acerca a possibilidade de ideias anarquistas serem difundidas em Belo Horizonte, a CCT frequentemente publicava textos exaltando exemplos de bons patrões. Nesse sentido, a trajetória do industrial norte-americano John Davison Rockefeller (1839-1937) foi constantemente utilizada como exemplo. John Davison Rockefeller, fundador da *Standard Oil*, empresa petrolífera, foi um dos ícones do capitalismo norte-americano no fim do século XIX e início do século XX. Rockefeller tem em sua biografia diversos trabalhos filantrópicos, o que o tornou, aos olhos dos militantes católicos da capital mineira, exemplo de patrão consciente do seu papel na sociedade, que defendia salários justos e boas condições de trabalho para os empregados.[32]

Patrões e operários deveriam, então, cooperar para que a sociedade pudesse recuperar sua harmonia natural, tal qual pregava a doutrina social católica. As negociações, portanto, deveriam prezar pela justiça social e pela manutenção da ordem. Caso houvesse discordância, um terceiro elemento entraria no jogo para garantir a harmonia, a saber, o Estado. O Estado tinha a responsabilidade de arbitrar os conflitos quando fosse necessário para garantir que a ordem social fosse mantida. Esse é um aspecto importante para a estratégia de ação da CCT, em Belo Horizonte, uma vez que era ao poder público que recorriam os sindicatos da cidade para que suas demandas fossem atendidas. Como se verá na análise das campanhas por direitos, em Belo Horizonte, ter controle sobre as ações dos trabalhadores e poder garantir uma ação ordeira era um grande poder de barganha. A pressão se dava na medida em que a CCT, tal como fez em relação aos patrões, oferecia seu controle sobre os trabalhadores e sua estratégia de manutenção da harmonia social em troca de atendimento de demandas.

A legitimação do agir militante defendido pela CCT dependia também da inserção da moral católica na vida dos trabalhadores. Nesse sentido, a moral religiosa se torna referência na defesa de padrões de comportamento cotidianos, mas que também tinham

[32] A profissão de fé de Rockefeller. **O Operário**, Ano II, n. 36. Belo Horizonte, 02 de mar. De 1922, p. 4. A escolha de Rockefeller como exemplo de patrão justo é no mínimo curiosa, já que, a despeito de sua trajetória como filantropo, foi um empresário implacável para construir sua fortuna e sem preocupações com as condições de trabalho de seus empregados.

impacto na vida associativa e nas formas de reivindicar. Incutir a moral católica e a disciplina social significava também fortalecer a estratégia de ação católica. Era também mais um ato de profilaxia contra a possível inserção do anarquismo e comunismo, já que um trabalhador crédulo de sua fé católica seria, provavelmente, menos suscetível a se agregar às fileiras de uma organização revolucionária.

## 4.3. A moral católica no cotidiano dos trabalhadores

> Mas é evidente que se deve visar antes de tudo o objeto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso. É principalmente este fim que deve regular toda a economia destas sociedades; de outro modo, elas degenerariam bem depressa e cairiam, por pouco que fosse, na linha das sociedades em que não tem lugar a religião.[33]

A recomendação da encíclica *Rerum Novarum* no que concerne aos padrões morais da sociedade decorre da posição que a Igreja Católica sempre assumiu para si, ou seja, de regular o comportamento dos homens e mulheres a partir de suas diretrizes. A moral católica foi também utilizada como forma de influência junto aos trabalhadores. Conquistar o trabalhador e persuadi-lo de que era preciso comportar-se sob as regras da moral católica era uma forma conquistar fiéis para a Igreja, mas ao mesmo tempo visava ao fortalecimento da cultura militante católica para enfrentar a questão social. Atendia-se, assim, ao projeto político-pastoral dos bispos brasileiros de criação de um exército de fiéis, enquanto que se fortaleciam os sindicatos católicos. Regular a economia por princípios morais cristãos era a forma de criar uma sociedade harmônica e viabilizar a convivência pacífica entre as classes sociais. Do ponto de vista prático, o exercício dessa tentativa de disciplinamento moral, em Belo Horizonte, deu-se pela defesa de certos padrões de comportamento, que iam desde a crítica conservadora a atividades culturais como o cinema e o teatro, até o ataque ao comportamento das mulheres, em plena transformação na década de 1920.

---

[33] IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

Embora seja verdade que a encíclica de 1891 representou uma crítica ao liberalismo e que abandonou a explicação pela qual as mazelas sociais eram justificadas pelo abandono da fé, o movimento social inspirado nessa carta não prescindiu desse argumento. Em Belo Horizonte, o apelo moral feito pela militância católica imputava à "corrupção dos costumes" a responsabilidade pela questão social e discursava contra os comportamentos considerados agressivos à moral e à ordem.[34] Tal apelo parecia, nesse aspecto, ser mais radical e conservador que a própria doutrina que o inspirou. A Confederação Católica do Trabalho publicou na segunda edição de *O Operário*, em 1920, artigo em que se alardeavam as ações da Liga pela Moralidade, organização católica que atuava em Belo Horizonte desde a década anterior e que seria a responsável pelo combate a tudo que pudesse corromper os costumes cristãos. Fazia-se, então, a relação de causalidade entre o melhoramento da situação econômica do trabalhador e defesa da moral católica.

> Entre os bons frutos que a ação social tem produzido nesta cidade, merece especial destaque a *Liga pela Moralidade.* A corrupção dos costumes, oriunda do desejo incontido de prazeres materiais, é sem dúvida um dos fatores da decadência da sociedade, da deliquescência dos povos, da fraqueza e da ruína das nações.
> Além disto, a corrupção, a incontinência, a sensualidade desenfreada, concorrem para o desequilíbrio econômico, impedem as reformas sociais, influindo de modo decisivo, embora indireto, para o retardo da solução da questão operária. […]
> Alguns indivíduos, degenerados uns, outros ignorantes ou superficiais e, na maior parte, libertinos e sensuais, julgam-na retrograda e atrasada. Não admira.[35]

A argumentação pela qual a solução da questão operária estaria condicionada a uma vida regrada pela moral cristã vai balizar as campanhas relativas à vida cotidiana dos trabalhadores empreendidas pela Confederação Católica do Trabalho, durante a década de 1920. A solução da questão operária estava condicionada, então, não apenas à adesão às formas de reivindicar do catolicismo militante, mas também a uma vida ditada pela moral católica. É nesse sentido que a CCT dedicou bastante espaço em seu órgão oficial para criticar os filmes exibidos nos cinemas da cidade, os bailes, o comportamento das moças, o vestuário, entre outras coisas.

---

[34] LIGA PELA MORALIDADE. **O Operário**. Ano 1, n. 2. Belo Horizonte, 10 de jul. 1920, p. 1.
[35] LIGA PELA MORALIDADE. **O Operário**. Ano 1, n. 2. Belo Horizonte, 10 de jul. 1920, p. 1.

Os filmes exibidos pelos cinemas da cidade foram objeto de campanhas moralistas da CCT. O cinematógrafo chegou a Minas Gerais precocemente e a primeira exibição data de 1897, em Juiz de Fora, apenas dois anos após o registro de patente feito pelos irmãos Lumière.[36] Um ano depois, a primeira exibição foi feita em Belo Horizonte.[37] Em poucos anos, o cinema tornou-se a opção de lazer mais concorrida na capital e o conteúdo dos filmes passou a preocupar os católicos. O cinema, todavia, à época não era uma opção de lazer popular, embora tenham sido criadas opções para a exibição de filmes a trabalhadores. Em meados da década de 1910, a União Popular tentou criar o Cinema Modelo, com o objetivo de exibir filmes que passassem pelo crivo da moral católica. A iniciativa durou pouco tempo e foi um dos motivos da bancarrota da organização.[38] A partir da criação de *O Operário*, a CCT iniciou campanha que durou toda a década de 1920, pela moralização dos filmes exibidos na cidade, sempre com análise crítica em relação à influência que o cinema tinha sobre os padrões morais da sociedade.

Ainda em 1920, a CCT publicou texto em que, em tom elogioso, defendia as ações do então Presidente do Estado, Arthur da Silva Bernardes[39], que havia alterado o regulamento datado de 1900 e inserido um controle de conteúdo.

> Art. 20 – Não será permitida a exibição de qualquer fita cinematográfica que possa causar ofensa às instituições nacionais ou de países estrangeiros, seus representantes ou agentes, aos bons costumes e à decência pública ou que contenha alusões agressivas a determinados indivíduos ou que de qualquer modo possa perturbar a ordem pública.
> Art. 21 – As fitas serão previamente exibidas perante a autoridade policial em exercício, sempre que esta o entender necessário. Na capital, perante a autoridade que o Chefe de Polícia designar. [40]

O ato de censura aos filmes instituída por Arthur Bernardes foi recebido com entusiasmo pela CCT. No texto publicado em *O Operário*, o Presidente do Estado era tratado

---

[36] LINO, Sônia Cristina. Cinematographo: doença da moda. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Vol. 45, Fasc. 1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2009. p. 90-103.
[37] LINO, S. C. op. cit. p. 93.
[38] LIMA, Mario de. *op. cit. ,* 1929, p. 204.
[39] Arthur Bernardes presidiu Minas Gerais entre 1918 e 1922, ano em que foi eleito Presidente da República.
[40] Decreto 5.348, de 25 de maio de 1920.

como protetor da "alma e do patrimônio moral dos indivíduos"[41] por ter proibido filmes considerados imorais. O tema da censura aos filmes tornou-se constante nos primeiros anos de publicação do órgão oficial da CCT, que em 1922, chegou a publicar a íntegra do regulamento de censura a filmes do *United States Bureau of Education*, tomado como exemplo de um país "culto, rico e forte" que se preocupava com a moralização dos filmes.[42]

A preocupação com a influência dos filmes no comportamento das pessoas fica nítida na crítica da "moral à moderna", pela qual os "ensinamentos do amor, dos crimes, dos mais ocultos segredos das paixões, das escolas do mal" acabariam por destruir a verdadeira moral cristã e com ela as bases da sociedade.[43] Os insucessos econômicos de homens e mulheres eram sempre confrontados às práticas que atentassem contra essa moral defendida pelos católicos. Nesse sentido, os apelos dirigidos aos trabalhadores pela CCT voltavam-se sempre a aspectos da vida cotidiana que se desviassem da moral defendida pelo catolicismo.

No caso dos filmes, o ápice da ação da CCT deu-se em 1922, quando a organização retomou a ideia da União Popular de criar um cinema para os trabalhadores.[44] O cinema para operários subsidiado pela CCT foi inaugurado em março de 1922 e, como na ideia original da militância católica, os filmes eram exibidos no salão da sede da União Popular.[45] Entre os filmes exibidos nas primeiras sessões estavam comédias e dramas policiais.[46] Da mesma forma, filmes com temática religiosa eram sempre divulgados, como foi o caso da divulgação de um filme documentário sobre a canonização de Joana D'Arc, que fora exibido no Brasil, em 1922.[47]

A oferta de filmes aos operários demonstra também a seleção prévia do tipo de informação que, segundo a militância católica, devia ser veiculada aos trabalhadores de Belo Horizonte. Essa forma de disciplinamento não foi o único artifício moral utilizado pela

---

[41] Censura cinematográfica. **O Operário**. Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 19 de jun. 1920, p. 1.
[42] A censura. **O Operário**. Ano 2, n. 8. Belo Horizonte, 18 de ago. 1921, p. 2.
[43] O cinematógrafo. **O Operário**. Ano 1, n. 26. Belo Horizonte, 5 de maio de 1921, p.2.
[44] Uma boa nova. **O Operário**. Ano 1, n. 25. Belo Horizonte, 28 de abril de 1921. p. 2.
[45] Inauguração do cinema para os operários. **O Operário.** Ano II, n. 36. Belo Horizonte, 2 de mar. 1922, p. 1.
[46] O programa de exibição publicado era o seguinte: 1ª parte – Congresso de Ginástica – filme documentário instrutivo; Finn, o Malsin – Drama policial em 4 atos do *Regent Film*; O automóvel de Robinet – cena cômica de Ambrósio. 2ª parte – Annie Bell – comédia dramática em 3 atos da *Danmark*; O sapateiro ganhou na loteria – comédia de Ambrósio. **O Operário**, Ano II, n. 36. Belo Horizonte, 2 de mar. De 1922, p. 1.
[47] Um "film" notável. **O Operário**, Ano II, n. 40. Belo Horizonte, 30 de mar. De 1922, p. 2.

militância católica. O jornal *O Operário* publicou inúmeros textos voltados à educação e comportamento das moças. Esse tipo de reação não é inesperada em se tratando de um movimento vinculado à Igreja Católica, historicamente conservadora no que concerne ao formato da família tradicional, marcada por uma posição de submissão das mulheres. Tratava-se de um discurso conservador e crítico a todo tipo de modernidade que teria, na visão dos católicos, influência negativa no comportamento das moças. Se "no cinema aprende a mulher fiel a ser infiel"[48], a censura aos filmes não parece ter sido suficiente e outros aspectos da vida cotidiana, como os bailes, moda e mesmo a educação doméstica passaram a ser atacados pela militância católica. É fato que a atenção dada a elementos não diretamente relacionados às vivências no mundo do trabalho pode parecer estranha. O que quero destacar, contudo, é que os católicos viam a necessidade de incutir a moral católica no cotidiano dos trabalhadores e o sucesso dessa empreitada significava mais poder de influência para fortalecer os sindicatos católicos e sua forma de agir.

O apelo moralista contra as mudanças no comportamento das mulheres perdurou pelo menos até o fim da década de 1920. *O Operário* publicava, em 1925, artigo contrário à "perdição" que o comportamento feminino da época representava:

> Vamos caminhando para o mais tremendo abismo de perdição!
> […] Nos modos, no trajar, na excessiva liberdade de tratamento com o sexo oposto, a filha de família não tem diferença da desgraçada, quando não se porta pior do que esta na sociedade.
> Não refletindo os castigos do Céu, com a carestia da vida, a irregularidade das estações e outros avisos de Deus, a mulher despudorada, mesmo a casada, cheia de filhos e até de netos, apresenta-se seminua, de cabelos cortados, pescoço raspado a navalha, lábios carminados, olhos rasgados artificialmente, e não sei que mais usos satanicamente escandalosos, nas reuniões públicas e particulares, até mesmo nos atos religiosos.
> Foram-se os bailes, com as suas quadrilhas e lanceiros, a passos marcados pela boa música!
> O que hoje tem esse nome não passa de uma reunião confusa de homens e mulheres descabeladas, atracados àqueles nestas, corpos unidos, a rodarem pelos quatro cantos da sala, ao som do piano ou da sanfona, sem arte e sem compasso.
> […]
> Pois é. Assim que é, mas não devia ser.[49]

[48] Baile e cinema: Aos Paes. **O Operário**, Ano II, n. 36. Belo Horizonte, 2 de mar. de 1922, p. 2.
[49] BOCÓ, Zé. ZIG-ZAGS. **O Operário**. Ano V, n. 29. Belo Horizonte, 20 de abr. de 1925, p. 3.

A crítica ao comportamento das moças também se volta para a educação doméstica. É preciso notar que a sociedade brasileira na década de 1920 era extremamente conservadora no que tange ao papel da mulher. Subjugava-se seu papel no mercado de trabalho e nem mesmo os direitos políticos ainda estavam em questão, algo que só ocorreu com a extensão do sufrágio às mulheres na década seguinte. A religião católica, nesse aspecto, contribuía com sua visão da mulher como a responsável por zelar pelo lar. Nesse sentido, a educação doméstica das moças foi tema frequente em textos de *O Operário*.

> Vai sendo muito descurada entre nós a educação doméstica das moças. Sabem estas muitas coisas acessórias, como sejam: vestir-se elegantemente, pintar-se, tocar piano, falar francês, etc., porém ignoram tudo quanto é necessário fazer para a boa ordem e o conforto do lar. […]
> Qual a causa dessa anomalia?
> Ora, são moças de famílias abastadas, que tendo criadas a serviço não julgam necessário preocupar-se com semelhantes ninharias; ora trata-se de jovens operárias que vão trabalhar diariamente nas fábricas e não têm tempo para exercitar-se nos misteres caseiros. […]
> Pensem bem nisto as mães de família e procurem ensinar as filhas os serviços caseiros, de cujo conhecimento e prática dependerá, não raro, a sua felicidade futura.[50]

Os argumentos encontrados nos textos publicados pela Confederação Católica do Trabalho, concernentes ao papel da mulher na sociedade, refletem o pensamento oficial da Igreja, também expresso por Leão XIII:

> Trabalho há também que se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família.[51]

Assim como no papel social de cuidadora dos lares, a mulher não tinha tratamento igual na visão da Igreja sobre seu trabalho. A *Rerum Novarum* defendia funções específicas para a mulher no trabalho, que a permitisse exercer seu papel na família e na educação dos filhos. No que se refere às relações de trabalho, a mulher também foi objeto de

---

[50] Educação doméstica. **O Operário**. Ano V, n. 30, Belo Horizonte, 10 de maio de 1925, p.3.
[51] IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903 : Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 27

ações da militância católica. Eram frequentes as referências aos sindicatos femininos europeus, sobretudo o caso das católicas ligadas a uma liga de sindicatos femininos (*Syndicats féminins de l'Abbaye*), que surgiram no pós-Primeira Grande Guerra vinculados à CFTC, "como feliz antítese da chamada liga neutra C.G.T. que na realidade não passa de uma liga operária socialista."[52] O exemplo de um sindicato feminino católico não foi inadvertido e é sintomático do papel que se reservava às mulheres. O sindicato da abadia, situado no convento anexo à catedral de *Saint-Germain-des-Prés*, exercia também a função de escola de professoras e estava submetido à autoridade eclesiástica parisiense.

A Confederação Católica do Trabalho, contudo, não restringia suas ações apenas aos textos moralistas sobre o comportamento das moças. Havia uma pauta sindical para o trabalho feminino, mesmo que a questão nunca tenha ganhado centralidade. Desde meados da década de 1920, a organização criou uma seção feminina em que as questões relativas ao trabalho da mulher eram tratadas. A seção feminina, que se reunia mensalmente em dias diferentes das reuniões da seção masculina e do Conselho Supremo, era coordenada por mulheres. As reuniões, entretanto, contavam com a presença de representantes da diretoria da CCT, que repetiam os ritos de assembleias de organizações de classe, com a leitura e aprovação de balancetes e atas das reuniões anteriores. Pouco se pôde conhecer sobre as pautas dessas reuniões já que os resumos publicados pelo órgão oficial da CCT eram protocolares, sem detalhamento dos assuntos em discussão. A ação da militância católica em relação ao trabalho feminino acaba por ser bastante contraditória. O texto abaixo, igualmente carregado de moralismo, parece ser uma crítica de um empregador e não um texto publicado pela imprensa operária.

> Se as trabalhadoras de serviço doméstico, principalmente as empregadas, quiserem sinceramente que sejam melhoradas suas condições, deverão antes de tudo fazer um exame dos próprios defeitos, pois muita cousa depende quase somente delas. Nossas empregadas domésticas, em sua maioria, são moças vindas da roça, vindas de várias localidades do interior. […] Sem a menor cerimônia, sem motivo algum, as empregadas abandonam as patroas sem prévio aviso […]. Não se importam de deixar sozinha uma dona de casa, ainda que esta esteja doente ou com hóspedes.

[52] Os sindicatos femininos católicos na França. **O Operário**. Ano 1, n. 18. 10 de março de 1921. p. 2.

> Muitas confessam cinicamente que mudam de emprego por gosto, pelo simples prazer da mudança, pois não são escravas e não dão satisfação a ninguém.[53]

O jornal *O Operário* dedicou muito mais artigos às críticas ao comportamento das moças que a questões referentes ao trabalho da mulher. Em raro texto sobre o trabalho de empregadas domésticas, o que se apresenta é quase uma ação contra o trabalho. Além disso, embora o Sindicato das Empregadas Domésticas fosse filiado à CCT, nenhuma campanha específica para regulação ou proteção do trabalho da mulher foi empreendida e a preocupação com o trabalho feminino esteve sempre permeada pela moral católica, muito mais atenta ao comportamento em sociedade que às questões trabalhistas. Fica aparente que a questão da moralização do comportamento foi, para a militância católica belo-horizontina, mais importante que a divisão sexual do trabalho. O moralismo e o conservadorismo se sobrepuseram, nesse caso, à própria ação sindical. A boa moral cristã reservava às mulheres o espaço doméstico e as atividades desenvolvidas no lar e isso fica evidente nos textos acima referidos. No entanto, é importante destacar que, em 1921, as mulheres representavam 26,4% do pessoal ocupado, em Belo Horizonte. As mulheres chegavam a ocupar mais vagas que os homens no setor têxtil.[54] Não obstante ocupassem mais de um quarto das vagas de trabalho, percentual significativo da mão de obra ocupada na capital mineira, as mulheres não receberam atenção da maior organização de trabalhadores da cidade no que concerne à proteção de seu trabalho.[55]

Incutir a moral católica no cotidiano era também uma forma de sustentar o projeto dos católicos para o mundo do trabalho. Esse disciplinamento moral não se separava da luta por direitos e tornava-se parte dela. A afirmação de que "Fora da Igreja não há solução para a questão operária"[56] não é apenas uma contraposição ao socialismo, que defendia a luta de classes fora do terreno religioso. Trata-se de colocar a formação moral cristã como parte indispensável da questão operária. Em resumo, na cultura militante católica, fé e moral não

---

[53] Serviços domésticos. **O Operário.** Ano VII, n. 5. Belo Horizonte, 25 de abril de 1929. p. 3.
[54] MINAS GERAIS. **Anuário estatístico**, 1921. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, vol. III, p. 254-275.
[55] Esse tipo de atenção dispensada às mulheres em nada se diferencia daquela observada por Michelle Perrot para a sociedade francesa do final do século XIX, em que à mulher era reservado o espaço doméstico até mesmo por sua inaptidão ao trabalho nas fábricas. Cf. PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005. 523p.
[56] O aspecto religioso da questão operária. **O Operário**. Ano VII, n. 2. Belo Horizonte, 4 abr. 1929. p. 1.

são externas à questão social. Integrava a estratégia de ação arraigar essa noção nos trabalhadores e trabalhadoras, fazendo disso parte importante das esperanças por melhorias nas condições de trabalho e vida.

Na lógica da cultura militante católica, não haveria justiça social sem que a moral católica se impregnasse no tecido social, pois nenhum patrão pagaria salário justo senão por atender aos princípios da religião e o trabalhador somente exerceria sua função corretamente guiado pela fé católica. Pela negação da neutralidade religiosa na luta por direitos, impunham-se valores cristãos aos trabalhadores que eram essenciais ao *modus operandi* da militância católica. Por consequência, era essencial que a moral católica pautasse elementos da vida cotidiana do trabalhador. Uma vez que o trabalhador fosse conquistado pela fé católica, criava-se o impedimento para o avanço de outras correntes ideológicas ao mesmo tempo que se facilitava a aceitação da forma de agir da cultura militante católica. É evidente que contexto de pouca disputa real por espaço ocasionado pela ausência de outras correntes ideológicas no período estudado facilitava o processo. Não obstante, a simples anuência religiosa não seria suficiente para a adesão dos trabalhadores ao sindicalismo católico. Era preciso também uma resposta na luta material por direitos e melhores condições de vida. Incutir a prática cotidiana da moral católica, entretanto, era imprescindível para viabilizar a própria luta por direitos tal qual proposta pela militância católica. De outro modo, para o militante católico, nem mesmo o atendimento de todas as demandas materiais seria suficiente, pois haveria ainda um lapso de formação moral.

## 5. A luta por direitos

A análise da cultura militante católica presente entre os trabalhadores de Belo Horizonte mostra que militantes católicos esforçaram-se para capitanear os trabalhadores, atrair seus anseios e estimular, por meio do apelo à moral cristã, uma forma de agir consoante à doutrina social da Igreja. Esse agir fortalecia o projeto da Igreja que, sempre próxima a esses trabalhadores, queria criar um exército de fiéis aptos a defender os valores cristãos na sociedade e que, consequentemente, alinhassem sua ação sindical ao *modus operandi* defendido pelo catolicismo. A ação incisiva da militância católica leiga desde os primeiros anos de existência de Belo Horizonte criou as bases para o tipo de militância sindical que se conformaria na década de 1920. Ao captar corações e mentes dos trabalhadores, reforçou-se uma forma de agir sindical que não abdicava do aspecto confessional. Não por acaso, as lutas por direitos e benefícios materiais empreendidas pelas organizações de trabalhadores de Belo Horizonte eram sempre permeadas por valores morais cristãos, que justificavam não só a estratégia sindical adotada, mas também o benefício almejado em si.

Sob a liderança da Confederação Católica do Trabalho, as organizações de trabalhadores da capital mineira organizaram diversas campanhas por direitos trabalhistas. Sempre determinadas pelas diretrizes da harmonia e cooperação entre as classes, as campanhas objetivavam conseguir acordos entre trabalhadores e patrões e, ainda, a conversão de tais benefícios em leis. Nesse aspecto, o recurso aos poderes públicos era recorrente. Entre as campanhas dirigidas pela Confederação, pode-se citar a preocupação com acidentes de trabalho, o direito de associação, o abastecimento de água nos bairros operários, a realização de feiras livres para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, entre outras. No entanto, as campanhas que mais ocuparam as pautas de reivindicação da militância católica durante a década de 1920, auge da atuação dos sindicatos católicos, são as relativas à jornada de trabalho e ao salário justo, às habitações operárias e ao descanso dominical. Esses três temas não são problemas que à época eram enfrentados exclusivamente por trabalhadores na capital mineira e coincidem com as pautas de outras cidades brasileiras para o mesmo

período, como São Paulo e Rio de Janeiro.[1] As três campanhas são bastante documentadas para o caso de Belo Horizonte e lograram êxito ao terem as demandas convertidas em leis municipais, embora isso não tenha significado a resolução dos problemas.

Durante a década de 1920, os trabalhadores organizados em torno da militância católica, em Belo Horizonte, alcançaram uma supremacia sem precedentes em outras cidades brasileiras. A preponderância da estratégia de ação sindical adotada pelo catolicismo, que fazia uso do recurso aos poderes públicos para conquistar benefícios aos trabalhadores, gerou interpretações historiográficas que basearam sua argumentação em uma pretensa ideia de cooptação ou de pouca combatividade.[2] Quero aqui seguir outro caminho, continuar o percurso de compreensão da estratégia de ação da cultura militante católica e compreender como eles agiam para atender a demandas materiais dos trabalhadores. Se não é possível negar que a defesa de uma sociedade harmônica pela militância católica era profícua aos representantes da elite política, decerto, não se pode transformar isso em assertiva em favor da tese de cooptação dos trabalhadores. Isto significaria retirar do trabalhador um papel ativo e atribuir a ele função secundária em sua própria história, interpretação que não será aqui considerada. É nesse sentido que se almeja compreender a forma de agir da militância católica e avaliar em que medida as campanhas empreendidas eram ou não a favor das demandas dos trabalhadores belo-horizontinos.

Os capítulos anteriores mostraram como se conformou o agir militante católico na capital mineira e a trajetória do associativismo dos católicos até conquistarem, na década de 1920, centralidade na condução das ações sindicais. Na condução da luta por melhorias materiais para os trabalhadores, a militância católica empreendeu uma forma de agir que de fato dependia do apoio das classes dirigentes, sobretudo, na elite política belo-horizontina. A análise das campanhas que se segue quer mostrar como as organizações católicas conquistaram esse apoio e os instrumentos usados para barganhar benefícios e, sempre que possível, garanti-los em leis municipais. Isso pode ser percebido, por exemplo, ao

---

[1] HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991. 336p.; FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 283p.

[2] Por exemplo, os já citados estudos de Eliana Dutra (1988) e Faria e Grossi (1982).

acompanhar os debates no Conselho Deliberativo municipal, nos quais argumentos confessionais foram utilizados para justificar a aprovação de determinadas leis. O exemplo mais claro desse tipo de argumentação encontra-se na campanha pelo descanso hebdomadário, em Belo Horizonte, tido sempre como descanso dominical.

## 5.1 O descanso dominical

O capítulo Gênesis da Bíblia relata o que foi, na tradição cristã, a criação dos céus, da Terra e de todos os seres vivos. Parte das bíblias hebraica e cristã, o primeiro relato da criação narra as ações de deus durante sete dias. No sétimo dia, após ter sua obra concluída, deus "descansou. Abençoou o sétimo dia e o santificou."[3] Para as religiões cristãs, o sétimo dia deve ser reservado ao descanso santificado. Na lógica de ação da militância católica, esse argumento religioso foi utilizado para justificar o descanso dos trabalhadores, que após seis dias de trabalho intenso, teriam o direito ao dia de repouso sagrado, também reservado às famílias e para a Igreja.

A luta pelo direito ao descanso semanal foi conduzida pela Confederação Católica do Trabalho, durante a década de 1920, de duas formas. A primeira, por meio de campanhas e denúncias publicadas em seu semanário. A segunda, as ações reivindicativas diretas por meio de requerimentos e petições encaminhadas ao poder público, sobretudo ao Conselho Deliberativo, e pela negociação direta com patrões, com a finalidade de convencê-los sobre a necessidade do descanso dominical para os trabalhadores. As campanhas junto aos conselheiros municipais foram as mais comuns e profícuas, já que a estratégia sempre foi garantir direitos em leis municipais. As análises dos textos publicados no órgão de imprensa da CCT e dos anais do legislativo municipal mostram como a argumentação da militância católica em relação ao descanso foi apropriada pelos conselheiros, além de permitir entender

[3] BÍBLIA. Gênesis. Português. **Bíblia sagrada.** 14. ed. São Paulo: Paulus, 1997. 351p. 1:31-2:3

como se deu a conversão dessa demanda em lei. Para fiscalizar os locais de trabalho e apurar denúncias, a CCT criou a Comissão de Repouso Dominical e Dias Santos, que também fazia campanhas junto aos comerciantes para que não exigissem que seus empregados comparecessem ao trabalho em dias santos.

A luta por direitos da CCT era sempre perpassada por aspectos confessionais e, consequentemente, não se lutava pelo descanso hebdomadário em seu sentido estrito. A luta era pelo descanso dominical para que os trabalhadores pudessem reservar tal dia para descansar o corpo, a alma, para oração e liturgia religiosa e, ainda, para suas famílias. Ao justificar o descanso, as razões relativas à fé e à religiosidade antecediam as condições de trabalho, bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

> O descanso dominical é uma lei universal. Em todos os países respeita-se o domingo e esse respeito é tanto maior quanto mais culta é a nação. O domingo é o dia de Deus, pois concedeu ao homem seis dias para os seus interesses, reserva este para Si. O homem, labutando a semana inteira, deve reservar um dia para, de modo especial, honrar Aquele que o criou e lhe concede todas as cousas.
> O domingo é o dia da alma. Durante seis dias o homem luta para conquistar principalmente o bem estar material, a manutenção do corpo. No domingo, deve cessar essa luta pelo interesse corporal, para se lembrar que tem uma alma imortal e que essa alma precisa igualmente de cuidados, mais necessários quiçá que o próprio corpo.
> O domingo é do dia do corpo. Sim, durante a semana, o operário flagelou os seus membros na roda viva de um trabalho duro, ao sol, a chuva, no seio da terra, dentro de oficinas mal arejadas e com pouca luz, dentro de um ruído ensurdecedor! No sétimo dia, é indispensável que os membros tão maltratados durante a semana, repousem para não perderem suas forças mais rapidamente do que por natureza! Mas há homens que não se incomodam com Deus, nem com a alma, nem com o próprio corpo! Querem somente dinheiro e mais dinheiro![4]

A campanha pelo descanso dominical inaugura a ação da CCT junto ao poder público municipal. A estratégia inicial foi negociar o descanso para cada categoria individualmente. Mesmo antes do registro dos estatutos da CCT, em 28 de setembro de 1919, o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte já havia recebido telegrama em que se solicitava regulamentação do descanso dominical para os padeiros.[5] Assinado por José dos Santos

[4] Trabalho aos domingos**. Operário**. Ano 1, n. 1. Belo Horizonte, 19 de jun. de 1920. p. 3.
[5] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**. 2º Reunião, set. de 1919.

Freire, representante do sindicato da categoria, o telegrama indicava a existência de um acordo entre proprietários de padarias e o sindicato dos padeiros para que houvesse o descanso aos domingos.

Durante as discussões sobre o descanso dos padeiros, é possível perceber a argumentação dos conselheiros municipais que, em certa medida, começava a se alinhar com aquilo que defendia a militância católica. O relatório da Comissão de Legislação do Conselho Deliberativo adotava tom de preocupação com a questão operária, sobretudo com a suposta ameaça das estratégias revolucionárias. Embora a proximidade entre conselheiros e sindicatos católicos não seja explicita, adota-se o mesmo discurso de profilaxia social da militância católica, ao anunciar a finalidade de evitar o "maximalismo", tal como fora repetidas vezes enunciado pela Confederação Católica do Trabalho.

> Considerando que o trabalho deve ser um meio de ganhar a subsistência e não um destruidor de organismo, provocando a morte por inanição e fadiga;
> Considerando que aos legisladores cumpre voltar suas vistas sobre a organização proletária, estudando com carinho um meio de concretizar todas as ideias aventadas, a fim de evitar os horrores do maximalismo que bate a porta, a comissão de parecer requer seja pelo Conselho Deliberativo homologado o acordo já havido entre empregados padeiros e proprietários de padarias da Capital […].[6]

O projeto n.º 10, aprovado em 1º de outubro de 1919, instituía o descanso dominical para os padeiros da cidade, além de definir multa para os donos de estabelecimentos que não cumprissem a determinação.[7] Durante o mês de outubro de 1919, também foi aprovado projeto semelhante que estabelecia o descanso dominical para os empregados de estabelecimentos farmacêuticos. O debate legislativo sobre o descanso dos empregados em farmácias também foi precedido de intervenções da Confederação Católica do Trabalho, tal qual o anterior.[8] O prefeito Afonso Vaz de Melo, contudo, vetou ambas as leis. Conforme definia a legislação da época, o Presidente do Estado deveria deliberar sobre as discordâncias entre o Conselho Deliberativo e a Prefeitura, mas Artur Bernardes não se

[6] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**. 2º Reunião, set. de 1919.
[7] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte.** 2º Reunião, set. de 1919.
[8] No Conselho Deliberativo. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 28 de set. de 1919.

pronunciou sobre o assunto. Esta pendência fez com que a CCT entrasse em campanha pela aprovação do descanso e continuasse a enviar projetos ao Conselho Deliberativo.

Em março de 1921, a Confederação Católica do Trabalho enviou ao Conselho Deliberativo requerimento em que solicitava a proibição do trabalho aos domingos para os açougueiros e retalhistas da cidade.[9] No mesmo mês, *O Operário* publicou artigo em defesa dos açougueiros e retalhistas no qual argumentava que nenhum cristão questionaria a privação da carne fresca às segundas-feiras em nome de uma causa tão nobre.[10] Até então, a estratégia da CCT foi incentivar negociações entre sindicatos e patrões e tentar efetivar alguns desses acordos em leis municipais para cada ofício. Essa estratégia, contudo, esbarrava em limitações específicas de cada categoria, como o caso dos carteiros, para o qual o descanso foi negado várias vezes em decorrência da entrega de telegramas aos domingos.[11] É importante destacar que as campanhas para conquistar o descanso dominical para cada categoria de forma isolada eram sempre direcionadas à garantia do direito em lei e, por isso, a aproximação com o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte era necessária. Os sindicatos e a própria CCT estavam constantemente em contato com conselheiros e enviavam por escrito seus argumentos ao órgão legislativo. Tais requerimentos seguiam a argumentação religiosa, pela qual o domingo era o dia sagrado dedicado à alma e devotado às famílias e, ainda, alegavam que o tempo dedicado ao descanso do corpo e ao lazer seria útil para a o aumento da produtividade do trabalhador.

O malogro das campanhas por categoria profissional foi ensejo para um novo direcionamento, a partir de 1921, quando a CCT se reuniu com seus sindicatos filiados e com organizações de trabalhadores não filiadas – Associação Beneficente Tipográfica, a União dos Empregados do Comércio, a União dos Operários em Calçados, o Centro dos *Chauffeurs* – para uma ação em conjunto com vistas a resolver, de forma definitiva, o problema do descanso dominical.[12] As organizações passaram a requerer junto ao Conselho Deliberativo uma lei que regulamentasse o descanso dominical para todos os trabalhadores.

---

[9] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**. 1º Reunião, mar. de 1921.
[10] O descanso para os açougueiros é justo! **O Operário**. n. 19, Ano I. Belo Horizonte, 17 de mar. de 1921.
[11] Descanso Burlado. **O Operário**. Ano 1, n. 3. Belo Horizonte, 31 de jul. de 1920. p. 1.
[12] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**. 1º Reunião ordinária, 19 de mar. 1921.

Em março de 1921, a CCT endereçou aos conselheiros municipais um requerimento em que se pedia a limitação do trabalho aos domingos ao estritamente necessário. No ofício, transcrito no semanário *O Operário*, a CCT anunciava que representava vinte categorias profissionais já organizadas em sindicatos e todos os demais trabalhadores da cidade, ainda não organizados. O documento reúne toda a argumentação da militância católica em prol do descanso aos domingos e ressalta a necessidade de uma lei geral, que regule o trabalho dos ofícios indispensáveis e que o proíba para os restantes. O descanso é defendido pelos critérios religioso, baseado no Gênesis; higiênico, por evitar que a debilidade do corpo cansado levasse doenças aos locais do trabalho; econômico, uma vez que o trabalhador descansado produziria mais e melhor; e social, visto que a concessão do descanso aos trabalhadores evitaria a desordem social que poderia ser causada por aqueles que reivindicavam o benefício caso não o obtivessem.[13] Ademais, a CCT também publicou um apelo aos patrões, nos mesmos termos do requerimento enviado ao Conselho Deliberativo, no qual criticava de forma incisiva a "hipocrisia vergonhosa" daqueles que forçavam seus trabalhadores a trabalharem aos domingos e, ainda, convocam os patrões católicos a "disputarem a honra de ser os primeiros a dar espontaneamente o exemplo de sinceridade e de justiça social."[14]

O ponto de destaque da argumentação dos católicos é por certo a apresentação da noção para a manutenção da ordem social seria indispensável o atendimento às demandas dos trabalhadores. A ascendência da CCT entre as organizações católicas na cidade e seu potencial para direcionar as ações dos trabalhadores é apresentado como fator importante de barganha para conquistar direitos. O sindicalismo católico inverte a lógica da ação reivindicatória das correntes revolucionárias, que tentavam impor sua força pela ameaça da desordem social ou por eventuais prejuízos causados por movimentos grevistas. Ao contrário, os sindicatos católicos ofereciam a garantia da ordem social, que seria assegurada por um trabalhador cristão de corpo saudável e descansado e, ainda, com a alma pacificada pelo tempo dominical dedicado à Igreja e à família. Este instrumento de pressão social foi

[13] Descanso dominical. **O Operário**. Ano I, n. 20. Belo Horizonte, 24 de mar. de 1921. p. 2-3.
[14] Apelo aos patrões. **O Operário**. Ano I, n. 25. Belo Horizonte, 28 de abr. de 1921. p. 1.

válido nesta e em outras campanhas reivindicatórias conduzidas pelos católicos e tinha certamente apelo junto às elites dirigentes, a quem não interessavam as agitações sociais. Essa estratégia ganha centralidade na ação da militância católica e, se avaliada na perspectiva da doutrina da Igreja, é facilmente associada às noções de harmonia e justiça sociais. Da perspectiva do trabalhador em luta por direitos, contudo, essa estratégia reivindicatória pode ser valiosa justamente por encontrar apoio na própria classe dirigente. A recusa em atender às demandas pela classe política era a principal barreira contra a conquista do direito e, portanto, seu convencimento mostrava-se como elemento de eficácia que atraia o trabalhador às fileiras do sindicalismo católico. Essa é a compreensão que quero defender para o caso dos trabalhadores belo-horizontinos que se filiaram aos sindicatos católicos.

Devido à associação da CCT com organizações não congregadas, mas que agiram sob sua influência, a campanha pelo descanso dominical foi intensificada na imprensa operária e alimentada por exemplos de outras cidades brasileiras e mesmo de outros países. A CCT chegou a publicar texto do estudioso da ação social cristã, Max Turmann[15], apresentado durante um congresso da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No texto, Turmann cita padre Beck, também professor na Universidade de Friburgo, que defendeu o descanso dominical aos trabalhadores como forma de garantir o próprio trabalho livre, algo irrealizável se o operário estivesse todos os dias no local de trabalho. O texto, contudo, também entendia que alguns ofícios não poderiam ter o trabalho cessado e que deveria haver espaço para flexibilização do dia de descanso.[16] Ademais, as referências a categorias profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo que já haviam conseguido regulamentar o descanso também foram utilizadas como argumento pela CCT. Concomitantemente às campanhas de Belo Horizonte, os atores do Rio de Janeiro estavam em luta pelo descanso dominical, enquanto em São Paulo os empregados em órgãos de imprensa já o tinham conquistado, o que fez cessar a venda de jornais às segundas-feiras.[17]

---

[15] Max Turmann (1866-1943) foi um sociólogo francês que se dedicou ao estudo do trabalho, sobretudo à ação social cristã. Publicou, entre outros, **Le développement du catholicisme social depuis l'Encyclique Rerum Novarum**. Paris: Félix Alcan, 1900.
[16] Descanso dominical. **O Operário**. Ano II, n. 14. Belo Horizonte, 15 de set. de 1921. p. 2.
[17] Descanso dos atores. **O Operário**. Ano II, n. 14. Belo Horizonte, 15 de setembro de 1921. p. 2.

A pressão exercida pela CCT e pelos outros sindicatos e associações da cidade junto ao Conselho Deliberativo logrou êxito na medida em que os conselheiros parecem ter se comprometido, não apenas com a regulamentação do descanso dos trabalhadores, mas também com a própria argumentação que o definia aos domingos. O conselheiro Noraldino Lima, ao discursar a seus colegas, destacou a insistência das organizações de trabalhadores em cobrar a regulamentação do descanso:

> Têm chegado a este Conselho inúmeras reclamações de todos os sindicatos, associações leigas, ligas religiosas, agremiações partidárias e outras congêneres existentes na capital, pedindo com insistência a decretação de uma lei que venha a atender a essa velha aspiração das classes proletárias em torno de um assunto que anda a pedir, realmente, a atenção dos poderes públicos.
> O descanso dominical é de ordem econômica, religiosa e social: econômica, porque sabido é que todo indivíduo que descansa um dia na semana adquire novas energias, readquire outras forças para melhor empreender a jornada de seis dias úteis. […]
> Religiosa, porque desde o Gênesis, encontramos esse decreto eterno de que o homem deverá descansar um dia na semana para melhor atender aos seus deveres durante os dias restantes: o próprio Criador descansou ao termo da obra que empreendera no "fiat-lux";
> Social, finalmente, porque nada mais equitativo do que o operário que trabalha seis dias consecutivos, ter também a sua clareira na vida, a sua brecha para o descanso, para a família e para o lar;[18]

Ao incluir a dimensão religiosa em sua defesa do descanso dominical, Noraldino Lima demonstra que as campanhas da militância católica tiveram alcance no órgão deliberativo municipal. O argumento apresentado é consentâneo àqueles publicados pela CCT em seu órgão de imprensa durante os anos de 1919, 1920 e 1921, o que demonstra que o discurso dos sindicatos católicos reverberou entre os legisladores municipais. A dimensão social evocada na justificativa citada pelo conselheiro, que em um argumento não confessional poderia ser motivada pela necessidade de lazer para interromper o trabalho aos domingos, contudo, é utilizada em defesa do cuidado com a família e o lar. Essa argumentação em defesa do descanso é, portanto, confessional em duas das três dimensões. Destaque-se que Noraldino Lima foi um conselheiro bastante próximo dos trabalhadores, com intervenções frequentes em defesa de leis trabalhistas e, não raro, era convidado a

[18] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**. 2º Reunião, set. de 1921.

participar de assembleias do Conselho Supremo da CCT. Não por acaso, o discurso do conselheiro era tão afinado com aquele publicado pela organização católica em seu semanário operário.

O projeto de lei nº 24, de autoria de Noraldino Lima, que regulamentava o descanso dominical para os trabalhadores da capital mineira, foi apresentado ainda em 1921 sem, contudo, ser aprovado naquela reunião legislativa. Somente na segunda sessão ordinária de 1922, reapresentado na ocasião pelo conselheiro Lauro Jacques, o projeto foi aprovado e convertido na Lei nº 227, de 14 de outubro daquele ano. A norma estabelecia o descanso dominical obrigatório para os trabalhadores de Belo Horizonte, com algumas exceções. Poderiam manter a atividade e dar folga ao trabalhador em outro dia o serviço doméstico indispensável, o transporte de passageiros, as casas de diversão, a limpeza pública, o serviço farmacêutico, o serviço hospitalar e o serviço de restaurantes e lanchonetes. Já as padarias, feiras de horticultura e casas de carnes deveriam funcionar apenas até às doze horas. A venda e distribuição de jornais e revistas eram permitidas, embora o funcionamento de oficinas tipográficas fosse proibido aos domingos.[19] Na prática, a lei só era abrangente para os trabalhadores em fábricas e oficinas e para o comércio não alimentício. No contexto da Primeira República, contudo, garantir o benefício em lei da municipalidade foi uma vitória para os trabalhadores. A lei, embora previsse multa aos empregadores que não a cumprissem, não previa a garantia de que o descanso fosse remunerado ou algum tipo de proteção a trabalhadores que exercessem funções de produção de itens por quantidade para calcular o salário. Esse fator poderia torná-la ineficaz caso não fosse combinada com o controle da jornada de trabalho, outra demanda que ocupou os sindicatos no mesmo período.

A reapresentação do projeto da lei fez com que a CCT publicasse homenagem a Lauro Jacques, em novembro de 1921. A reportagem é escrita em tom hagiográfico e traz uma foto do conselheiro, algo incomum no perfil editorial do jornal e que só se repetiu nas homenagens ao Arcebispo Dom Cabral, anos depois. É preciso notar que Lauro Jacques era, além de conselheiro, presidente da Associação dos Empregados do Comércio, e já tinha ligação estreita com a militância católica desde 1919 quando imprimiu em suas oficinas o

[19] Lei Municipal nº 227, de 14 de outubro de 1922.

folheto de propaganda do catolicismo social escrito por Campos do Amaral.[20] A fim de atingir o objetivo de converter suas demandas em leis que garantissem direitos aos trabalhadores, a CCT estrategicamente mantinha estreita ligação com os conselheiros municipais, como mostra os casos de Lauro Jacques e Noraldino Lima.

Arquivo "EDGARD LEUENROTH"
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP

O OPERARIO

PUBLICA-SE A'S QUINTAS FEIRAS
N. 20

Orgam da Confederação Catholica do Trabalho
BELLO HORIZONTE, 10 DE NOVEMBRO DE 1921

DIRECTOR: Dr. Campos do Amaral
ANNO II

Major Lauro Jacques

Major Francisco Villela

Dous grandes amigos

Nossa pagina de honra apresenta hoje dous *clichés* que a nossa gratidão mandou estampar: o Major Lauro Jacques e Francisco Villela Santos. Prestando-lhes essa modesta homenagem, queremos tam somente provar como somos agradecidos a esses dous distinctos cavalheiros que, não sendo operarios, concorreram de modo notavel para o desenvolvimento do nosso programma em Bello Horizonte.

Desde o principio comprehenderam duas cousas: 1.º que era e continúa a ser necessidade urgente cuidar de resolver convenientemente a questão operaria e; 2.º) que só o programma da Confederação Catholica do Trabalho pode dar a esta questão a solução compativel com o nosso meio. E, como são sinceros, desde a 1.ª assembléa tomaram a peito auxiliar efficazmente os nossos esforços, tanto quanto permittem suas proprias circunstancias pessoaes.

O major Lauro Jacques fez imprimir á sua custa 20.000 folhetos, sendo dez da *Organisação Operaria* e dez do *Capital e Trabalho*, no valor de cerca de dous contos de réis!

O major Francisco Villela Santos foi o intermediario feliz da Confederação obtendo do sr. Presidente do Estado a carta endereçada ao dr. Prefeito sobre a revalidação de terrenos no Barro Preto, conferenciando em seguida com o chefe da municipalidade, resultando dahi a feliz solução dos lotes para os operarios. A acção do Major Francisco Villela foi secundada no Conselho Deliberativo e na Prefeitura pelo Major Lauro Jacques de modo a assegurar exito certo.

Ambos estiveram sempre em contacto com os operarios em suas assembléas dando-nos o conforto e o alento que outros, mais obrigados, nunca nos deram! Quando a maledicencia, com a sua lingua corrosiva, procurou por vezes tecer uma tela mortal para os nossos intuitos, elles nos defenderam bravamente! Portanto, mais do que justa é esta homenagem que a nossa gratidão presta a esses dous homens que não são obrigados a ajudar nos e que, entretanto, guiados pelo simples bom senso e impellidos pelo seu civismo, servem de apoio para os nossos trabalhos.

Amigos, unidos por laços de affeto verdadeiramente fraternal, hão de receber como prova de carinho a publicação das duas photographias, ao lado uma da outra, como significando que, nos tempos de egoismo actual, ainda ha homens que podem servir de modelos de lealdade affectuosa.

Procuramos que esta homenagem lhes fosse mais agradavel ainda prestando-a por occasião do anniversario natalicio de um delles, o Major Francisco Villela.

E para concluir fazemos uma ardente supplica a Deus, pedindo-lhe que recebra os serviços que esses dous grandes amigos têm prestado á organisação operaria catholica como motivo para derramar sobre ambos torrentes de graça, tornando-os verdadeiramente seus filhos, para que possam conseguir a verdadeira e plena felicidade!

Dr. João Baptista de Freitas

Bello Horizonte cobrio-se de luto quando inesperadamente resoou pela cidade a noticia da morte do dr. João Baptista de Freitas.

Toda a população já estava habituada a mal-o como um verdadeiro modelo das mais bellas virtudes. Extremamente modesto, procurava elle, mas em vão, esconder-se, porque a luz bemdita de sua alma irradiava num suave clarão, denunciando o homem extraordinario pela piedade, pelos sentimentos e acções caritativas, pela pureza sem mancha, pela alegria serena e feliz dos corações immaculados. Medico distincto, secretario da Faculdade de Medicina, secretario da Camara dos Deputados, membro activo e benfeitor de todas as associações catholicas da cidade, protector do Orphanato Santo Antonio, fundador e alma do Instituto de Protecção á Infancia, em cada instituição encontrava um instrumento para praticar as mais excelsas virtudes e prestar os maiores beneficios. Sua piedade constante tornava-o alvo irresistivel de sympathias e affectos. Todos os dias ouvia missa e constantemente se approximava da Mesa Eucharistica, pois em verdade pode dizer-se que sua vida foi um constante amor a Deus, á sua Familia e ao proximo. Nossos respeitosos pesames á sua Exma. Familia.

PARA' BELLMINAS — A *Liga Operaria Paraense* commemorou a data de sua fundação, realisando imponentes festejos, em que tomaram parte todos os operarios, não funccionando as fabricas e officinas locaes.

Figura 2 - Homenagem a políticos no jornal *O Operário* – 1921

Após a aprovação da lei, o descanso dominical continuou na pauta reivindicações da Confederação Católica do Trabalho, entretanto, com outra ênfase. Anteriormente, o descanso dominical era justificado nas dimensões religiosa e trabalhista. Após a aprovação da lei, contudo, a organização concentrou-se no discurso religioso. Em 1925, por exemplo,

[20] AMARAL, José Augusto Campos do. **Organização Operária**: exposição de alguns princípios pelo Dr. Campos do Amaral. Belo Horizonte: Oliveira, Mesquita e Cia, 1919. (Folheto)

manifestação dirigida pela entidade aos trabalhadores da cidade enfatizava o domingo como o dia do Senhor e do comparecimento à missa.

> Santificar o dia de domingo, é um dever que nos impõe o terceiro mandamento da lei de Deus. Temos no domingo duas obrigações religiosas: abster-nos de trabalhos servis e assistir a Santa Missa. O domingo é o dia do Senhor que ele reservou para si e que nós devemos reservar para ele. […] Muito mais frequente que o trabalho aos domingos, é entre nós a omissão da missa. […] é obrigação rigorosa de todo católico que não está impedido por causa grave, de assistir a Missa em todos os domingos e dias santos de guarda.[21]

As campanhas pelo descanso aos domingos para os trabalhadores de Belo Horizonte foram conduzidas pela Confederação Católica do Trabalho desde sua fundação, em 1919. As primeiras tentativas, que objetivavam conquistar o descanso para cada categoria individualmente, malograram mesmo quando já havia acordo entre sindicato e trabalhadores, como no caso dos padeiros. Todas as campanhas, inclusive aquela que culminou na lei nº 227, traduzem a forma de agir da militância católica, que negociava com patrões e poder público, ao mesmo tempo que apresentava em seus jornais a argumentação que sustentava o descanso aos domingos. Essa argumentação era principalmente confessional, pois defendia o repouso para a dedicação à alma e à fé, contudo, sem deixar de defender o descanso para o corpo e lazer do trabalhador. Destaco que esse aspecto confessional, muitas vezes mandatário na argumentação em favor do benefício que se almejava, não diminuía a efetividade da conquista de um dia de descanso para os trabalhadores de Belo Horizonte. A sustentação confessional do descanso parece ter convencido os representantes do legislativo municipal, que justificaram a lei nos mesmos termos que a Confederação Católica do Trabalho o fazia. O agir da CCT na condução da campanha pelo descanso dominical mostra o que era, na prática, a ação sindical católica. É uma ação reformista em todos os seus aspectos. A greve não foi um recurso utilizado e sequer cogitado mesmo em uma campanha que durou mais de três anos. Ao contrário, a militância católica oferecia abertamente seu controle sobre os trabalhadores como garantia da ordem social. A ação se dava diretamente junto a políticos

[21] O Domingo. **O Operário**. Ano V, n.30. Belo Horizonte, 10 de maio de 1925, p. 3.

que se tornavam figuras muito próximas das organizações católicas de trabalhadores e, por fim, o que se almejava de fato era a garantia do benefício em uma lei. A tentativa de garantir o direito em lei marcará as outras campanhas conduzidas pela militância católica, sobretudo, no caso das habitações populares.

## 5.2. Habitação operária

A proposta urbanística implantada pela Comissão Construtora de Belo Horizonte, no final do século XIX, não previa espaço de habitação para trabalhadores. A ideia de construir uma cidade administrativa para ser a nova e moderna capital de Minas Gerais parece ter sido tão prioritária que se imaginava uma cidade habitada apenas por políticos e funcionários públicos. Inicialmente, não se previu nem mesmo um bairro para moradia de trabalhadores de baixa renda, ocupados em profissões no comércio, construção e serviços básicos. A idealização da cidade foi, de um lado, inspirada no higienismo das grandes reformas urbanas europeias do século XIX e, de outro, tinha os espaços do poder como condutores dos traços dos urbanistas. A preocupação principal era de que a cidade moderna e cosmopolita que se vislumbrava tivesse o desenho da ordenação social desejada que por certo não contemplava a presença de operários. Letícia Julião, ao analisar a invenção da cidade, afirma que os idealizadores da nova capital "professavam a utopia de se traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem social."[22]

A concepção da nova capital vislumbrava quem deveria ser o cidadão daquela cidade imaginada, reservando espaço apenas para os representantes do poder e o funcionalismo público. Os usos da cidade logo se afastaram daqueles imaginados pelos idealizadores de Belo Horizonte, o que criou uma série de problemas de reordenação urbana. O pauperismo e a exclusão dos pobres do espaço urbano não tardaram a ser questão

[22] JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: Eliana R. Freitas Dutra. (Org.). **BH**: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 56.

problemática para os administradores de Belo Horizonte. Apenas três anos após a inauguração da cidade, em 1900, ainda em meio a obras, a publicação do decreto municipal nº 1435 demonstrava os problemas de pauperismo já enfrentados na cidade. Conhecido como Regulamento dos Mendigos, o decreto previa a catalogação de todas as pessoas consideradas em condição de mendicância e a distribuição de uma carteira de identificação sem a qual não seria permitido pedir esmolas.[23]

No tocante aos trabalhadores, desde o início o problema habitacional esteve em pauta e necessitou inclusive de intervenções na legislação municipal. Sem espaço na zona urbana, então delimitada pela Avenida do Contorno, os trabalhadores se amontoavam em habitações pobres, como os cortiços e as cafuas, fora dos limites urbanos. A saída forçada dos trabalhadores para áreas periféricas não foi, decerto, um fenômeno incomum em outras cidades. O mesmo fenômeno pôde ser observado em cidades como Buenos Aires, Londres, Paris, Rio de Janeiro, etc. Se o afastamento dos trabalhadores da zona urbana significava o saneamento buscado pelos idealizadores da capital, o surgimento de amontados de construções insalubres ao redor da cidade passa a ser problema para os administradores da cidade, especialmente por que o funcionamento dos serviços, da produção e do comércio dependiam dos trabalhadores que os habitavam.

A primeira vila operária só foi criada em 1909, na região do Barro Preto, próxima dos limites da zona urbana. Embora a região tivesse sido oficializada pela Prefeitura como área para construção de habitações populares, as que lá já existiam eram, em maioria, irregulares, ou seja, sem a concessão de posse dos terrenos. Ademais, as condições de salubridade eram inadequadas nas zonas suburbanas, onde residiam os trabalhadores. Em 1919, foi aprovada lei que permitia a permuta de lotes localizados em regiões sem estrutura de água e esgoto por outros em locais onde já era possível construir casas com condições apropriadas.[24]

---

[23] Era considerado mendigo "todo o indivíduo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas[...]". Decreto-Lei n. 1435, Art. 1º.

[24] Lei Municipal n.º 165, 25 de mar. de 1919.

O problema da posse dos terrenos e da criação de formas de financiar a construção de habitações para trabalhadores ocupou o debate entre sindicatos e o poder público municipal por muito tempo. Em 1919, dez anos após a primeira regulamentação da ocupação no Barro Preto, ainda se discutia a renovação de prazos para construção e uma forma de concessão dos terrenos aos trabalhadores, além da criação de novas vilas operárias na cidade.[25]

O Conselho Deliberativo de Belo Horizonte passou a discutir a concessão de terrenos aos operários de forma mais sistemática, a partir de 1917. Em 1919, um projeto de Hugo Werneck foi aprovado pelos conselheiros e definia a renovação de prazos dos terrenos já cedidos por mais dois anos, além de delimitar a criação de novas vilas operárias na região do Barro Preto. Pela nova lei só poderiam ser contemplados com doações "indivíduos que vivem de seu trabalho quotidiano e que, dispondo de pequenos recursos, não são, todavia, indigentes."[26] As doações seriam feitas em regime de aforamento, ou seja, a posse definitiva dependia de algumas condições, a principal delas, a efetiva construção das casas nos moldes determinados pela Prefeitura dentro do prazo de dois anos. Ao determinar que só trabalhadores poderiam receber os terrenos por aforamento, os conselheiros queriam evitar que pessoas sem condições de construir as casas recebessem os terrenos. A não conclusão das obras e, consequentemente, a existência de habitações insalubres era vista pelos conselheiros como o problema principal desde a primeira regulamentação de vilas operárias, em 1909.

O problema central, contudo, era que os trabalhadores que recebiam os terrenos por aforamento não tinham condições de cumprir todas as exigências e acabavam por perder as concessões. Prova disso é que todas as reuniões legislativas anuais que se seguiram ao projeto de 1919 trataram de demandas de renovação dos prazos. As organizações de trabalhadores da cidade, lideradas pela Confederação Católica do Trabalho, começaram, então, intensa campanha pela renovação do prazo das concessões que venciam em 1921. Em março de 1921, a CCT enviou ofício ao Conselho Deliberativo, no qual expunha aos

[25] Pelo Barro Preto. **O Operário**. Ano 1, n. 3. Belo Horizonte, 31 de julho de 1920. p. 1
[26] **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte** – 2ª Reunião. Set. de 1919. p. 161.

conselheiros os principais pontos para a resolução do problema das habitações populares.[27] A crítica apresentava como ponto negativo o fato de os trabalhadores contemplados com os terrenos não terem a liberdade de escolher o construtor e o formato da moradia. Ademais, a reserva de mercado feita às empresas construtoras indicadas pela Prefeitura tornava a construção dispendiosa e inexequível para a maioria dos trabalhadores. Solicitava-se, ainda, que fosse abolida a exigência de um fiador e criada a hipoteca vinculada à Prefeitura, o que facilitaria aos trabalhadores o acesso ao crédito para a construção das casas.

Houve grande articulação entre os sindicatos da cidade na campanha pelas habitações operárias. Durante a 2ª Reunião Legislativa do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, no segundo semestre de 1921, foram vários os telegramas e requerimentos enviados, individualmente ou em conjunto, aos conselheiros. Às vésperas da votação do projeto nº 15, que regulamentaria a ampliação dos prazos de concessão de terrenos do Barro Preto, o Conselho Deliberativo recebeu representações de praticamente todas as associações religiosas, caritativas, de ofício, partidos e sindicatos, o que demonstra que houve grande articulação entre diversos grupos da cidade na luta pela habitação operária.[28] Ao exemplo do que ocorria nas campanhas em prol do descanso dominical, as associações de trabalhadores se uniram à CCT em ação conjunta para mostrar aos conselheiros que havia grande mobilização para que se criasse melhores condições para a habitação dos trabalhadores.

Além de pressionar o poder público municipal, a Confederação Católica do Trabalho mobilizou-se junto a suas bases em campanha pelas habitações operárias. As assembleias gerais realizadas pelo Conselho Supremo da organização católica já eram

---

[27] Habitações populares. **O Operário**. Ano I, n. 20. Belo Horizonte, 24 de mar. 1921. p. 1.

[28] Em setembro de 1921, no expediente anterior à primeira votação do projeto nº 15, as seguintes associações enviaram telegramas idênticos ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte: Confederação Católica do Trabalho, Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, Caixa Católica de Beneficência, União Gráfica, Partido Republicano Afonso Pena, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Conselho Federativo dos Moços Católicos do Estado de Minas Gerais, Liga pela Moralidade, Imprensa do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula, Liga Católica, Associação Escolar, Partido Republicano da Mocidade, União Popular, Assistência à Pobreza, Instituto de Proteção à Infância, Sociedade Beneficente Tipográfica, Associação Pão de Santo Antônio, União dos Moços Católicos, Caixa Beneficente Operária, Apostolado da Oração do Barro Preto, Partido Republicano do Calafate, Apostolado da Oração do Calafate, Partido Republicano Bernardo Monteiro, Partido Republicano da Floresta, Centro dos Guarda Livros; além de telegramas de Joaquim Vaz de Mello e Sebastião Alcântara e outros. **Anais do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte** – 2ª Reunião. Set. de 1921. p. 128.

costumeiras, no entanto, além disso, reuniões foram organizadas em várias regiões da cidade, sobretudo nas vilas operárias. Em agosto de 1921, em meio às negociações pela renovação dos lotes, realizou-se uma reunião no Barro Preto que contou com a presença de 4 mil pessoas, segundo relato publicado no semanário *O Operário*.[29] É claro que a efetiva presença de 4 mil operários não é confirmada por outra fonte e pode ser contestada, contudo, por se tratar de tema importante e por haver campanha intensa de propaganda nos jornais operários, é possível presumir que se tratou de uma reunião com numerosa participação de trabalhadores. Na reunião, Dr. Campos do Amaral, diretor social da CCT, esclareceu aos trabalhadores sobre as negociações, que envolviam o conselheiros municipais, prefeito e presidente do estado, e afirmou que havia boas expectativas quanto ao atendimento das demandas dos operários. Toda essa mobilização dos trabalhadores convinha também para que a CCT mostrasse sua representatividade, que servia para barganhar sua capacidade de controle social em troca da aprovação de leis que atendessem suas demandas.

A grande mobilização de 1921 resultou na promulgação da Lei nº 209, em 5 de outubro, que assegurava a renovação dos prazos para construção de casas por mais dois anos e regulamentava a doação de novos terrenos na 8ª seção urbana, onde se situavam os bairros operárias. A medida, entretanto, não resultou na resolução dos problemas habitacionais dos operários, tanto que os prazos foram novamente renovados em 1925 e 1926.[30] As formas de financiamento solicitadas pelas organizações de classe para viabilizar a construção das casas não foram incluídas nas leis de concessão de terrenos. Fica notório que os trabalhadores não conseguiam empenhar recursos financeiros na construção das casas para cumprir os prazos, como determinavam as leis de concessão de terrenos para trabalhadores.

A militância católica decidiu, então, assumir uma ação assistencialista para tentar intervir de forma mais direta no problema da construção das casas. Devido ao recorrente não cumprimento dos prazos para construção nos terrenos, a CCT passou a oferecer assistência jurídica gratuita aos trabalhadores nos processos de revalidação das posses. Em 1925, contudo, foi criada, por iniciativa da CCT, a Cooperativa Construtora de Casas Operárias

[29] **O Operário**. Ano II, n. 9. Belo Horizonte, 25 de ago. de 1921, p. 3.
[30] Leis nº 285/1925 e nº 309/1926.

Limitada com o objetivo de facilitar aos seus associados a aquisição e a construção de casas. A Confederação entendia que para ter acesso às habitações não bastava o terreno para construí-las. Os trabalhadores necessitavam de recursos para concretizar tal empreendimento.[31]

Os estatutos da Cooperativa previam, além de financiar a construção das casas, a contratação preferencial dos próprios cooperados para trabalharem nas obras, caso atendessem à qualificação exigida e necessitassem de emprego.[32] A Cooperativa também concedia empréstimos em dinheiro aos cooperados que necessitassem, com prazo fixo, pagamento em prestações mensais e com taxa de juros de 10% ao ano.[33]

A militância católica assumiu, em relação às habitações para trabalhadores, além da luta reformista habitual, que objetivava garantir em lei benefícios aos trabalhadores, uma ação de assistência. Ao promover o cooperativismo, a Confederação Católica do Trabalho tentava suprir uma necessidade que o Estado não oferecia aos trabalhadores, ou seja, uma forma de financiar a construção de moradias. Não é possível saber até quando a Cooperativa atuou. Contudo, balancetes foram publicados no jornal *O Operário* até o fim da década de 1920. Na década seguinte, o jornal *Vida Nova* continha balancetes com a rubrica "caixa de pensões e empréstimos", o que demonstra que de alguma forma a CCT continuava a oferecer formas de financiar bens para os trabalhadores filiados.[34]

A assistência jurídica e a criação da Cooperativa podem ser vistas por determinadas correntes historiográficas como "desvio do sindicato de seu campo de ação peculiar", tal qual afirmou José Albertino Rodrigues.[35] No contexto específico aqui estudado, entretanto, o que se percebe é que a militância católica interveio diretamente para resolver um problema dos trabalhadores para o qual não se conseguiu atendimento do poder público,

---

[31] Cooperativa Construtora de Casas Operárias Limitada. **O Operário**. Ano VI, n. 9. Belo Horizonte, 20 de set. de 1925, p. 3.
[32] **Cooperativa Constructora de Casas Operarias Limitada**. Estatutos. 1925.
[33] O cooperativismo já havia sido utilizado pelo Centro Operário Católico Metropolitano, de São Paulo, em 1920. A cooperativa dos paulistanos, contudo, era voltada à oferta de víveres e itens de primeira necessidade aos cooperados a preços mais baixos que os encontrados no mercado. **O Operário**. Ano I, n. 3. Belo Horizonte, 31 de jul. de 1920, p. 2.
[34] **Vida Nova**. Ano I, n. 4. Belo Horizonte. 29 de out. de 1938.
[35] RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968. Para o caso de Belo Horizonte, é essa a visão de Eliana Dutra, op. cit., 1988.

apesar da intensa campanha. A alternativa assistencialista deve ser vista como uma forma de atendimento de demandas dos trabalhadores, como se pode observar no contexto específico da luta por habitação para trabalhadores em Belo Horizonte, na década de 1920.[36] Pode-se ponderar também que além do ganho material para o trabalhador representado pela viabilização da moradia, a ação bem sucedida da Confederação Católica do Trabalho, nesse caso, acaba por atrair os trabalhadores para os sindicatos e fortalecê-los. A organização mostrou poder de barganha, ao conseguir junto ao poder público a garantia de benefícios em leis, e solidez, ao criar uma cooperativa para viabilizar a construção de casas para trabalhadores.

## 5.3. A jornada de trabalho de oito horas e o justo salário

A jornada de trabalho de oito horas e o pagamento de salários justos estiveram recorrentemente nas pautas de reivindicação dos trabalhadores brasileiros, durante a Primeira República. O estudo clássico de Boris Fausto mostra que na cidade de São Paulo tais reivindicações foram os principais itens em pauta nas greves de 1907, 1912 e, é claro, na greve geral de 1917, sem serem atendidas de forma satisfatória e universalizada no desfecho de nenhuma delas.[37] Na greve paulistana de 1912, por exemplo, a indústria têxtil Matarazzo reduziu a jornada de dez horas e meia para nove horas diárias e aumentou os salários em 25%, enquanto os sapateiros conseguiram reduzir a jornada para oito horas e meia e tiveram aumento de apenas 10%. Na prática, contudo, os trabalhadores eram submetidos a horas extras para garantir aos patrões a rentabilidade anterior e a jornada de trabalho continuou em pauta no movimento sindical de São Paulo. As conquistas referentes à jornada de trabalho

[36] Crítica consonante sobre a visão do assistencialismo como algo externo ao movimento operário pode ser encontrada em FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999. p. 175.
[37] FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 283p.

foram sempre parciais e, nas grandes indústrias, eram frequentes jornadas de até quinze horas, durante a década de 1910.[38]

Em Belo Horizonte, a situação não era diferente e a jornada de trabalho de oito horas e o justo pagamento pelo trabalho foram reivindicações comumente defendidas pela militância católica. A jornada de trabalho de oito horas fora acordada de forma universalizada pelos empregadores e trabalhadores de Belo Horizonte desde 1912, quando foi deflagrado o primeiro movimento paredista de maior abrangência da cidade. Na ocasião, como demonstrado no capítulo 3, uma corte arbitral decidiu pela jornada de oito horas para os trabalhadores da cidade, mas não houve nenhuma lei ou decreto que garantisse o direito e previsse punições, o que, na prática, tornou a decisão da corte apenas paliativa para conter aquela greve.

A CCT esteve, desde sua fundação, envolvida diretamente na tentativa de regulamentar salário e jornada de trabalho dos trabalhadores da capital mineira. Por meio dos textos publicados no órgão oficial *O Operário*, a organização atuava, de um lado, denunciando os patrões que descumpriam os acordos e, de outro, alertando os operários contra tais abusos. Em 1920, a organização católica denunciava que a despeito do que se acordou após a greve de 1912, os trabalhadores continuavam compelidos a enfrentar jornadas de trabalho alongadas. Como os trabalhadores recebiam salários muito baixos, para conseguir o rendimento necessário para sua subsistência eram obrigados a exceder à jornada de oito horas. A entidade acusava os empregadores da cidade de arrocharem os salários dos trabalhadores, impelindo-os à jornada extraordinária.

> Mas, aqui mesmo em Belo Horizonte, essa bela criação está sendo fraudada. Os patrões, para obrigar os operários a trabalhar mais de 8 horas, pagam-lhes remuneração mesquinha. Se o operário trabalha por salário, este é fixado em quantia tão mesquinha que os prejudicados são obrigados a pedir trabalhos extraordinários para conseguirem melhor diária. Se o operário trabalha por obra, o preço de unidade é tão pequeno que em 8 horas ninguém consegue o necessário para viver.
> Assim, os trabalhadores se vêm na dura necessidade de pedir e trabalhar até 9, 10, e 11 horas da noite! Os patrões se desculpam hipocritamente dizendo que os

[38] HARDMAN**,** Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991. 336p. p. 135.

> operários trabalham assim por sua LIVRE vontade! ... Eles mesmos organizam o arrocho e impelem pela fome os trabalhadores ao sacrifício e depois ainda por cima insultam as suas vítimas!
> Isto não pode continuar!
> Já passou o tempo da escravidão e da mentira!
> Os operários não se deixem ludibriar!
> Lutem pela conservação das medidas já conquistadas, pois do contrário sua situação será cada vez mais negra! [39]

A CCT não deixou de denunciar o não cumprimento dos acordos trabalhistas e nem mesmo de convocar os trabalhadores a não se submeterem à exploração de seus empregadores. É claro que, seguindo sua cartilha, a organização denunciava a exploração dos trabalhadores ao mesmo tempo que utilizava a necessidade de manter a harmonia entre as classes como argumento para sensibilizar os patrões. Garantir ao trabalhador o salário justo e a jornada de oito horas afiançaria tal harmonia e também evitaria que as ideologias revolucionárias pudessem conquistar adeptos na cidade. A CCT convocava os patrões a garantirem o clima harmônico nas relações entre capital e trabalho por meio da colaboração entre as duas classes.[40]

A CCT organizou ainda em 1920 a primeira tentativa de regular os salários por meio de negociação com os patrões. Aproveitou-se, então, de sua estrutura organizacional para definir um salário mínimo justo por categoria que balizaria as negociações com patrões e poder público. Para tanto, os sindicatos filiados deveriam organizar tabelas dos salários e encaminhá-las à diretoria da CCT, que, por sua vez, as enviaria aos empregadores, com prazo fixado de quinze dias para resposta. Uma vez acordado o valor do salário mínimo por ofício, a confederação fixaria o prazo de trinta dias para sua implementação. Caso a tabela não fosse cumprida, uma comissão seria constituída para dirimir a impasse e, posteriormente, submeteria decisão final ao arbítrio do presidente do estado ou de alguém por ele indicado. Por essa proposta, patrões e empregados deveriam obrigatoriamente aceitar a decisão do presidente do estado.[41]

---

[39] O dia de oito horas. **O Operário**. Ano I, n. 1. Belo Horizonte, 19 de jun. de 1920. p. 3.
[40] A questão dos salários. **O Operário**. Ano II, n. 40. Belo Horizonte, 30 de mar. De 1921. p. 1.
[41] Aos sindicatos. **O Operário**. Ano I, n. 2. Belo Horizonte, 10 de jul. de 1920. p. 3-4.

O que fica nítido no procedimento inicialmente adotado pela militância católica é a confiança no poder de negociação entre patrões e trabalhadores. A CCT agia no propósito de garantir a desejada harmonia social. Ao se estabelecer como mediadora das negociações, a organização construiu uma forma de ação que considerava ser o "caminho para evitar greves e violências."[42] É fato, contudo, que a estratégia da negociação direta não trouxe os resultados esperados.

Pesava contra o trabalhador o descompasso entre o custo de vida e os salários praticados em Belo Horizonte. Em 1921, a CCT publicou um estudo sobre o custo de vida na cidade pelo qual se evidenciava a situação dos trabalhadores. Após apresentar os custos diários de alimentação, vestuário, habitação, educação e beneficência, o estudo apresenta a necessidade de um salário de 6$400 por dia para que o trabalhador pudesse sustentar as necessidades básicas de uma família de cinco pessoas. A média salarial, contudo, era de 4$000, o que impunha uma "vida de vexames e misérias".[43] Apenas a alimentação de uma família custava cerca de 3$500, o que demonstra que o trabalhador tinha que empenhar quase a totalidade do salário em alimentação, portanto, sem poder adquirir moradia ou custear educação. Ademais, não é difícil inferir que os trabalhadores utilizassem estratégias de sobrevivência tais quais: cultivo de hortas domésticas, criação de aves e suínos, e, claro, o trabalho formal ou informal de outros membros da família, até mesmo das crianças.

Além tentar fixar um salário mínimo por categoria, a Confederação Católica do Trabalho fez campanhas para conquistar benefícios para categorias específicas. Foi o caso da campanha feita pela entidade para a aprovação de lei que regulamentasse a participação nos lucros para empregados do comércio e da indústria. A entidade criticou políticos que não apoiavam a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

> O projeto de lei, que o Congresso Nacional está estudando sobre o trabalho no comércio e na indústria, encerra alguns dispositivos sobre participação nos lucros. Essa parte encontra séria oposição de alguns deputados, que, tomados de horror, exclamam *não haver ainda país algum no mundo adoptado tal medida*.
> Essa afirmativa prova a negativa cultura dos nossos políticos, o nenhum caso que ligam à questão social e mui especialmente à questão operária. […]

[42] Aos sindicatos. **O Operário**. Ano I, n. 2. Belo Horizonte, 10 de jul. de 1920. p. 4.
[43] Custo diário da vida em Belo Horizonte. **O Operário.** Ano I, n. 32. Belo Horizonte, 16 de jun. de 1921. p. 1-2.

> Investigações, inquéritos e estatísticas escrupulosas, criteriosamente realizadas, demonstram estar vigorante o sistema, com grande proveito, há muitos anos, em vários países europeus e americanos. Aliás, qualquer manual de economia trata da matéria. Mas, os nossos super-homens da política e da administração, sentados no altíssimo e no luminosíssimo trono da... Ignorância, afirmam que não existe nada disto! São os mesmos que afirmam não existir *questão operária* no Brasil.[44]

A participação de trabalhadores nos lucros de empresas, em discussão no Congresso Nacional, não se efetivou naquela ocasião. A Constituição de 1946 instituiu a participação nos lucros e resultados, contudo, embora algumas categorias tenham-na conquistado por negociação no curso do século XX, foi somente no ano 2000 que houve a primeira normatização universalizada.[45] Embora a postura agressiva assumida pela Confederação Católica do Trabalho frente aos governantes possa parecer estranha, sobretudo se considerado o recorrente discurso de harmonia social, a crítica, nesse caso, foi coerente com o julgamento do liberalismo feita pela Igreja, desde fins do século XIX. E também coerente com outro princípio expresso na encíclica *Rerum Novarum*, que se refere ao papel do Estado como agente regulador que deveria agir sempre que necessário para garantir trabalho digno e salário justo para todos os cidadãos e evitar que estes sofressem privações.

A crítica ao liberalismo, aliás, foi recorrente nas publicações da CCT, em Belo Horizonte. A luta por melhores salários tem fundamento na própria crítica da Igreja ao liberalismo. A CCT baseava-se na doutrina social da Igreja para fazer sua crítica à autorregulação dos salários pelo mercado, afirmando que o trabalhador não seria livre como defendiam os liberais justamente por não receber o suficiente para viver. Mesmo que se sujeitasse a tal condição salarial, haveria ainda a justiça natural a ser atingida.

> Acima, pois, da livre vontade do operário e do patrão, existe uma lei de justiça natural, mais elevada e mais antiga, a saber que "o salário não deve ser insuficiente para o sustento da vida do operário". Se o operário, impelido pela necessidade (como, por exemplo, a perda do emprego) se sujeita a um salário insuficiente, sofre uma injustiça contra a qual todo protesto é pequeno.[46]

---

[44] Participação nos lucros aos empregados do comércio. **O Operário**, Ano VI, n. 9. Belo Horizonte, 20 de set. de 1925.
[45] Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.
[46] Salário injusto. **O Operário**. Ano VII, n. 14. Belo Horizonte, 4 de jul. de 1929. p. 1.

A ação dos católicos voltava-se a tentar tornar efetiva sua idealização de justiça social, tal qual fora enunciada na encíclica *Rerum Novarum*. Para tanto, era preciso garantir um salário justo aos trabalhadores e os estudos sobre o custo de vida, bem como as negociações com patrões e poder pública visavam a atingir tal objetivo. É fato que a questão salarial, em um momento em que não havia legislação superior que definisse parâmetros para seu cálculo, tornava-se uma disputa de forças entre patrões e trabalhadores. A ação da CCT, contudo, mostrava-se a favor dos trabalhadores e em nenhum momento sua forma de negociar pode ser confundida com cooptação. Ao acreditarem na manutenção da estrutura social vigente, restava aos católicos buscar formas de garantir melhores condições de vida aos trabalhadores jogando com as cartas que estavam sobre a mesa e, nesse caso, a adoção da estratégia de negociação foi a escolha consciente e coerente com as características da cultura militante católica. É verdade, contudo, que as campanhas por salários foram as mais difíceis e com resultados menos efetivos se comparadas com as campanhas por habitação e pelo descanso dominical. Diferentemente das outras campanhas, nenhuma reivindicação salarial foi convertida em lei regulatória.

Essa dificuldade, entretanto, não é exclusiva dos trabalhadores associados às fileiras das organizações católicas e pode ser percebida em experiências de outras cidades brasileiras. As greves de São Paulo, nas primeiras duas décadas do século XX, são exemplo das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores. A parca legislação protetora existente durante a Primeira República não favorecia os trabalhadores. A regulamentação do trabalho, quando existente, era quase sempre setorizada e restrita à municipalidade. Os católicos investiram nesse tipo de ação por acreditarem ser a forma mais viável de proteger os trabalhadores naquele contexto. Isso não significou, contudo, que a luta por uma legislação mais ampla não estivesse nas ambições dos católicos, tal como demonstra a defesa da lei nacional de participação nos lucros.

Para os católicos, o ato de reivindicar direitos, dependia de uma relação ambígua com a classe política, já que ao mesmo tempo que era preciso criticar por determinada demanda não atendida, era também necessário persuadir sobre a função social de tal benefício. Os católicos, em sua estratégia reivindicatória, fizeram as duas coisas. O mais importante nessa relação de forças, contudo, foi a força e representatividade que a

Confederação Católica do Trabalho conquistou junto aos trabalhadores da cidade. A organização representava a maioria dos sindicatos constituídos na capital e, ainda, atraiu os não oficialmente filiados para ações reivindicatórias conjuntas, o que se transformou em um mecanismo de pressão não negligenciável. Se a oferta da manutenção da ordem social poderia ser vista de forma vantajosa pela classe política municipal, para os trabalhadores filiados aos sindicatos católicos, foi um importante instrumento de pressão social.

## Considerações finais

Este trabalho foi iniciado como propósito de conferir importância aos trabalhadores que militaram sob a bandeira do catolicismo social. A despeito de não se poder falar em silêncio historiográfico em relação à militância católica entre os trabalhadores, para o caso brasileiro havia, no campo da história do trabalho, apenas análises que desabonavam sua trajetória baseadas em uma supervalorização da ação revolucionária em detrimento da ação reformista. A inquietação causada pela historiografia que constantemente condenava as associações confessionais de trabalhadores fez-me olhar para o caso de Belo Horizonte com outra perspectiva. Como seria possível crer que um movimento associativo que se tornou majoritário durante mais de uma década, em Belo Horizonte, fosse fruto de cooptação e manipulação tramados pela Igreja e pela classe política local? Era isso que os poucos estudos que tratavam especificamente da militância católica queriam fazer crer. Aos principais agentes desta história, aqueles que se mobilizaram e formaram organizações de classe, eram atribuídas caraterizações passivas, tais quais "cooptados", "amarelos", "arrefecidos".

Com vistas a compreender esse movimento sob um prisma diferente daquele que o desqualificava *a priori*, a proposta foi buscar as origens do associativismo católico em Belo Horizonte e entender como se conformou a rede de sindicatos liderados pela Confederação Católica do Trabalho a partir de 1919. A agitação de clérigos e leigos católicos brasileiros desde o fim do século XIX e os debates realizados durante os congressos católicos por todo o país conferiram centralidade à questão social. Essa agitação fez surgir um catolicismo militante e, mais que isso, um associativismo confessional que criou uma rede de organizações leigas pelo país. É fato que a cidade de Belo Horizonte, por sua especificidade em ser uma cidade nascente, foi espaço privilegiado para o pleno desenvolvimento desse tipo de associativismo. A década de 1920 foi, decerto, o ápice da combatividade dessa militância. Combatividade que, reitero, não é exclusiva das correntes revolucionárias. Ser combativo é traçar uma estratégia de lutas e levá-la a efeito com vistas a tentar conquistar benefícios aos trabalhadores. Não ser combativo é não lutar. Creio que pude mostrar que, à sua maneira e

coerentes com sua cultura militante, a militância católica belo-horizontina não se recusou a lutar para conquistar direitos para os trabalhadores citadinos.

O catolicismo militante tem seu modo de agir condicionado à moral católica e, sobretudo, à visão de sociedade definida na doutrina social da Igreja. Esse modelo de sociedade harmônica, que naturaliza a divisão entre as classes, valoriza a função social da propriedade privada nos princípios cristãos e, ainda, combate veementemente as correntes revolucionárias, acaba por gerar uma forma de enfrentamento da questão social que é, de fato, conservadora. A despeito disso, essa mesma doutrina defendeu a organização dos trabalhadores em associações como forma de fortalecê-los como classe para buscarem a justiça social. Justiça social, neste caso, não significava equidade. Para conquistar tal justiça social era preciso que o ideal de sociedade cristã fosse alcançado para que patrões e trabalhadores pudessem conviver harmonicamente. É claro que essa harmonia é um ideal e, na prática, a tensão entre patrão e trabalhador sempre existiu, contudo, ter no horizonte a sociedade cristã idealizada conforma um agir próprio da cultura militante católica. O incentivo ao associativismo e a luta por justiça social são elementos que constituem a cultura política cristã e que tiveram implicações diretas no mundo do trabalho. A Igreja, ao estabelecer esse modelo de organização dos trabalhadores, contribuiu para a formação de uma cultura cívica de reivindicar direitos sociais que fincou raízes na sociedade brasileira. A luta conduzida pelos sindicatos católicos de Belo Horizonte para garantir direitos em leis é reflexo dessa noção de direitos sociais para os trabalhadores que já demonstrava força antes mesmo de o Estado assumir essa prerrogativa da cidadania, efetivada com a consolidação da legislação trabalhista brasileira, na década de 1940.

As estratégias de reivindicação das organizações católicas são marcadas pelo elemento confessional que lhes é inerente. A análise das principais campanhas por direitos empreendidas pela Confederação Católica do Trabalho revelou um aspecto bastante específico da estratégia do catolicismo militante em Belo Horizonte. A Confederação Católica do Trabalho e os sindicatos a ela congregados conseguiram fazer seu discurso ser recepcionado pelos legisladores que passaram a justificar as leis com os mesmos argumentos daqueles que as reivindicavam. Outro ponto de destaque nessa estratégia foi o uso que a Confederação Católica do Trabalho fez de sua influência sobre os trabalhadores da cidade.

Ao oferecer seu controle sobre os trabalhadores como garantia de ordem social – ao invés de ameaçar com a desordem –, a militância católica agia em consonância com suas premissas ideológicas ao mesmo tempo que conquistava adeptos nas classes políticas. Esse instrumento de pressão social mostrou-se eficiente na medida em que as principais campanhas da década de 1920 tiveram suas demandas convertidas em leis municipais.

Embora essa pesquisa tenha sido centrada em Belo Horizonte, o uso de uma lente de angulação mais ampla permite conjecturar sobre continuidades e reflexos da cultura militante católica na sociedade brasileira para além do recorte aqui proposto. A Igreja Católica defendeu repetidas vezes uma concepção imutável da história, sobretudo por manter-se presa ao domínio moral e político que exerceu na Idade Média e que, no correr dos séculos, foram reduzidos gradativamente por mudanças sociais, culturais e políticas. A capacidade de transformação social de movimentos ligados à Igreja foi sempre contestada.[1] A capacidade demonstrada pela militância leiga católica em estabelecer uma estrutura associativa e em organizar campanhas por direitos aos trabalhadores, como no caso de Belo Horizonte, mostra a aptidão transformadora que tais movimentos têm. As mudanças experimentadas pelo catolicismo militante a partir da década de 1930, já no contexto da Ação Católica Brasileira, modificaram o movimento, que se tornou cada vez mais vinculado à hierarquia da Igreja. Esse controle hierárquico, contudo, não significou que a ação social de católicos tenha perdido seu caráter formador de militantes.

Este é um ponto a ser ressaltado e que ajuda a entender melhor o recorte que foi proposto nesta pesquisa. Ao analisar a trajetória do associativismo confessional em Belo Horizonte, a partir de 1909, sua ascensão na década de 1920 e, por fim, seu declínio com o fim da Confederação Católica do Trabalho, em 1941, tratei de uma fase mais autônoma da desse movimento. O movimento circulista e as juventudes operárias, que são numericamente mais estudadas pela historiografia brasileira, representam uma fase hierarquizada e com vinculação institucional à cúpula da Igreja Católica no Brasil. É preciso ressaltar, contudo,

[1] Jesse Jane Vieira de Sousa mostrou-se surpresa nas conclusões de suas pesquisas sobre círculos operários, que se mostraram formadores de esquerdas políticas, sobretudo porque as inquietações iniciais que a levaram estudar o tema foram motivadas justamente pela descrença na capacidade transformadora de movimentos ligados à Igreja. C.f. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 320 p.

que no caso brasileiro o catolicismo militante nunca esteve completamente afastado da Igreja, não obstante sua absorção pela estrutura hierárquica só tenha acontecido com a oficialização da Ação Católica no Brasil, em 1935.

Embora os recortes temático e temporal propostos nesta pesquisa não tenham permitido avançar para as etapas seguidas do catolicismo militante brasileiro, é sabido que, tanto a militância leiga organizada desde o início do século XX, quanto aquela oficialmente vinculada à Igreja Católica no Brasil, que se desenvolverá em torno dos círculos operários a partir do advento da Ação Católica no Brasil, foram formadoras de militantes atuantes nas organizações sindicais das décadas seguintes. Foram, portanto, elementos de tensão que, no interior da classe trabalhadora, serviam de contraponto às correntes revolucionárias, mas que também alimentavam o debate sobre as estratégias de embate e atenuação de conflitos com patrões e Estado. No campo da política é igualmente possível encontrar exemplos históricos que mostrem a atuação de militantes católicos formados nos círculos operários ou nas juventudes operária, estudantil, universitária e feminina, todos movimentos vinculados à ACB, que se uniram em grupos políticos nas décadas que se seguiram, muitas vezes grupos de esquerda.

Ernst Troeltsch mostrou como as igrejas cristãs se adaptaram a novos contextos sociais no curso dos séculos com vistas a manterem-se como referência moral e política.[2] Se é evidente que a doutrina social da Igreja Católica, efetivada com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, é o maior exemplo desse tipo de adaptação, a assimilação dessa nova orientação no Brasil é também exemplo de reapropriação de tal doutrina para o contexto local. Enquanto os bispos brasileiros elaboravam um projeto de restruturação da Igreja no país, percebeu-se que era preciso criar o chamado "exército de fiéis" que possibilitaria recuperar a força política da instituição. Os estudos em história política constantemente tratam das ações de intelectuais e bispos católicos durante as décadas de 1920 e 1930, sobretudo daqueles reunidos em torno do Centro Dom Vital, que agiram para restabelecer a força da Igreja e, de fato, tiveram importante influência na formação de uma visão cristã para

[2] TROELTSCH, Ernst. **The social teaching of the Christian Churches**. London: George Allen; New York: Macmillan, 1931. 2v.

a política brasileira.[3] Em conjunto com estes intelectuais e clérigos, contudo, a militância leiga que se associou em organizações de trabalhadores teve papel fundamental, sobretudo no que se refere à difusão dos princípios do catolicismo social e da moral cristã. A doutrina social da Igreja serviu, por um lado, para justificar a criação de redes de associações católicas de vários tipos pelo país, atendendo ao plano de virada da Igreja Católica no Brasil em direção aos fiéis, no contexto da Restauração Católica. Por outro lado, ao incentivar o associativismo e disseminar noções de justiça social, alimentou também sua própria cultura política de luta por direitos entre os trabalhadores. O caso de Belo Horizonte é exemplo do florescimento deste agir militante materializado em uma rede de organizações defensoras dos ensinamentos sociais da Igreja.

É verdade, contudo, que o modelo de organização dos trabalhadores defendido pela Igreja difere daquele que foi adotado pelo Estado brasileiro durante o Governo Vargas. O modelo de corporativismo defendido pela Igreja nada tem a ver com aquele efetivado pela Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. A Igreja defendia que a atuação do Estado deveria ocorrer apenas quando todas as possibilidades de negociação entre patrões e empregados fossem esgotadas e o sindicato oficial e único para cada categoria confrontava essa visão. Há de se destacar, contudo, que a Igreja conquistou ao longo de décadas de ação social, durante o século XX, uma forma de se legitimar politicamente perante o Estado e a sociedade e a sólida ação associativa teve papel central nesse processo, pois forjou uma aliança com a sociedade que ia além do simples exercício da fé e se materializava em ações mais concretas para homens e mulheres comuns, que muitas das vezes estavam alheios à grande política.

Toda a primeira parte dessa tese tratou de mostrar as origens do sindicalismo cristão europeu e as matrizes ideológicas e culturais do catolicismo social, além de mostrar como se conformou, no Brasil, a cultura militante católica e o associativismo católico de trabalhadores. Na Europa, como demonstrei, o movimento operário cristão, embora tenha apresentado especificidades em cada país, criou uma articulação internacional bastante

[3] A bibliografia é vasta sobre o assunto. Ver, entre outros, MICELI, Sérgio. op. cit. 1988; DIAS, R. op. cit., 1993; ARDUINI, G. op. cit., 2009.

sólida, sobretudo a partir de 1919, quando foi criada a CISC. Creio que seja relevante destacar nestas palavras finais que, embora haja semelhanças notórias no que tange ao tipo de sindicalismo praticado entre os contextos brasileiro e europeu, nunca houve uma vinculação orgânica entre o sindicalismo católico belo-horizontino e as experiências internacionais. Há também evidentes diferenças entre os dois contextos, como por exemplo o fato de a hierarquia eclesiástica estar mais próxima aos movimentos leigos brasileiros, além da ausência do cristianismo protestante nas organizações brasileiras. Isso é explicado pela dinâmica interna do catolicismo brasileiro e pelas mudanças pelas quais a Igreja passava naquele período. Cabe, contudo, enfatizar que essa falta de vínculo orgânico com o movimento internacional não significou que a doutrina social da Igreja não tenha igualmente municiado os militantes brasileiros com uma visão de mundo cristã que conformou o associativismo católico aqui praticado à semelhança do europeu. Essa falta de vinculação orgânica com movimentos internacionais não é específica do catolicismo e pode ser evidenciada também entre os socialistas brasileiros.[4]

O catolicismo militante é caracterizado também por sua luta pela afirmação da cultura militante católica como um campo diametralmente oposto ao comunismo e ao anarquismo. A cultura militante católica é definida por ser compartilhada por trabalhadores que não prescindem do elemento confessional para definir as estratégias de luta por direitos. Isso os fez escolher caminhos que garantam a manutenção da ordem constituída, sem recurso às greves ou manifestações que possam ser consideradas desordeiras. Entretanto, essa mesma cultura confessional, que tem suas raízes na doutrina social da Igreja, os fez buscar a justiça social, traduzida na luta por melhores condições de trabalho e vida, mas também na naturalização de uma sociedade harmônica na qual as classes agissem cooperativamente. A imposição da concepção de sociedade idealizada pela Igreja era imprescindível para o sucesso da empreitada católica. Era preciso, portanto, para além da luta por direitos

[4] Claudio Batalha demonstra que, no caso do socialismo, a existência de um movimento internacional estruturado não necessariamente estabeleceu ligações orgânicas com suas manifestações no contexto brasileiro. BATALHA, C. H. M. O movimento operário brasileiro e a inspiração internacional (1870-1920). In: I Seminário Internacional de História do Trabalho, 2010, Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 25-28 de outubro de 2010. *On-line*. Disponível em: < http://labhstc.ufsc.br/eventos/historias-do-trabalho-no-sul-global >. Acesso em: 06 fev. 2015.

trabalhistas, conquistar corações e mentes dos trabalhadores e fazer arraigar essa concepção em seu cotidiano.

A empreitada do catolicismo militante em Belo Horizonte conseguiu formar, nas primeiras décadas do século XX, uma rede de organizações sindicais filiadas à Confederação Católica do Trabalho, organização que conduziu as campanhas por direitos e, ainda, fez intensa propaganda dos princípios do catolicismo para a vida cotidiana dos trabalhadores. As ações extrapolavam o mundo do trabalho, mas tinham sempre o objetivo de viabilizar o projeto de justiça social dos católicos. Foi, portanto, uma luta a favor dos trabalhadores.

Diante do exposto, é possível abandonar adjetivos tais quais "cooptados", "amarelos" e "arrefecidos", comumente atribuídos aos trabalhadores filiados a sindicatos católicos, e direcionar o olhar para a experiência de Belo Horizonte, assim como para outros casos, com vistas a compreender a contribuição desses militantes na luta por direitos e na conformação da cultura associativa dos trabalhadores brasileiros. A compreensão do agir daqueles trabalhadores que partilhavam a cultura militante católica é passo importante no entendimento das tensões e disputas por espaço, ou seja, da complexidade da classe trabalhadora brasileira.

# Anexos

Anexo 1 - Organizações de trabalhadores de Belo Horizonte por data de fundação e categoria profissional

| | SÓCIOS | FUNDAÇÃO | ÚLTIMA APARIÇÃO NAS FONTES | TIPO | CATEGORIA PROFISSIONAL | ORIGEM ÉTNICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Sociedade Beneficente Italiana de Mútuo Socorro (Societá Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso)** | 156 (1897) | 1897 | 1934 | Mutualista | - | Italiana |
| **Associação Beneficente Tipográfica (Sociedade Beneficente Typographyca)** | 100 (em 1906), 156 (1891), 129 (em 1911), 164 (1920) | 1900 | 1934 | Mutualista | Tipógrafos | - |
| **Sociedade Beneficente Belo Horizonte** | 350 (em 1925) | 1900 | 1934 | Mutualista | - | - |
| **Liga Operaria de Belo Horizonte (Liga Operária)** | 259 (Julho de 1900) | 1900 | 1912 | Socialista-reformista | Operários, estudantes, comerciantes e funcionários públicos. | - |
| **Auxiliadora dos Funcionários Públicos** | - | 1902 | 1902 | Mutualista | Funcionários Públicos | - |
| **Sociedade Beneficente dos Empregados dos Correios de Minas Gerais** | - | 1902 | 1930 | Mutualista | Empregados dos Correios | - |
| **Centro Operário Belo Horizonte** | - | 1904 | 1907 | - | - | - |
| **Associação Beneficente dos Funcionários Públicos** | - | 1904 | 1904 | Mutualista | Funcionários Públicos | - |
| **Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais** | 738 (1905), 900 aprox. (em 1925) | 1905 | 1930 | Mutualista | - | - |
| **Sociedade Beneficente Liga Operária Mineira** | 505 (em 1925) | 1906 | 1934 | Mutualista | - | - |
| **Club Recreativo dos Operários** | - | 1906 | 1913 | - | - | - |
| **Partido Operário Independente Mineiro** | - | 1907 | 1907 | - | - | - |
| **Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas** | - | 1907 | 1912 | Socialista-reformista | - | - |
| **Associação dos Empregados do Comércio de Minas Gerais** | 1486 | 1908 | 1930 | - | Empegados no Comercio | - |
| **Sindicato Grêmio Espanhol** | 62 | 1909 | 1909 | Mutualista | - | Espanhola |
| **União Popular** | - | 1909 | 1934 | Católica | - | - |
| **Sociedade Beneficente dos Cocheiros e Carroceiros** | - | 1909 | 1909 | Mutualista | Cocheiros e Carroceiros | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais (Federação do Trabalho de Minas)** | - | 1911 | 1934 | - | - | - |
| **Grêmio Beneficente Espanhol** | - | 1911 | 1911 | Mutualista | - | Espanhola |
| **Centro da Colônia Portuguesa** | - | 1912 | 1912 | Mutualista | - | Portuguesa |
| **Sociedade Beneficente dos Empregados do Comércio** | - | 1912 | 1912 | Mutualista | Empregados do Comercio | - |
| **Associação B. dos Alfaiates** | - | 1912 | 1912 | Mutualista | Alfaiates | - |
| **Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos** | - | 1912 | 1914 | Mutualista | Funcionários Públicos | - |
| **Sociedade dos Artistas Alfaiates** | - | 1912 | 1912 | - | Alfaiates | - |
| **Sociedade dos Operários em Metais** | - | 1912 | 1912 | - | Operários em Metais | - |
| **Sociedade dos Sapateiros, Seleiros e Afins** | - | 1912 | 1912 | - | Sapateiros, seleiros e afins | - |
| **Confederação Operária Mineira** | 500 (em 1921) | 1912 | 1921 | Socialista | - | - |
| **Sindicato dos Carpinteiros** | - | 1913 | 1927 | Católica | Carpinteiros | - |
| **Sindicato dos Pedreiros** | - | 1913 | 1927 | Católica | Pedreiros | - |
| **Sindicato dos Carpinteiros** | - | 1913 | 1913 | Católica | Carpinteiros | - |
| **Centro Operário Sindicalista** | - | 1913 | 1913 | Comunista | - | - |
| **Associação Beneficente Operária Belo Horizonte** | - | 1913 | 1913 | Mutualista | - | - |
| **Centro Instrutivo dos Alfaiates** | - | 1913 | 1913 | - | Alfaiates | - |
| **Sociedade Pedreiros e Anexos** | - | 1914 | 1914 | - | Pedreiros e anexos | - |
| **Sociedade dos Operários em Madeira** | - | 1915 | 1915 | - | Operários em madeira | - |
| **Sociedade dos Operários Pintores** | - | 1916 | 1916 | - | Pintores | - |
| **Liga dos Operários Mineiros (Liga das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais)** | 268 | 1917 | 1917 | Mutualista | - | - |
| **Confederação Católica do Trabalho** | 890 (em 1925); 1306 (1933); | 1919 | 1941 | Católica | - | - |
| **Centro de Resistência dos Condutores de Veículos** | - | 1919 | 1919 | - | Condutores de Veículos | - |
| **Cooperativa Operária** | - | 1920 | 1920 | - | - | - |
| **União Gráfica de Belo Horizonte** | 80 | 1921 | 1922 | Mutualista | Gráficos | - |
| **Sociedade Beneficente da Guarda Civil** | 61 | 1921 | 1921 | Mutualista | Guarda Civil | - |
| **Sindicato dos Marceneiros** | - | 1921 | 1927 | Católica | Marceneiros | - |
| **Sindicato dos Ferroviários do Brasil** | - | 1921 | 1921 | - | Ferroviários | - |
| **Sindicato dos Empregados em Fabricas de Tecidos** | - | 1921 | 1921 | - | Empregados em fábricas de tecido | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte** | 142 (1921) | 1922 | 1934 | Mutualista | Chauffeurs | - |
| **Sindicato Misto** | - | 1922 | 1927 | Católica | - | - |
| **União Operária de Brasópolis** | - | 1922 | 1924 | Mutualista | - | - |
| **Aliança dos Condutores de Veículos (S.B. Aliança dos Condutores de Veículos)** | 467 (em 1925) | 1922 | 1931 | Mutualista | Condutores de Veículos | - |
| **União Internacional dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Pensões, Cafés e Anexos (União Internacional Associação dos Empregados Hotéis, Restaurantes, Cafés, Bares e classes anexas, Sindicato dos Empregados em Hotéis, Rest. e Congêneres)** | 260 (em 1925) | 1924 | 1934 | - | Empregados de restaurantes, hotéis, cafés e anexos | - |
| **União dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte** | 1436 em 1929. 3000 em 1934. | 1925 | 1934 | - | Empregados do Comércio | - |
| **União dos Operários em Calçados e Anexos (União dos Operários em Calçados)** | - | 1925 | 1933 | - | Operários em Calçados e anexos | - |
| **Sindicato de Motorneiros e Condutores** | - | 1926 | 1927 | Católica | Motorneiros e Condutores | - |
| **Sindicato dos Empregados dos Correios** | - | 1927 | 1927 | Católica | Empregados dos Correios | - |
| **Sindicato dos Alfaiates** | - | 1927 | 1927 | Católica | Alfaiates | - |
| **Sindicato dos Padeiros** | - | 1927 | 1927 | Católica | Padeiros | - |
| **Sindicato dos Ferroviários** | - | 1927 | 1927 | Católica | Ferroviários | - |
| **Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas** | - | 1927 | 1927 | Católica | Mecânicos e Eletricistas | - |
| **Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos** | - | 1927 | 1927 | Católica | Empregados em fábricas de tecido | - |
| **Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central** | - | 1927 | 1927 | Católica | Guardas e demais empregados da central | - |
| **Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue** | - | 1927 | 1927 | Católica | Retalhistas e empregados em açougue | - |
| **Sindicato das Empregadas Domésticas** | - | 1927 | 1927 | Católica | Empregadas Domésticas | - |
| **Sindicato dos Pintores** | - | 1927 | 1927 | Católica | Pintores | - |
| **Sindicato dos Barbeiros** | - | 1927 | 1927 | Católica | Barbeiros | - |
| **Sindicato dos Carroceiros** | - | 1927 | 1927 | Católica | Carroceiros | - |
| **União Beneficente dos Retalhistas de Carne Verde** | - | 1927 | 1929 | Mutualista | Retalhistas de Carne Verde | - |
| **União dos Oficiais de Alfaiate** | - | 1927 | 1927 | - | Oficiais de Alfaiate | - |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Centro Político dos Chauffeurs de Belo Horizonte** | - | 1927 | 1927 | - | Chauffeurs | - |
| **União Política dos Chauffeurs** | - | 1927 | 1927 | - | Chauffeurs | - |
| **Sindicato de Padeiros e Açougueiros** | - | 1927 | 1927 | - | Açougueiros e Padeiros | - |
| **Confederação do Trabalho** | 45 sócias em 1927 | 1927 | 1934 | - | - | - |
| **União dos Trabalhadores em Padarias e Similares (União dos Operários Panificadores, Associação Protetora dos Empregados em Padaria)** | - | 1928 | 1934 | Mutualista | Distribuidores, Confeiteiros, Panificadores e Trabalhadores em Fábrica de Macarrão. | - |
| **Confederação das Associações Católicas de Belo Horizonte** | - | 1928 | 1928 | Católica | - | - |
| **Caixa Beneficente da Guarda Civil e a Previdência** | - | 1928 | 1945 | Mutualista | Guardas civis | - |
| **Centro de Cultura Proletária** | - | 1930 | 1930 | - | - | -- |

Fonte: Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais - Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas

## Referências

A – FONTES IMPRESSAS, JORNAIS E REVISTAS


ANNAES do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1919 – 1928. (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte)

ANNUÁRIO Estatístico de Minas Gerais - 1921. Volume III (situação ECONÔMICA). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. (Arquivo Público Mineiro)

ANUÁRIO estatístico do Brasil - 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, 1936. (Arquivo Público Mineiro)

AVANTE! Belo Horizonte. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG/Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

BOLETIM Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. (AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana)

CAIXA BENEFICENTE OPERÁRIA. Estatutos. 1920. (Arquivo Público Mineiro)

COLEÇÃO Legislação Municipal Impressa. 1891-1986. (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte)

CONFEDERAÇÃO Católica do Trabalho – Estatutos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1921. (Arquivo Público Mineiro)

CONFEDERAL, O – órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas. 1907. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG)

CONGRESSO CATÓLICO BRASILEIRO, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. **Atas e documentos**. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910. 425p. (Obras Raras / PUC Minas)

DIÁRIO de Minas. Belo Horizonte. (Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

DIÁRIO, O. Belo Horizonte, 1935-1941. (Obras Raras / PUC Minas; Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG; Arquivo Arquidiocesano - Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte)

DOM CABRAL e os operários, por Padre A. de Marco, 1943. (Folheto – Arquivo Arquidiocesano - Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte).

ESTADO de Minas. Belo Horizonte. (Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

Estatuto da União Operária Beneficente de Diamantina. 1893. (Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina)

FACHO, O. Belo Horizonte. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG/Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

FLORESTA-Jornal. Belo Horizonte, 1920. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG)

JORNAL o momento. 1915. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG)

LABOR, O**.** 1905**.** (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG)

OPERÁRIO, O. (Liga Operária). 1900. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG)

OPERÁRIO, O. Belo Horizonte, 1920-1929. (AEL – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp e Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG/Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

ORGANIZAÇÃO Operária: *Exposição de alguns princípios pelo Dr. Campos do Amaral*. Belo Horizonte, Oliveira, Mesquita e Cia. 1919.

RELATÓRIO da População de Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1912. (Arquivo Público Mineiro)

UNIÃO Popular (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1910. (Coleção Linhares – UFMG)

VIDA Nova. Belo Horizonte, 1938. (Coleção Linhares – Centro de Memória da UFMG/Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais)

VOZ do povo, A. Bangu, 1911. (AEL – Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp)

B - BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO Católica Operária. **História da classe operária no Brasil**: Idade difícil – 1920-1945. 4 ª ed. Rio de Janeiro: ACO, 1986.

AGUIAR, Sylvana Maria Brandão de; LIMA, Lúcio Renato Mota. A fábrica de tecidos de Camaragibe e sua organização cristã do trabalho (1891-1908). **REVTEO** – Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP/PE. Dezembro de 2012, n. 1, v.01. pp.160-195.

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Confederação Católica do Trabalho**: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Corporativismo e Cálculo Político**: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937). 1990. Tese (Doutorado em Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ/TEC.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operaria em Juiz de Fora:** uma história de lutas. 1912-1924. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1986. 201 p.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da Idade Nova**: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945). 2009. 156p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000436248>. Acesso em: 29 jan. 2013.

AUBERT, R. **Nova história da Igreja**. A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno. Vol. V, Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZEVEDO, Elciene ... [et al.]. **Trabalhadores na cidade:** cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AZZI, Riolando. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). **Síntese**, n.10, maio-ago. 1977.

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006. p. 90

BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de Classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. 438 p.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano,** livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78p

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 117-127.

BATALHA, Cláudio. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BATALHA, Claudio. Identidade da classe operária brasileira: atipicidade ou legitimidade (1880-1920). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 12, nº 23/24, 1992, p. 111-124.

BATISTA, Márcia Helena. **A restauração católica na cidade:** círculo operário, imprensa e obras sociais em Divinópolis entre os anos 30 e 50. 2002. 302f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. *In:* FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano,** livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p

BERSTEIN, Serge (dir.). **Les cultures politiques en France**. Paris : Éditions Du Seuil, 1999.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** 14. ed. São Paulo: Paulus - SP, 1997. 351p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 611p.

COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996

CURY, Carlos. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** São Paulo: Cortez, 1978. p. 127.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano,** livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 446p

DIAS, Romualdo. ***Cor unum et anima una*. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil, 1922-1935**. 1993. 289f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000064039>. Acesso em: 31 jan. 2013.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul**: um projeto social-político (dos anos trinta a 1964). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1990. 131p.

DUARTE, Regina Horta. **A imagem rebelde**: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Ed. UNICAMP/Pontes, 1991. 133p.

DUARTE, Renata Garcia Campos. **A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

DUTRA, Eliana R. Freitas (Org.). **BH**: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. A Igreja e as classes populares em Minas Gerais na década de vinte. **Revista de Estudos Políticos**, v. 49, Belo horizonte, UFMG, p. 71-98, 1979.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988. 232p.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2002. 358 p.

FARIA, Maria Auxiliadora, GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: **SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS**, 5, 1982, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1982. p.165-213.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem:** aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986. 283p.

FERRO de LIMA, F.; DIAS, A.. GEOGRAFIA DA RELIGIÃO NO BRASIL: CENSOS DEMOGRÁFICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES. **Revista Mercator**, Fortaleza, ano 8, n. 16, 2009. p. 111-124.

FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, jun. 2006. p. 197-215.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999. p. 173-216.

FURLONG, Paul; CURTIS, David (Coaut. de). **The church faces the modern world:** Rerum novarum and its impact. [Winteringham, Scunthorpe, S. Humberside?]: Earlsgate, 1994. 262 p.

FURTADO, Júnia; LIBBY, Douglas C. **Trabalho Escravo, Trabalho Livre**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX . São Paulo: Annablume, 2006.

GEORGI, Frank. **L'invention de la CFDT**. 1957-1970. Syndicalisme, catholicisme et politique dans la France de l'expansion. Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

GIORGI, Frank. **L'Invention de la CFDT 1957-1970**. Syndicalisme, catholicisme et politique dans la France de l'expansion. Paris: Ed. de l'Atelier/CNRS éd., 1995, 651 p.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320p.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. 318p.

GONSALES, Célia Helena Castro. "Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão", **Arquitextos**, Texto Especial n. 292. São Paulo, Portal Vitruvius, mar. 2005. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp292.asp> Acesso em 20 de nov. de 2006.

GROSSI, Yonne de Souza, FARIA, Maria A. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: **Seminários de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: (Anais), 1982. p. 165-213.

HALL, Michael M. **Origins of Mass Immigration in Brazil**. 1969. Tese (Doutorado em História). Nova Iorque, Columbia University.

HARDMAN**,** Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 1991. 336p.

HERMANN, Jaqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In:* FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano,** livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121-160.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. 4. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 460p

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital** (1848 – 1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IGREJA CATÓLICA Papa (1831-1846:Gregorio XVI); GREGÓRIO XVI. ***Mirari Vos*:** on liberalism and religious indifferentism. 15 de agosto de 1832. Disponível em: < http://www.papalencyclicals.net/Greg16/g16mirar.htm >. Acesso em 28/11/2014.

IGREJA CATÓLICA Papa (1846-1878 : Pio IX); PIO IX. ***Quanta cura***: carta encíclica de sua Santidade o Papa Pio IX sobre os principais erros da época. São Paulo: Paulinas, 1965. 18p. (A voz do Papa; 1)

IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. ***Rerum Novarum***: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 25/02/2014.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). **Carta Encíclica *Rerum Novarum***: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum**: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de Classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p.49-72.

LAMBERTS, E. (ed.). **The black international / L'Internationale noire, 1870-1878.** The Holy See and Militant Catholicism in Europe / Le Saint-Siège et le Catholicisme militant en Europe. Leuven : Leuven University Press. 2002. 515p

LAUNAY, Michel. **La CFTC** : origines et développement, 1919-1949. Publications de la Sorbonne, 1986.

LAUNAY, Michel. **Le Syndicalisme Chrétien en France**. Paris: Desclee, 1984.

LE VEN, Michel Marie, NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e Sindicato, Cidade e Cidadania. In: NEVES, Magda de Almeida, DULCI, Otávio Soares. (org.) **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.75-106.

LE VEN, Michel Marie. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. 1977. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais

LEONIDIO, Aldamir. Saint-simonismo e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 165-184, jan-jun. 2005.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no seculo XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Ana Cristina P. **"Obreiros Pacíficos":** o círculo de operários e trabalhadores católicos São José. (Fortaleza, 1915-1930). 2009. 199f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

LIMA, Mário. **O bom combate**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

LIMA, Mário; PEREIRA, Carlos Horta. **Mário de Lima:** obra selecionada. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

LINHARES, Joaquim Nabuco, CASTRO, Maria Ceres Pimenta S. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954.** Belo Horizonte: UFMG, 1995. 587p.

LINHARES, Joaquim Nabuco, CASTRO, Maria Ceres Pimenta S. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte** 1895-1954. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 587p.

LINO, Sônia Cristina. Cinematographo: doença da moda. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Vol. 45, Fasc. 1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2009. p. 90-103.

LOBO, Valéria M.; DELGADO, Ignácio G.; VISCARDI, Cláudia M. R. (org.) **Trabalho, proteção e direitos:** o Brasil além da Era Vargas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. 212 p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, c2004. 397p. (Várias histórias, 17). Inclui bibliografia e indice. ISBN 8526806424 (broch.).

MACHEREY, Pierre. Aux sources des rapports sociaux: Bonald, Saint-Simon, Guizot. **Genèses** : sciences sociales et histoire. n.9. Paris: outubro de 1992. p. 25-43.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo:** os gráficos de Maceió (1895 - 1905). Maceió: Editora da UFAL, 2009. 205 p.

MARIA, Júlio. **A Igreja e a república**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981. 125p.

MARQUES, Maria Elizabeth. **Formação e crise da juventude operária católica: o movimento em Minas Gerais, 1935-1968.** 1986. 134p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais.

MARQUES, Maria Elizabeth. **Formação e crise da juventude operária católica**: o movimento em Minas Gerais, 1935-1968. 1986. 134p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARQUES, Rita de Cássia. **Da romanização a terceira via:** a Igreja no Brasil de 1889 a 1945. 1995. 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 65 p.

MATA, Sérgio da. **A fortaleza do catolicismo:** identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

MATOS, Henrique C. J. "Da 'Rerum Novarum' (1891) à 'Centesimus Annus' (1991): 100 anos de evolução da Doutrina Social da Igreja". **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.51, n. 204, 1991. p.771-802.

MATOS, Henrique. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MENEZES, Carlos Alberto de. **Açao Social Católica no Brasil:** corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil** (1920-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MIRANDA, Beatriz V. D.; PEREIRA, Mabel S. (org.). **Memórias eclesiásticas:** documentos comentados. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000. 189p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sa. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil, (1917-1964). São Paulo, SP: Perspectiva: FAPESP, 2002. 297 p.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além das senzalas e fábricas, uma história social do trabalho. **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n.1, p. 217-240, jun. 2006.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

OLIVEIRA, Natiele Rosa de. **Entre a pátria do céu e a pátria terrestre**: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922). 2013. 127f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://goo.gl/qyfXDC>. Acesso em: 05 fev. 2015.

OLIVEIRA, Paulo. **Leão XIII, a voz de um profeta.** Pequeno estudo da Rerum Novarum. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

OLIVEIRA, Ramiro Barboza de. **O conservadorismo católico na imprensa de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930** - os jornais O Horizonte e O Diário(1927-1937). 2010. 161 F. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del Rei, Departamento de Ciências Sociais, São João Del Rei.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Mobilização operária na República excludente**: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. 2003. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2003.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2000.

PASSOS, Mauro. **A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica**: a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PASSOS, Mauro. **A presença e o discurso da Igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)**. 1986. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PASTURE, Patrick. **Histoire du syndicalisme chrétien international :** la difficile recherché d'une troisième voie. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 480.

PASTURE, Patrick. The role of religion in social and labour history. In: VAN VOSS, Lex Heerma; VAN DER LINDEN, Marcel (Ed.). **Class and other identities**: Gender, Religion and Ethnicity in the Writing of European Labour History. New York and Oxford: Berghahn Books, 2002.

PIERRARD, Pierre; LAUNAY, Michel; TREMPE, Rolande (Coaut. de). **La J.O.C.:** regards d'historiens. Paris: Ouvrières, c1984. 236p.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. (Coaut. de). **A classe operaria no Brasil:** documentos (1889 a 1930). São Paulo, SP: Alfa Ômega, 1979

PONTIFÍCIO Conselho "Justiça e Paz". **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo, Paulinas, 2005.

PREVOTAT, Jacques. La culture politique traditionaliste. In: BERSTEIN, Serge (dir.). **Les cultures politiques en France**. Paris : Éditions Du Seuil, 1999. p.33-66.

PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. 257p.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 209p.

RENGEL, Simone Aparecida. **Proletários de todos os países, UNI-VOS em Cristo**: trabalhadores católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Florianópolis, 2009. 174 p. Dissertações (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. **A classe operaria em Pernambuco:** cooptação e resistência: 1990/1922. 1981. 207f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000051640>. Acesso em: 9 jan. 2015.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem** – uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica / Fapesp, 2005. 232p.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

ROMANO, Roberto. **Brasil, Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SADER, E. Do Anarquismo ao Comunismo de Estado (1900-1929). *In*: LOWY, M. et al. **Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX**. Belo Horizonte: Veja, 1980.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de Classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. Cap.1, p. 25-48

SILVA, Giovane José da. **O Batismo de Clio**: catolicismo-social e história em Jonathas Serrano(1908-1931). 2011. 242f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais/Curso de História.

SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade**: estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. Não paginado

SILVA, Regina Helena Alves da (coord.). **O Legislativo e a Cidade**: domínios de construção do espaço público. Belo Horizonte: CMBH, 1998. 166 p.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008;

SILVA, Wellington. T. **O Jornal Brasil, Urgente** - experiência de esquerda no catolicismo brasileiro. 2008. . Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 320 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, A.; SILVA, S. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001. p. 75-180.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII, lucha de clases sin clases? *In:* **Tradición, revolta y consciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1984.

TOLEDO, Edilene Teresinha. **Travessias revolucionárias:** ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. 415 p. (Várias histórias, 20)

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v.1)

TROELTSCH, Ernst. **The social teaching of the Christian Churches**. London: George Allen; New York: Macmillan, 1931. 2v.

VAN DER LINDEN, Marcel; VAN VOSS, Lex Heerma (Ed.). **Class and other identities**: Gender, Religion and Ethnicity in the Writing of European Labour History. New York and Oxford: Berghahn Books, 2002.

VAN VOSS, Lex Heerma; PASTURE, Patrick; MAEYER, Jan De (Ed.). **Between Cross and Class**: comparative histories of Christian labour in Europe 1840-2000. Amsterdam: Peter Lang, 2005.

VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte:** cidade e política – 1897-1920. 2001. 237p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. 357p.

VISCARDI, Cláudia M. R. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Jul./de/ de 2007. p. 28-43.

VOLOVITCH, Marie-Christine. As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12). **Análise Social**, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1197-1210.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 384p.